



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 85

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 19 de Setembro de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Lopes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 55 minutos)

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e após a leitura da correspondência, iniciou-se o período de tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região. Assim foram oradores:

Deputados Manuel Avelar (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), José Rego (*PS*), Luís Medeiros (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), José San-Bento (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Manuel Silveira (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Natividade Luz (*PS*) e José Decq Mota (*PCP*).

No Período da Ordem do Dia, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

1ª- Continuação da discussão do **Projecto de Decreto Legislativo Regional – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 2/99/A, de 20 de Janeiro – Adaptação do Sistema Fiscal Nacional, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 33/99/A, de 30 de Dezembro**, apresentado pelo Partido Social Democrata.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Dionísio de Sousa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*) e do Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), o projecto foi aprovado por unanimidade.

2ª- Proposta de Decreto Legislativo Regional que “transforma o Instituto de Gestão Financeira da Saúde da Região Autónoma dos Açores em Sociedade Anónima de Capitais exclusivamente públicos, passando a designar-se SAUDAÇOR-Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.”.

Após a apresentação da proposta pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Barros (*PS*), José Decq Mota (*PCP*) Clélio Meneses (*PSD*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

3ª - Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo/benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração, apresentada pelo Partido Popular.

Após uma breve conferência de líderes, o debate da proposta transitou para a sessão plenária seguinte.

4ª - Pedido de autorização à Assembleia Legislativa Regional para o Deputado Clélio Meneses depor na qualidade de testemunha.

Submetido à votação, o pedido de autorização foi aprovado por maioria dos votos.

5ª - Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que declara findo o período legislativo de Setembro.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos)

Presidente: **Bom dia, Srs. Deputados.**

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rego para dar início à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 55 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel Machado
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel Herberto Santos da **Rosa**
Manuel Soares da Silveira
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência que chegou à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ofício informando na Sessão Plenária de 19-09-2003, consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 65, 66, 67, 68 e 69 e os Suplementos n.ºs 54, 55, 56, 58 e 59.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento n.º 365/VII, apresentado pelos Srs. Deputados Clélio Meneses, Bento Barcelos e Raúl Rego, do Grupo Parlamentar do PSD, sobre “porto de pescas da Freguesia da Vila Nova, Ilha Terceira”, e diz:

“Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Ex.^a a seguinte informação:

1- Desde 1997 que o Governo Regional tem vindo a realizar vultuosos investimentos nos portos de pesca em todas as ilhas da Região, recuperando um património fundamental para o sector da pesca e que tinha sido deixado ao abandono durante anteriores legislaturas. Tal é o caso da ilha Terceira em que, também, se tem realizado grandes melhorias nos portos e nas infra-estruturas de apoio ao sector das pescas, a saber:

- Porto das Cinco Ribeiras;

- Porto de São Mateus;
- Porto do Porto Judeu;
- Porto dos Biscoitos;
- Porto Martins;
- Porto das Pipas;
- Porto de Pescas da Praia da Vitória.

Consciente da importância que os pequenos portos de pesca tem para a fixação das populações locais e para a pesca artesanal, foi já iniciada a obra de melhoramento do porto de pescas da Vila Nova.

2. O montante a gastar na obra de melhoramento é de cerca de 30.000 € tendo em conta a relação custo-benefício, dado o número de embarcações de pesca comercial que o utilizam como porto de armamento.

Com a mais elevada consideração, e estima pessoal.

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (António Loura): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 163/VII, apresentado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, sobre “indemnizações compensatórias/apoios à motomecanização”.

“Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Ex.^a a seguinte informação:

O apuramento das candidaturas às Indemnizações Compensatórias é realizado pelo INGA até 15 de Setembro de cada ano, sendo os pagamentos efectuados até 15 de Outubro, data limite do FEOGA-G, de cada ano à excepção das candidaturas seleccionadas para controlo físico e de algumas com irregularidades passíveis de regularização, cujos pagamentos são efectuados no 1º trimestre do ano seguinte.

No que se refere às candidaturas às Indemnizações Compensatórias nos anos de 2001 e 2002 foi pago, respectivamente 12,827 milhões de euros e 6,912 milhões de euros. Esta diferença deveu-se a que no ano de 2001 foram pagas candidaturas referentes ao ano de 2000.

Os micro-projectos no âmbito da Portaria n.º 9/2001, perfazendo um total de 1 719 candidaturas, foram recepcionados nas seguintes datas:

222 Micro-Projectos 30/03/2001

549 Micro-Projectos 21/06/2001

948 Micro-Projectos 29/08/2001

Tendo sido pagas 1127 candidaturas, no montante total de 486,5 mil euros.

Refira-se que, já em 2002, foram pagas 118 candidaturas no montante de 53,6 mil euros e, em 2003, 301 candidaturas, no montante de 145,5 mil euros.

Assim, pode-se afirmar que estão regularizadas todas as situações relativas a 1999, 2000 e 2001. As restantes Candidaturas que foram recepcionadas ao longo do ano de 2001, estão a ser pagas a um ritmo normal, de acordo com as Sub-Unidades de Gestão realizadas.

Com a mais elevada consideração, e estima pessoal.

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (Raúl Rego): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento n.º 366/VII, apresentado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, do Grupo Parlamentar do PCP, sobre “artes autorizadas e licenças concedidas para a captura de pequenos plágicos” e diz:

“Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Ex^a. a seguinte informação:

1- Os pequenos pelágicos são capturados com as sacadas ou seja, redes de borda e enclavares, assim como, redes de cerco sem retinida e redes de cerco com argolas e retinida.

Com a publicação da Portaria n.º 57/2001, de 13 de Setembro, foi possível passar a diferenciar os dois tipos de redes de cerco existentes até à data e a partir daí, com fundamento legal, poder impedir a proliferação de redes de cerco com argolas e retinida, introduzindo assim um instrumento de limitação de licenças destas artes.

2- Actualmente estão licenciadas 26 embarcações da pesca artesanal com redes de cerco com argolas e retinida.

Da análise efectuada pelo Departamento de Oceanografia e Pescas constatou-se que estas artes não trazem problemas biológicos de exploração. Em termos de utilização, estas artes permitem uma operação mais rápida, fácil e eficaz, pelos tripulantes, podendo inclusive ser aproveitadas pequenas sotas em períodos de mau tempo, em que normalmente as outras embarcações não vão ao mar, garantindo aos pescadores melhores rendimentos em menor tempo de trabalho.

Com a mais elevada consideração, e estima pessoal

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”

Secretário (António Loura): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 362/VII, apresentado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, do Grupo Parlamentar do PCP, sobre “perda de valor comercial dos pequenos pelágicos no porto de Ponta Delgada”, e diz:

“Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Ex^a. a seguinte informação:

1. Na União Europeia, por força da política comum de pescas, compete às organizações de produtores a gestão de capturas, no âmbito da organização comum de mercado. Na Região, é à Cooperativa Porto de Abrigo que compete gerir as capturas dos seus aderentes de forma a que a produção, ou seja, a oferta não seja excedentária relativamente à procura. O Governo Regional, embora não possa interferir na regulação do mercado do pescado, mediou as negociações entre a organização de produtores e os compradores de forma a sensibilizar não só os armadores para cumprirem com as quotas de captura determinadas pela Cooperativa Porto de Abrigo, como também, os compradores no sentido de conseguirem um preço justo para os produtores, tentando assim adequar a oferta à procura.

2- Os pequenos pelágicos capturados na Região são:

- A sardinha que, por ser magra, não tem procura para o consumo, em fresco, congelada ou transformada;

A cavala que se captura em pequenas quantidades e que não tem problemas de mercado;

- O chicharro que tradicionalmente tem muita procura interna e que tem problemas de mercado.

A Sardinha e a cavala, por opção da Porto de Abrigo, no plano operacional de 2003, tem preço de retirada comunitária que, referida ao tamanho 1, é de 0,30€/Kg para a sardinha e 0,26 €/Kg para a cavala.

O chicharro, também por opção da Porto de Abrigo, no plano operacional de 2003, tem preço de retirada autónomo, que, referida ao tamanho 1, é de 0,76€/Kg.

Dado o pouco interesse comercial do envio destes pequenos pelágicos para indústrias de transformação no Continente, a solução para o problema das capturas excedentárias, passará pela congelação, em túnel e em salmoura, dos excedentes de capturas que não possam ser comercializadas em fresco, na Porto de Abrigo e por contratos de fornecimento entre a Porto de Abrigo e as indústrias de conservas nos Açores para a produção de conservas de chicharro. Acresce referir que a Porto de Abrigo já tem um túnel de congelação e actualmente, tem em fase de aquisição um tanque de salmoura, que será apoiado com fundos regionais e comunitários.

3- O Governo Regional já apoiou, recentemente, uma indústria de conservas em São Miguel para laborar quantidades excedentárias de chicharro e tem mantido conversações com a AICPA no sentido das suas empresas associadas poderem laborar chicharro para conservas.

4- A frota de pesca artesanal da Região é polivalente, podendo cada embarcação utilizar várias artes de forma a diversificar as capturas e, assim, proporcionar aos pescadores melhores rendimentos.

Os pequenos pelágicos são capturados com redes de borda, enchelavares, redes de cerco sem retinida e redes de cerco com argolas e retinida.

Com a publicação da Portaria n.º 57/2001, de 13 de Setembro, foi possível passar a diferenciar os dois tipos de redes de cerco existentes e, a partir daí, com fundamento legal, poder impedir a proliferação de redes de cerco com argolas e retinida, introduzindo assim um instrumento de limitação de licenças destas artes.

Com a mais elevada consideração, e estima pessoal.

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (*António Loura*): Do Sr. Deputado José Decq Mota, do Grupo Parlamentar do PCP, requerimento do seguinte teor:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores
Tendo tido conhecimento que estão a ser feitas consultas às Câmara do Comércio e Indústria da Região sobre o regime de ligações aéreas com o exterior a adoptar depois de 2005, requeiro ao Governo Regional, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, com a maior urgência, cópia do documento que foi submetido a consulta

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 17 de Setembro de 2003

O Deputado Regional do PCP, José Decq Mota”

Presidente: Terminada a leitura da correspondência, passamos para as Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Setembro chegou, o fim do Verão aproxima-se a passos largos e o regresso às aulas marca a vida de muitos milhares de crianças e jovens, que espalhados por todas as parcelas da nossa Região, dão um colorido diferente às nossas cidades, vilas e freguesias.

Principalmente para os que pela primeira vez se dirigem à Escola será um momento marcante na sua vida, para eles e para as suas famílias. Estas crianças passarão mais de uma década ligados à Escola até verem o seu futuro profissional traçado. Desde o adquirir os livros e o material escolar, ao preparar das mochilas são momentos de alguma ansiedade, mas também de muita alegria porque irão fazer novos amigos e novas descobertas num meio que para eles é desconhecido.

Neste Ano Lectivo de 2003-2004 o número de alunos do ensino oficial é de cerca de 44.000, dos diversos ciclos de ensino, mais um ano em que se continua a evidenciar a tendência decrescente do número de alunos. Este facto continua a acentuar-se essencialmente nas ilhas mais pequenas.

Também cerca de 5400 docentes e 2500 funcionários não docentes, com todo o seu profissionalismo e saber de experiência feito irão contribuir para a formação global dos nossos alunos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Para o Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, a Educação é um sector que tem assumido uma grande importância para o progresso e desenvolvimento da sociedade açoriana. Só com cidadãos formados e educados se consegue construir uma região mais feliz e produtiva sob todos os pontos de vista.

O sector da Educação tem vindo a fazer um percurso de que muito nos devemos orgulhar, passando por melhorias no seu Parque Escolar, pela organização do funcionamento ao nível administrativo de todas as unidades orgânicas e por uma gestão pedagógica e administrativa mais próxima dos cidadãos, conquistando um grau de autonomia que facilita uma melhor utilização dos recursos existentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na nossa Região, o sector da Educação é o que mais recursos públicos absorve, no entanto é necessário continuar a investir, quer em termos de recursos financeiros quer de recursos humanos, para ultrapassarmos o atraso a que estivemos sujeitos e atingirmos um maior grau de desenvolvimento.

A Escola Básica do 2º e 3º Ciclos dos Ginetes - São Miguel, recentemente inaugurada, é mais um exemplo do esforço do que se tem feito para a melhoria das condições dos alunos, funcionários e professores nesta Região. Os cerca de 400 alunos desta freguesia e das limítrofes que vão frequentar esta Escola poderão orgulhar-se por possuir um dos mais modernos e bem equipados estabelecimento de ensino de toda a Região, deixando de se deslocar para Ponta Delgada ou Arrifes, o que os obrigava a percorrer grandes distâncias.

Para que a população açoriana tenha maior facilidade de acesso à educação, o Governo Regional construiu a Escola Básica do 2º e 3º Ciclos da Maia, Furnas e Ginetes em São Miguel, no Topo em São Jorge e a Mouzinho da Silveira no Corvo.

As Escolas Maurício de Freitas na Ilha das Flores, Bento Rodrigues em Santa Maria e Maria Isabel do Carmo Medeiros da Povoação em S. Miguel foram alvo de grandes reparações e adaptação ao Ensino Secundário.

Neste momento obras idênticas decorrem na EBI/S do Nordeste, em São Miguel e EBI/S em Santa Cruz da Graciosa.

O parque escolar tem sofrido sensíveis melhorias em todas as ilhas com intervenções que há muito aguardavam e puderam agora ser feitas devido à transferência de competências e autonomia financeira para as escolas.

Na ilha Terceira procede-se a um grande investimento na Escola 2,3 Francisco Ornelas da Câmara, escola que há muito esperava por estas obras, para que a breve tempo possa contar com instalações condignas.

Muito brevemente o Governo Regional adjudicará os trabalhos de ampliação e requalificação da Escola Básica 2,3 Roberto Ivens em Ponta Delgada, decorrendo agora o concurso para a empreitada da construção da EB 2,3 com Ensino Artístico de São Carlos, em Angra do Heroísmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nunca se investiu tanto no sector Educativo nesta Região, mas esse investimento tem de continuar para que a qualidade do ensino seja um objectivo a atingir.

A construção de um Currículo Regional aparece com o objectivo de dar expressão e enriquecer a Autonomia Regional reflectindo sobre o que somos enquanto identidade cultural.

O Ensino Profissional tem vindo a crescer gradualmente e já se tornou credível junto dos alunos, o que mostra que esta oferta educativa confere aos estudantes uma formação em contexto de trabalho permitindo-lhes uma melhor e mais rápida inserção na vida activa, o que leva a que cerca de metade dos alunos do Ensino Secundário já o frequente.

No âmbito do PROFIJ, cerca de 900 alunos, frequentarão em 2003/2004 o ensino profissional, nas escolas do ensino regular, o que demonstra um significativo aumento de alunos em formação profissional.

Assim, na totalidade do Ensino Profissional considerando as suas diversas modalidades, já ultrapassa o número de alunos do Ensino Secundário Regular.

Desejo aos milhares de jovens alunos, pessoal docente e não docente, neste início do ano lectivo, os maiores sucessos educativos.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Para perguntar ao Sr. Deputado Manuel Avelar se está satisfeito com o início deste ano escolar, naquilo que diz respeito ao ingresso de novos professores nos quadros das nossas escolas; se está satisfeito com as medidas do Governo Regional, designadamente quanto à construção da Escola de São Carlos, na Ilha Terceira, à Escola da Levada, em São Miguel e à Escola Secundária da Horta e se está satisfeito relativamente ao funcionamento da Escola 2/3 de Água de Pau.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Joaquim Machado:

A pergunta se estou satisfeito com os novos professores nos quadros das nossas escolas, é desnecessária. O senhor sabe muito bem que nós estamos totalmente satisfeitos. Estamos satisfeitos pela qualidade de quem colocámos nos quadros das escolas.

Se recuarmos no tempo, hoje, na Região Autónoma dos Açores, podemos dizer que temos mais de 90% de professores profissionalizados. Por isso, acho que devemos estar satisfeitos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: No próximo ano, com o decorrer normal do concurso que haverá a partir de Janeiro, mais professores entrarão para os quadros.

As vagas já não são muitas e o senhor sabe muito bem disso. Tão bem ou melhor do que eu sabe dos horários zero que existem nas escolas.

Em relação à construção da Escola de São Carlos, acho que é um passo extremamente importante. O concurso já está aberto e esperamos, se tudo correr bem com os trâmites legais, que em breve se avance para a construção. Essa obra é extremamente importante para a Ilha Terceira.

Temos que ter em conta o investimento na Região que, a nível do sector do ensino, tem sido extremamente importante. Há muito mais para investir, aliás, eu referi isso na minha intervenção.

Na adaptação ao ensino secundário, têm sido feitos grandes investimentos. Posso dar o exemplo da Graciosa, uma obra que vai ultrapassar, ainda em contos para nos facilitar, muito mais dos 800 mil contos, o que é extremamente importante.

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Joaquim Machado está preocupado com o ingresso de professores nos quadros das escolas.

Nós sabemos que este ano, na nossa Região, não foi possível realizar o concurso externo para os quadros, mas temos a certeza que o concurso que foi feito colocou os nossos jovens nas escolas com as prioridades regionais que foram aprovadas nesta Casa, com muitas reticências do Partido Social Democrata.

Os professores que trabalham nos Açores estão satisfeitos com a colocação que foi feita neste ano lectivo.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: A não entrada nos quadros das escolas não é para nós uma grande preocupação, como disse e muito bem o Deputado Manuel Avelar. As nossas escolas têm alguma dificuldade ao nível dos quadros e dou à laia de exemplo:

A Escola Domingos Rebelo requisitou, em contrato, três professores. Isto quer dizer que os seus quadros estão praticamente completos e que não haveria lá qualquer vaga para qualquer professor.

A Escola da Lagoa, no que se refere ao 2º Ciclo, requisitou zero professores a contrato.

A Escola Canto da Maia, requisitou para contrato, um professor para o 5º grupo.

Se formos caminhando pelas escolas dos Açores, vemos que a nível da colocação de contratos foram poucas as vagas, o que quer dizer que aqueles professores que não conseguiram entrar nos quadros, irão entrar no próximo ano com alguma dificuldade, porque há dificuldades na colocação de professores nos quadros, dado que estes já estão muito próximos das suas realidades ou das suas necessidades.

Relativamente às Escolas de São Carlos, da Levada e a Escola Secundária da Horta, acho que já foi mais que suficiente debatido neste plenário a situação encontrada a alguns anos atrás a nível de algumas escolas que houve necessidade de dar prioridade e não nos repudia nada a prioridade que foi dada.

Eu já disse nesta casa que Santa Maria era uma necessidade mais premente que a cidade da Horta ou Ponta Delgada.

As Escolas da Graciosa, das Flores ou do Nordeste, foram prioritárias, por isso nós tomámos essas decisões que nos honram e que nessas ilhas resolveu o problema da adaptação ao ensino secundário. A reformulação das próprias escolas deveu-se ao seu projecto que foi um desastre para esta Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Verão que agora termina tem sido pródigo em acontecimentos que, mais uma vez, vieram demonstrar que o sector agrícola desta Região, designadamente no que às questões do leite diz respeito, continua sem orientação e sem uma estratégia definida.

Bastará que se preste um pouco de atenção ao que se passou com as multas por ultrapassagem das quotas leiteiras, com o abaixamento em \$25 no pagamento do leite por alguma indústria em São Miguel e, mais recentemente, com o anúncio

unilateral da Lacto Ibérica relativo ao preço a pagar à produção no próximo período de Inverno, para que qualquer dúvida a este respeito se dissipe.

Em todas estas questões, tanto quanto parece, o Governo Regional foi apanhado de surpresa, chegando mesmo a manifestar a sua estupefacção perante algumas delas.

O Governo Regional não foi pois capaz de as prever, nada antecipou, não acautelou, não preveniu, em suma, não governou. Foi a reboque dos acontecimentos e as soluções que foram sendo encontradas não obedecem a qualquer plano ou estratégia pré-concebida.

Analisemos pois os factos um pouco mais em detalhe:

1. A ultrapassagem das quotas leiteiras

Considerando que a campanha de produção leiteira passada terminou no dia 31 de Março e ficando logo disponível no mês seguinte a informação relativa às entregas de leite aos compradores, nada parece justificar nem a surpresa nem o desfecho que se verificou. É caso para perguntar o que fizeram os organismos da administração regional responsáveis pelo acompanhamento deste assunto durante os quatro meses que mediaram entre o fim da campanha e o anúncio pelo INGA das multas apuradas. Em diversas ocasiões, desta tribuna, tivemos oportunidade de chamar atenção para a necessidade de se definir e comunicar aos interessados, em tempo útil, os critérios que iriam ser seguidos na redistribuição das 73.000 toneladas do auto consumo. O Governo Regional entendeu não o fazer e apenas no último mês da última campanha do período de vigência da isenção do auto-consumo deu a conhecer por escrito aos produtores aquilo que poderiam comercializar sem penalização, ou seja, o equivalente às entregas de 99/2000. Porém, uma tal decisão não foi objecto de qualquer despacho ou diploma publicado no Jornal Oficial, como seria de esperar. Desconhecemos também se o Governo fez qualquer diligência no sentido de cumprir o disposto no artigo 24º do Regulamento 1453/01 (POSEIMA), que obrigava a República Portuguesa a comunicar à Comissão Europeia, antes da sua entrada em vigor, as disposições adoptadas para a gestão das 73.000 t do auto consumo.

Assim, e tanto quanto parece, o INGA ignorou a decisão do Governo Regional e limitou-se a cumprir o critério estabelecido no artigo 23º do referido regulamento

que, aliás, faz lei em todos os Estados Membros e é obrigatório em todos os seus elementos.

Um segundo aspecto que importa referir é que, efectivamente e de acordo com os números até agora conhecidos, tudo indica que as entregas de leite nos Açores na campanha precedente não excederam o somatório das quotas distribuídas na Região acrescido das 73.000 t do auto-consumo. Assim, pode dizer-se que, globalmente, a Região não excedeu as quotas que lhes estão atribuídas. À primeira vista, portanto, pareceria não haver razão para multas. E todos ficaram descansados, inclusivamente o Governo Regional.

Simplesmente parecem ter-se esquecido que os Açores não dispõem de uma reserva regional própria e de uma gestão autonomizada das quotas. E o INGA, mais uma vez, limitou-se a aplicar o disposto na Lei para efeitos do cálculo da imposição suplementar, ou seja, o artigo 16º do Decreto-Lei 240/2002, de 5 de Novembro. Por essa razão, aconteceu que quantidades de referência não utilizadas nos Açores serviram para compensar ultrapassagens de produtores continentais, antes de estarem satisfeitas todas as necessidades da produção regional.

Parece pois que nada disto o Governo Regional previu. Afinal de contas, é caso para perguntar: - Que acompanhamento faz o IAMA da evolução do comportamento de compradores e de produtores no decurso das campanhas de produção? O que fazem e para que servem as Comissões ou Grupos de acompanhamento das quotas leiteiras, onde representantes açorianos têm assento? Que diálogo mantém a administração regional com os organismos da administração central a quem compete gerir esta matéria? Não teria sido possível encontrar outras soluções?

São tudo questões que pairam no espírito de toda a gente, a pedir explicações.

A este respeito, pergunto ainda por que razão o Governo Regional, perante o cenário e os riscos existentes, nunca estimulou ou incentivou os compradores de leite dos Açores a constituírem-se como Agrupamento de Compradores, solução prevista na lei, e que, pelo menos na campanha passada, com as entregas que parece terem ocorrido, teria evitado a aplicação de multas.

Em boa verdade, há que reconhecê-lo, a actuação do Governo Regional, no que ao acompanhamento e gestão das quotas leiteiras diz respeito, não foi nem atempada nem competente.

O futuro é preocupante e o quadro existente, a manter-se tal como está, não garante a necessária segurança e a salvaguarda dos interesses da produção leiteira açoriana.

Por isso, congratulo-me com as notícias recentemente vindas a público relativas à possibilidade da autonomização da gestão das quotas açorianas, perspectiva que há muito defendíamos e aqui apresentámos como forma de solucionar muitos dos problemas que se põem ao sector. Porém, não basta autonomizar a gestão. Há que procurar, dentro das capacidades permitidas pelo mercado e tendo por limite o respeito pelas regras de preservação do ambiente e da paisagem rural, adaptar o regime das quotas leiteiras ao potencial produtivo da Região. São estes, em minha opinião, objectivos pelos quais deveremos bater-nos, sem desânimos, no âmbito do estatuto que temos de Região Ultraperiférica. Não é fácil mas julgo que é possível e a ordem jurídica comunitária permite-o.

O discurso do Partido Socialista a este propósito, convém notar, tem sido contraditório. Se, por um lado, assistimos à defesa pelo Governo Regional do aumento da quota nos Açores, através da integração do autoconsumo acrescido de uma percentagem de 4% ao ano, por outro, vem o único deputado dos Açores ao Parlamento Europeu, dizer que não, e que, passo a citar, “insistir no aumento da quota de leite não é o caminho certo a seguir”.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Para este parlamentar europeu, “adaptar a quota leiteira dos Açores ao seu potencial produtivo é criar becos sem saída”, posição esta que contraria claramente o que parecia ser a estratégia regional nesta matéria.

Entretanto, e seja como for, um maior acompanhamento, mais informação e atempadas soluções como as que se preconizam, são urgentemente necessários.

2. O abaixamento do preço do leite em \$25, na ilha de São Miguel

O Governo Regional decidiu diminuir em \$25 a ajuda ao preço do litro de leite que já há alguns anos vem suportando.

Não discutimos a oportunidade de uma tal decisão, mas o facto é que alguma indústria de São Miguel diminuiu o preço ao produtor nesse montante, enquanto que outra manteve o preço inalterado. Criou-se assim, julgo que pela primeira vez, uma situação de desigualdade nos preços praticados dentro da mesma ilha, deixando a maior parte da lavoura de São Miguel a sofrer os efeitos da diminuição do seu rendimento.

Na realidade, nada obriga a que o preço à produção seja uniforme. Cada um pagará o leite conforme puder e caberá aos produtores escolherem o comprador que lhes der melhores vantagens, se conseguirem ver a sua transferência aceite e efectivada.

E tudo seria normal não fora a explicação dada pelo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas – infelizmente não está presente – para este abaixamento do preço. Interpelado pela jornalista de um noticiário de uma rádio local (mais concretamente a RDP) disse o Senhor Secretário Regional que a baixa de preço que se tinha verificado era um problema que dizia respeito somente a São Miguel e que ficava a dever-se apenas ao facto de os produtores não terem aceite a nova grelha de classificação de leite. Se a tivessem aceite, o preço não teria baixado, disse.

Assim, o caso muda de figura e as afirmações do Senhor Secretário Regional suscitam-nos as seguintes interrogações: - A nova grelha de classificação não tem por objectivo a melhoria da qualidade higiénica do leite? Essa melhoria da qualidade não deveria traduzir-se numa mais valia do produto, contribuindo assim para melhorar a sua remuneração e constituindo um estímulo para os produtores? Não funciona uma Comissão Técnica para a Classificação do Leite que integra representantes das organizações da produção, industriais e Serviços Oficiais, onde estes assuntos são debatidos tecnicamente e avaliados os impactos das alterações que vão sendo introduzidas? Por que razão a nova grelha, que é para ser aplicada numa classificação oficial do leite em várias ilhas do arquipélago, não entrou em funcionamento e o preço baixa apenas para alguns agricultores de uma só ilha? Verdadeiramente, não compreendemos!

Em boa verdade, apesar das afirmações do Senhor Secretário Regional, a realidade parece ser outra: - já nessa altura, e perante a diminuição da ajuda do Governo Regional ao preço do leite, alguma indústria dava sinais claros de não poder nem

querer suportar qualquer agravamento nos encargos com a matéria prima, e isso é que é preocupante e leva-nos à terceira questão.

3. O anúncio unilateral da Lacto-Ibérica da impossibilidade de cumprir o acordado para o preço do leite de Inverno.

Tratou-se, mais uma vez, de uma ocorrência que apanhou o Governo Regional totalmente desprevenido. Isto, apesar da existência de Comissões de acompanhamento da evolução do mercado do leite, cuja constituição foi anunciada em Outubro de 2001, que deveriam reunir regularmente e onde estes assuntos deviam ser amplamente debatidos na procura de soluções e dos necessários consensos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao anúncio da Lacto-Ibérica o Governo reage sob pressão. Reúne de emergência com representantes da lavoura e com os industriais e concorda em suportar uma campanha de publicidade e de promoção dos produtos lácteos dos Açores, o que, segundo notícias vindas a público, teria sido aceite por todos os industriais que, em contrapartida, se comprometiam a manter o preço de Inverno. Logo no dia seguinte, a Lacto-Ibérica, em comunicado, vem tornar público não ter subscrito qualquer acordo com a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o que só viria a acontecer bastante mais tarde, após a mediação e intervenção directa e pessoal do Senhor Presidente do Governo Regional.

Confiemos que tudo tenha sido devidamente ponderado, que as ajudas agora concertadas sejam compatíveis com as regras vigentes no funcionamento do mercado e não possam vir a ser postas em causa por quem quer que seja. Esperemos que os acordos agora estabelecidos com as indústrias de São Miguel garantam a todas um tratamento igual e abranjam a restante indústria da Região, também ela a sofrer as dificuldades do mercado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Mas no meio de tudo isto, o que é sem dúvida mais grave, aquilo que verdadeiramente preocupa, é o cenário extraordinariamente desfavorável que se desenha para aquele que ainda é o mais importante sector da economia regional.

O circuito da transformação e comercialização do leite, nos moldes em que trabalha, vem revelando uma cada vez maior incapacidade de garantir preços minimamente aceitáveis pela produção, obrigando o Governo Regional a reforçar o recurso aos dinheiros públicos para sustentar o sector.

Atente-se que o preço médio anual pago pela indústria de São Miguel, acertado para um teor de gordura de 4,2% e 3,35% de proteína, a fim de ser comparável com preços pagos em outros Estados Membros, é de 24,27 €/100 Kg.. O preço médio anual pago em 2002 por uma amostra significativa de 17 empresas situadas em 10 Estados Membros (nos quais se incluem a Alemanha, a Holanda, a França, o Reino Unido, a Irlanda e a Itália) foi de 30,80 €/100 Kg, com valores extremos de 39,34 €/100 Kg para a Itália e de 25,40 €/100 Kg para o Reino Unido. Pode assim dizer-se que o preço médio pago em São Miguel está 21% abaixo do preço médio pago por esta amostra de indústrias europeias, sendo ainda inferior em 1,13 €/100 Kg (equivalentes a 2\$33/l) ao mais baixo preço da amostra considerada.

Apesar disso, e da margem que uma tal diferença deveria significar para a nossa competitividade, a indústria manifesta a sua incapacidade em manter os preços ao produtor, que de uma forma crescente vão exigindo uma sustentação artificial.

O cenário é agravado pelas perspectivas que nos trazem as negociações da Organização Mundial do Comércio e a reforma da Política Agrícola Comum que não são tranquilizadoras. As primeiras exigem a diminuição da protecção nas fronteiras e das ajudas à produção. A segunda determina uma redução muito substancial dos mecanismos de sustentação do mercado, designadamente, os preços de intervenção do leite em pó e da manteiga, o que, com toda a certeza, trará repercussões muito gravosas para uma região que, como a nossa, é bastante dependente destes dois produtos.

Reconheço as enormes dificuldades das nossas indústrias (criadas pela pequena dimensão de todas elas, pelo seu afastamento dos mercados, pelo atraso estrutural, etc.) em suportarem a pressão da concorrência e garantirem a sua presença num mercado cada vez mais global e monopolizado.

A produção tem feito aquilo que lhe compete. Através de um enorme esforço, nem sempre devidamente compensado e que não foi ainda valorizado em termos de marketing, tem dado resposta na melhoria da qualidade do leite. Mas isso, por si só, não é suficiente.

Há que reconhecer que é urgente quebrar algumas rotinas. É necessário diversificar produtos, reduzir a nossa dependência do leite em pó e da manteiga a granel. É imperioso investir na inovação, na imagem e na optimização dos circuitos de comercialização. É preciso ter em atenção o enorme potencial de consumo que temos aqui ao pé da porta, na Madeira e nas Canárias, e que até agora não fomos capazes de aproveitar. Só a melhoria destas vertentes do circuito económico do leite poderá gerar o valor acrescentado que permitirá uma auto sustentação da fileira num nível que garanta a qualidade de vida que se deseja.

A não ser assim, a baixa dos preços será inexorável, arrastando consigo o afastamento de um grande número de produtores e obrigando a uma profunda reestruturação e redimensionamento do tecido produtivo.

E é caso para perguntar: - poderá o erário público e o Governo Regional, seja de que cor política for, continuar a suportar a manutenção dos preços naquela que é a principal actividade económica da Região? Que estratégia tem o actual Governo Regional para estas questões? Que políticas pretende implementar?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Todos sabemos que a verdadeira vocação agrícola desta região reside na produção de pastagem e de forragens.

Alternativas à produção de leite no seio da actividade agrícola não são nem fáceis de descortinar nem parecem credíveis.

As chamadas culturas industriais, embora já só existissem em São Miguel, praticamente desapareceram e aquelas que ainda se mantêm, a beterraba e o tabaco, não apresentam, infelizmente, grandes hipóteses de expansão.

No sector horto-frutícola as dificuldades de competir num mercado altamente concorrencial e a falta de organização da produção para suprir as deficiências de know-how, para enfrentar as exigências de dimensão, de qualidade e das novas

formas de comercialização, levam a que ele não se desenvolva como seria de desejar.

A floricultura, a produção de batata de consumo e, pontualmente, uma ou outra iniciativa nas produções agrícolas propriamente ditas, poderão constituir excepção neste panorama, mas nunca serão alternativa à produção de leite com a dimensão necessária e com um contributo significativo para a economia regional.

Resta, pois, a produção de carne como única actividade que poderá contribuir de forma sensível para o rendimento dos produtores. Porém, é um sector no qual, a meu ver, e mais uma vez aqui o afirmo, não se tem investido o suficiente, nem na vertente da produção, nem na da transformação. Continuamos a exportar em vida a maioria do gado que produzimos (em números que continuam a aumentar nos últimos anos e no primeiro semestre do corrente ano), muito dele com idades jovens, perdendo-se assim as mais valias da sua transformação em carne. Os poucos animais que cá ficam e são abatidos não obedecem a qualquer plano de produção e são caracterizados por uma manifesta irregularidade de idades, de conformações de carcaça e de estados de gordura, factos estes agravados pela quase inevitável sazonalidade da oferta. Por estes motivos, muitos consumidores locais, designadamente hotéis e restaurantes, dão já preferência às carnes importadas da América do Sul cujas importações aumentam a olhos vistos. Estamos a perder terreno no nosso próprio mercado.

Há que procurar urgentemente mudar este estado de coisas. A produção intencional de carne tem que ser devidamente estudada.

Há que investir na experimentação/vulgarização de sistemas de produção que satisfaçam esses objectivos.

Há que encontrar soluções adequadas na indústria dos produtos à base de carne para absorver as vacas de refugio da produção leiteira, que presentemente são rejeitadas e desaproveitadas em grande escala.

Em suma, há que definir, estruturar e implementar toda uma política para o sector da carne.

Só assim este sector poderá constituir um complemento válido da produção de leite ou mesmo vir a ser uma alternativa. Propagandear a “Carne dos Açores” apenas, não chega.

Antes de terminar, mudando de assunto e em jeito de *post-scriptum*, gostaria de deixar uma nota sobre um tema que já aqui abordei e que é doloroso para todos nós, e para os micaelenses em particular: - o estado confrangedor das Lagoas das Sete Cidades.

Mais um ano passou, mais algumas toneladas de inertes e de adubos foram agravar a precária saúde das Lagoas. E no terreno nada se fez.

Após uma fracassada tentativa de fazer vingar um conjunto de medidas ditas agro-ambientais para salvaguarda das lagoas, no seu conjunto mal pensadas, desadequadas da realidade vigente e, portanto, inaplicáveis à partida, o Governo Regional, designadamente as Secretarias Regionais da Agricultura e do Ambiente, remeteram-se a um profundo silêncio, aguardando a elaboração de mais não sei quantos planos e estudos.

E aquilo que parecia simples - estudar caso a caso a situação das 57 explorações pecuárias das Sete Cidades, negociar soluções individualmente com cada proprietário, avaliar e compensar a sua perda de rendimento, agir no terreno aliviando a massa verde das águas das lagoas, retendo de forma eficaz os assoreamentos dos cursos torrenciais e, como preconizam alguns mais entendidos do que eu, “dragar cuidadosamente os finos depósitos do fundo e sugar materiais orgânicos em suspensão” – não foi feito. E poderia e pode, complementarmente e no entretanto, ser solução bem mais barata e eficaz.

Infelizmente, tudo vai sendo adiado e as lagoas vão morrendo, inexoravelmente.

Lê-se em todos os jornais, que já há diagnósticos que cheguem, que as soluções estão mais que estudadas, que o que não há é vontade política para tentar resolver o problema. Estou em crer que é verdade! Como diz o ditado popular “o óptimo é inimigo do bom” e cada ano que passa sem que nada se faça agrava a situação – é o que todos infelizmente constatamos.

Deixava uma última recomendação ao Senhor Secretário Regional da Economia – infelizmente também não está cá – seria bom que mandasse retirar da propaganda

turística dos Açores essa imagem do passado, de maravilhosos cartazes que mostram o azul e o verde das Sete Cidades. Com certeza vai chegar o dia em que algum operador turístico mais exigente reclamará e poderá processá-lo por publicidade enganosa.

Tenho dito.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado trouxe a esta câmara uma série de reflexões e algumas acusações que merecem da nossa parte algum esclarecimento.

É verdade que uma parte das preocupações que trouxe radica profundamente na nossa história e são comuns, nomeadamente as questões estruturais que se ligam à nossa fileira do leite.

Essas questões começaram a ser fortemente corrigidas e essa forte correcção iniciou-se a partir de 1996.

Quando chegámos em 1996, nem parque industrial tínhamos. Tivemos que recorrer a derrogações de 1990 para manter as indústrias abertas se não parava uma parte da exploração leiteira.

Nessa altura não havia classificação do leite que valorizasse os elementos como positivos, como por exemplo a proteína.

Portanto, quando os outros já estavam no século XX, nós ainda saíamos da idade média. Este facto não pode ser uma questão displicenda neste contexto, porque tudo isto se reflecte na necessidade que houve nessa altura do Governo financiar o preço do leite. O que agora surgiu não é nenhuma novidade. Lembro-me das manifestações de rua ocorridas em 92 e 93. É história recente.

Portanto, quando se evolui de uma situação destas não se pode querer que em 7 ou 8 anos se esteja a par da Europa, com os preços da Europa, com o nível de qualidade da indústria da Europa, sobretudo se atendermos que a situação dos industriais e dos operadores da Região não mudou. Não mudaram os operadores cooperativos, embora tenham evoluído, porque nessa altura não só o leite era pago a preços baixos como até nem se pagava. Pagava-se 6 meses depois ou até mesmo 1 ano depois.

Agora, como o pagamento do leite está em dia, toda a gente paga.

Há problemas de competitividade.

Eu relembro que em 1995 produzia-se metade do queijo que se produz hoje. Os industriais, apesar de tudo, hoje, colocam no mercado nacional o dobro do queijo que se colocava em 1995.

Todos sabem que o segmento do queijo é um segmento razoavelmente maduro. Portanto, os crescimentos não são muito grandes.

Enquanto que se duplicou a produtividade e a colocação do queijo desde essa altura, o leite em pó cresceu 5 ou 6% apenas. Portanto, digamos que a indústria se preparou para alguma competitividade.

Presidente: Sr. Deputado, informo que já terminou o seu tempo.

O Orador: Peço desculpa, mas gostaria só de colocar a questão de como é que, no fundo, compatibiliza toda esse índice de acusações com as responsabilidades que teve, com o conhecimento que tem e sabe que existia na altura.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Sequeira de Medeiros:

Devo confessar que fiquei surpreendido com a sua intervenção, especialmente porque V. Exa. resolveu entrar por um campo que não é muito comum, ou seja, o campo da acusação política, pura e dura.

V. Exa. entrou por esse campo certamente por motivos que lá saberá e não quero de forma nenhuma conhecer esses motivos ou questioná-lo sobre isso.

A partir do momento em que V. Exa. entra por esse campo, submete-se às regras do jogo.

As regras do jogo, Sr. Deputado Luís Medeiros é saber, para além do problema e da questão política que temos aqui, por que razão é que o senhor sobe àquela tribuna para clamar contra um estado de coisas, no qual o senhor foi no passado directamente responsável, teve responsabilidades políticas e tem, antes de fazer isso, que prestar contas dessas responsabilidades. Pelo menos – e eu não quero utilizar o termo seriedade política – tem que ter a linha de coerência política de assumir as suas responsabilidades e só depois questionar o Partido Socialista e o Governo Regional sobre essa matéria.

O Sr. Deputado ao entrar no discurso político puro e duro, coisa pouco comum nas suas intervenções, faz acusações ao Governo Regional e ao Partido Socialista de falta de estratégia do sector agrícola e de falta de vontade política para resolver o problema das lagoas.

Gostava de chamar a atenção da câmara para um aspecto, é que o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros chamou a atenção para a situação da Lagoa das Sete Cidades. Não disse nada em relação à Lagoa das Furnas. Porque será? Porque a Lagoa das Furnas está a melhorar a olhos vistos.

Mais uma vez, Sr. Deputado, coloca-se um problema de coerência política. Se quer analisar a actuação do Governo Regional em relação às Lagoas de São Miguel, tem que falar no percurso já feito, em termos de recuperação das Lagoas, que já atingiu um nível bastante avançado.

Portanto, é uma questão de coerência política, coisa que o Sr. Deputado não teve quando subiu àquela tribuna.

Por último, a questão da estratégia agrícola do Governo Regional e do Partido Socialista.

O Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros certamente que acompanhou as notícias que vieram nos jornais que dão conta da falta de estratégia política – acusação do

líder do Partido Social Democrata. Também terá acompanhado a reacção do Partido Socialista, por meu intermédio, em relação a esta matéria.

Se V. Exa. traz esta questão à colação, pois certamente terá que ouvir a resposta.

Falta de estratégia política, Sr. Deputado, é uma acusação, no mínimo, risível.

Sr. Deputado, esquecer aquilo que foi feito por este Governo ao nível do sector de lacticínios e ao nível do sector da carne, não é, do ponto de vista político, – permita-me que coloque a questão nesses termos – honesto nem coerente.

Quem anda com falta de estratégia nesta matéria é claramente o PSD/Açores, com a brincadeira das cartinhas.

O líder do vosso partido anda a brincar com a lavoura açoriana. Já são muitas as cartas e até já há lavradores que brincam com essa situação e dizem: “não quero aquele homem a namorar comigo, não quero mais cartas!”. Parece um namoro desesperado.

Quem anda a mudar de posição, de carta para carta, é o líder do PSD/Açores. Numa carta fala de quota virtual. Na outra já não é virtual é efectiva. Na carta posterior já não é quota efectiva, é efectiva mais 4% e na outra tem o supremo insulto de considerar que os resultados do Conselho de Ministros de Luxemburgo foram uma vitória para os Açores.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Parece-me que em relação a falta de estratégia estamos conversados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Perante um panorama tão vasto de questões como o que foi aqui posto, começaria pelo fim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Obviamente que eu não rejeito, de modo nenhum, as responsabilidades que durante anos tive na condução de alguns destes sectores, como técnico e dirigente de organismos técnicos, que tinham objectivos perfeitamente claros e estabelecidos.

Em 1996 estava em andamento a reestruturação do tecido industrial e um plano de uma rede de abate com alguns matadouros já construídos e com concursos lançados para mais alguns. Só que o PSD submetido ao veredicto popular, perdeu as eleições. Os senhores herdaram pois esta situação de uma rede regional de abate pensada, com uma reestruturação em andamento e, nesse particular, não a modificaram.

É óbvio – e permita-me direccionar agora esta questão para o Sr. Luís Paulo – que nada disto apareceu feito. Tudo isto se foi construindo.

A preocupação da minha intervenção não foi falar de coisas de há 10 anos atrás, não foi reflectir sobre o que aconteceu há 10 anos atrás, que ocorreu numa determinada conjuntura, que era a da altura, que eram as perspectivas e os objectivos que se definiam numa determinada perspectiva de evolução das Políticas Comuns da União Europeia e do País, a qual era completamente diferente do que é hoje.

A minha preocupação foi trazer a esta câmara uma situação que é ver ao fim de 7 anos a continuação de vícios que vinham de trás. De facto, é verdade que foi o Governo Regional do PSD que, confrontado com manifestações de rua, começou por propor e dar dinheiro ajudando o litro de leite, mas essa situação em vez de ter melhorado ao fim destes 7 anos, agravou-se. É isso que me preocupa.

Durante quanto mais tempo vamos continuar a assistir a esta situação?

Poderá ser o Governo Regional dos Açores, seja ele de que cor política for, a suportar artificialmente a actividade económica, que deveria ser geradora da maior riqueza produzida nesta Região?

Quando falo de faltas de estratégia, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, basta olharmos para o sector da carne. Não basta haver matadouros para que os problemas se resolvam.

Podem dizer que o antigo Matadouro de Ponta Delgada não estava certificado para o mercado europeu, mas podia vender em Lisboa ou na Madeira e tinha capacidade de resposta. O facto é que a produção e a restante fileira nunca se estruturaram devidamente.

Do que eu me queixo é que não há uma estruturação de uma política de produção de carne nesta Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Estamos a agir como se a carne dos Açores fosse panaceia para toda a problemática deste sector, quando não é.

Vai ser difícil produzir e eu continuo a ver os bovinos vivos a sair pelos nossos portos, em números crescentes. O ano passado ultrapassámos a barreira dos 50 mil e este ano, no primeiro semestre, estamos com mais 1000 sobre o mesmo período do ano passado.

Então já não temos os matadouros a funcionar?

Por que é que o gado não sai abatido e sai vivo em números cada vez maiores?

O que me aflige é essa falta de uma política que estruture a produção de carne e que permita deixar nos Açores as mais valias da transformação dos nossos animais em carne.

Paralelamente, não entro num restaurante de Ponta Delgada onde não se coma um bife da América do Sul, do Brasil ou da Argentina.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É isso que me confrange.

Então eu estou a querer vender nos meus mercados a carne dos Açores, como sendo a melhor do mundo, e estou a importar para o meu próprio mercado carne da América?

Presidente: Sr. Deputado, informo que está no limite do seu tempo.

O Orador: Eu já termino.

Haveria muitas mais coisas que eu gostaria de dizer.

Quanto à questão das Lagoas das Sete Cidades e Furnas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu talvez esteja a pecar, porque a Lagoa das Sete Cidades, que está mesmo ao pé da minha porta, está num estado muito mais grave do que a Lagoa das Furnas. Sempre estive.

A solução da Lagoa das Sete Cidades tem muito mais a ver com as pessoas, tem muito a ver com a população lá residente e com as soluções que possam ser

encontradas para as populações que têm a sua actividade económica dentro da cratera das Sete Cidades.

É que depois do fracassado anúncio das medidas agro-ambientais, eu não vi mais nenhum esforço de diálogo com a população das Sete Cidades.

Passou-se mais um ano e eu não vi reduzir os adubos, nem reforçar a questão dos assoreamentos, nem dragar a lagoa, nem retirar de lá a massa verde, tudo o que os entendidos dizem que poderia de alguma forma atenuar o agravamento.

Portanto, o estado da Lagoa das Sete Cidades está a agravar-se, mas com isto não quero dizer que na Lagoa das Furnas não tenha havido progresso e ainda bem que o houve.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso o senhor devia ter dito dali!

O Orador: Tudo bem. Estou a dizê-lo agora, daqui!

Volto a repetir: a situação da Lagoa das Sete Cidades é mais grave e complexa e V. Exa. sabe disso tão bem quanto eu.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra essencialmente para prestar um esclarecimento e também para tranquilizar o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros em relação ao que refere sobre a Lagoa das Sete Cidades.

O PS não tem o discurso como tinha, por exemplo, os responsáveis políticos do PSD quando governavam a Região. Um discurso conformista onde chegaram a dizer barbaridades como “a evolução natural das lagoas é tornarem-se em pântanos”. O senhor sabe que houve responsáveis políticos do PSD que disseram isso. Alguns deles chegaram mesmo a vice-presidentes do PSD.

Em relação àquilo que o senhor disse, deixando a ideia de que as lagoas se encontram *ao Deus dará*, gostaria de desmentir e deixar à câmara a informação de que neste momento está a ser ultimado o plano de ordenamento da bacia hidrográfica das Sete Cidades.

Esse documento, por vezes, é muito desvalorizado pela oposição, mas é um documento fundamental para permitir uma base legal e para impor determinados princípios de ordenamento e de reordenamento na Lagoa das Sete Cidades, sendo certo que já muita coisa foi feita.

Desde logo, o próprio saneamento básico das Sete Cidades, que se deve ao trabalho da Câmara Municipal, articulado com o Governo, são medidas compaginadas com esse Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica, como sejam as bacias de retenção, os açudes, a própria reflorestação de áreas da bacia hidrográfica e também um programa de filtragem e recuperação das lagoas através de maquinaria e de técnicos especializados que tornaram a situação este Verão menos grave do que a verificada em 2002.

No dia 8 de Agosto tive oportunidade de me deslocar às Sete Cidades, enquanto responsável do PS. Contactei com várias forças vivas da freguesia e esta ideia de que o ano 2003 foi menos grave ao nível do impacto visual da própria lagoa, foi unânime.

Isto permite concluir que já está a ser notória uma recuperação das lagoas, apesar de ao nível da coloração haver uma descaracterização da Lagoa das Sete Cidades.

Este aspecto preocupa muito o PS e o Governo, mas vamos continuar a trabalhar para melhorar a água das lagoas e a paisagem lindíssima que é a paisagem das Sete Cidades. Actualmente é um ícone dos Açores e continuará a ser no futuro um símbolo dos Açores, uma imagem emblemática da Ilha de São Miguel, do Arquipélago dos Açores e de Portugal.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A minha intervenção neste debate é apenas para deixar um registo .

Deputado Francisco Sousa (PS): A ausência do Presidente do PSD!

O Orador: **Gostaria de perceber por que é que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista procura, perante uma intervenção fundamentada de um Deputado do PSD sobre política agrícola, desviar o debate para dois ou três clichés, dois ou três spots de propaganda e de ataque pessoal ao Presidente do PSD. Tudo isso tem que ser clarificado e desmentido.**

Por outro lado, temos que dar o seu ao seu dono.

Na verdade, hoje, a agricultura açoriana vive com dificuldades. O responsável pelo acréscimo das dificuldades naturais aos lavradores, designadamente em matéria de quota leiteira, é o Governo Regional do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Manuel Campos (PS): **Isso é que é um cliché!**

O Orador: **Quem andou nesta matéria aos ziguezagues foi o Secretário Regional, o Presidente do Governo e, no seu todo, o Governo Regional.**

Em 2000, nos compromissos com o Governo da República e com a União Europeia, começaram por dizer que os Açores não precisariam de mais quota leiteira.

Hoje, têm o descaramento e o desplante de dizer que o PSD é que tem responsabilidades pela falta de quota na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Não pensem que isto é apenas o dizer do PSD, porque este compromisso está documentado em carta do Ministro Capoulas Santos ao Comissário Franz Fischler.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): ***Muito bem!***

O Orador: **A história tem que ser vista com verdade e as perspectivas para o futuro têm que ser referidas atendendo apenas aos factos.**

Até ao corrente ano tínhamos apenas a chamada quota virtual de 73 mil toneladas.

O Governo português, do PSD e do PP, assumiu, como prioridade nacional, esta matéria, contrariando o que tinha sido o compromisso errado...

Deputado José San-Bento (*PS*): **E contrariando o que escreveu o seu Presidente!**

O Orador: **... dos Governos Socialistas regional e nacional, e procurou negociar. Até agora conseguiu que até 2005 tenhamos um aumento efectivo de quota leiteira de mais de 50 mil toneladas.**

Este é um ganho de causa, é um facto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: **Sr. Deputado, informo que já terminou o seu tempo, mas de qualquer maneira faça favor de completar o seu raciocínio.**

O Orador: **Sr. Presidente, registo a sua ponderação na condução dos trabalhos.**

Eu volto a inscrever-me para esclarecer o que ainda falta.

Se hoje há uma responsabilidade pelas dificuldades que a agricultura passa, ela deve-se aos compromissos infelizes que o Governo Regional do Partido Socialista e do Governo da República tomaram com a União Europeia.

Hoje, estamos a tentar corrigir esse erro, indo ao encontro das necessidades dos lavradores açorianos.

Na próxima intervenção esclarecerei o Sr. Deputado da sua ignorância quanto ao que é mais 50 mil toneladas em quota efectiva e o que são menos 23, porque o senhor nem contas sabe fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Secretário Regional:

Ao ouvir o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, quase que me sinto inibido de intervir.

Ele diz: são factos!

Que chatice haver aqui dentro mais deputados para contrariar esses factos. Que pena nós estarmos aqui para desmentir!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Desmentir o quê? Desmentir o que Fischler e Capoulas Santos disseram nesta matéria?

O Orador: Mas que incómodos que são os deputados da maioria.

Sr. Deputado, factos? Quais factos?

Se alguém tem ignorância sobre essa matéria, não são certamente os Deputados do PS.

O Sr. Deputado há-de-me explicar, já que é tão sabedor nesta questão, como é que actualmente os lavradores dos Açores têm a possibilidade de produzir até 73 mil toneladas. A partir de 2006 só podem produzir 50 mil toneladas...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é isso!

O Orador: Não é isso? Como é que não é isso?

Desculpe, mas o problema está exactamente aqui. Não é questão de quota efectiva.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: **Quem não sabe o que é que está a dizer é o Sr. Deputado Clélio Meneses.**

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): **Não, o senhor é que não sabe, mas vai-lhe ser explicado!**

O Orador: **Actualmente os lavradores dos Açores podem produzir mais 73 mil toneladas.**

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Não é de quota efectiva!**

O Orador: **Eu não estou a falar de quota efectiva. Eu estou a falar de poder produzir, de pôr leite na fábrica e de receber dinheiro por isso.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Também podem fazer projectos?**

O orador: **Os lavradores dos Açores podem pôr 73 mil toneladas.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Diga lá se podem fazer projectos com essas 73 mil toneladas.**

Presidente: **Srs. Deputados, agradeço a vossa colaboração.**

De facto, há muitos deputados inscritos. Todos terão o seu tempo de argumentar, em devido tempo e de viva voz.

O Orador: **Muito obrigado, Sr. Presidente.**

A partir de 2006 só podem pôr 50 mil toneladas.

Eu gostava que me explicassem onde é que está a vitória. E gostava de saber, sobretudo, o que é que o PSD/Açores, em 2006, na oposição, se o Governo Regional do PS não conseguir mais uma vez resolver esta asneira do PSD,...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Asneira do PS!**

O Orador: **... vai dizer quando tiver que explicar aos lavradores que eles não podem produzir mais.**

Mais duas questões, descontando as perturbações óbvias da parte do PSD.

As referências ao líder do PSD aqui dentro são na exacta proporção das referências dos Srs. Deputados do PSD à ausência dos membros do Governo.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Olhe, temos cá só 1 Secretário e não é o da Agricultura!**

O Orador: **O Sr. Deputado Victor Cruz, líder do PSD, também não está.**

Em relação ao Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, não há mais pecados ou menos pecados por estar mais perto.

O senhor quando se levanta daí e faz uma intervenção política em que acusa o Governo Regional de falta de vontade política para resolver o problema das lagoas, em consciência, devia ter feito referência à Lagoa das Furnas.

Valeu, e ainda bem que valeu, o reconhecimento, embora tardio, de que nas Furnas já está a ser feita alguma coisa e está a melhorar.

Faltou a constatação de que nas Sete Cidades também vai melhorar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: **Obrigado, Sr. Deputado.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Sobre a situação do cálculo das multas, eu queria acrescentar, para esclarecimento da câmara, que o sistema de cálculo que neste momento temos implantado na Região e, sobretudo, no país, é um sistema nacional.

É evidente que, através do sistema nacional, apenas conseguimos saber quem são os produtores que eventualmente terão isenção de pagamento suplementar, depois de feitas as contas nacionais.

Portanto, antecipadamente, o que competia ao Governo Regional fazer, sobretudo no seu instituto, era acompanhar a produção nos Açores o mais

possível e tentar obter informações do nível de produção nacional, sendo que num caso e no outro, só quando acabasse a campanha, seria possível fazer as contas e saber se os produtores de Trás-dos-Montes, dos Açores ou da Madeira teriam que sofrer a imposição suplementar. Isto decorre da legislação.

O Governo fez a sua parte nos Açores. Alertou os produtores para manterem as suas produções aos níveis que respeitassem os quantitativos de quota atribuída, mais o direito de produção. Assim ocorreu.

Portanto, ficou-se na expectativa, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): O que está mal!

O Orador: Não está mal, está certo, é assim mesmo.

... ainda que sabendo que as quotas finais poderiam penalizar um ou outro produtor. A situação não seria muito preocupante, pelo menos na Região. Assim aconteceu.

Nós estamos perante o pagamento de indemnizações suplementares por parte de lavradores que ultrapassaram três vezes e meia, no mínimo, a sua quota leiteira.

Portanto, o sistema de quotas não está pensado para funcionar desta maneira, mas para que os produtores ajustem a sua produção. Têm desvios de 20, 30 ou 40% eventualmente, mas desvios de 3 vezes e meia à sua produção, é evidente que pervertem o sistema.

O Governo tomou as suas posições e desde logo comunicou que não deixaria esses produtores desamparados.

Reuniu com os industriais e tentou dar segurança aos produtores no sentido de que não houvesse falências por este facto.

Esta foi uma posição do nosso ponto de vista responsável e que vai alertar para o futuro, sobretudo a grande massa de produtores. Estamos a falar de 80 e tal produtores num conjunto de 5000 que tem a Região. No fundo, a mensagem é

de que é preciso, cada vez mais, respeitar a quota que se tem e, sobretudo, o direito de produção que se conseguiu.

Tudo isto não está apenas no âmbito da Região.

Existem despachos do Sr. Ministro da Agricultura indicando ao INGA, por exemplo, que deve fornecer a todos os interessados no site da Internet, atempadamente, toda a informação da produção nacional. Isto deve ser feito atempadamente.

Acontece que toda a gente se dirige ao site. Este ano, por exemplo, ainda não vê a produção que seja de um litro de leite da campanha de 2003/2004.

Portanto, percebendo a lógica do sistema, se nós não soubermos como é que está a produção ao nível do país, ninguém consegue gerir um sistema de quotas assim. Ninguém sabe quanto é que pode produzir, porque o sistema de quotas para ser eficiente não basta produzir exactamente como está no seu papel. Nós temos que ter conhecimento a nível do produtor, do comprador, mas temos que ter conhecimento sobretudo a nível da situação do país.

Na Internet não consta nada.

A 15 dias de fechar a campanha nacional, o site do INGA tinha dados fechados do 1º trimestre da campanha passada.

Portanto, os compradores não têm informação para dar da situação nacional aos seus consumidores, aos seus produtores e todo o sistema cai pela base.

Há aqui um pecado original. Desde a altura em que se montou um sistema de quotas em 1990, o sistema que competia ao país montar para informação dos produtores, dos compradores e do próprio país, não foi montado. Esta é a grande verdade.

Este pecado original, até hoje, não foi colmatado devidamente.

Continuamos a laborar num problema que se vai estender enquanto não for possível aos produtores acompanhar todo o sistema de informação para tomarem as suas decisões como empresários.

Portanto, isto não é culpa do Governo A, B ou C. É culpa de uma série de governos que ao longo do tempo não fizeram aquilo que deviam ter feito.

Muito obrigado.

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu não estava para intervir neste debate, uma vez que ele está mais circunscrito à Ilha de São Miguel, mas gostaria de dizer que fui procurado por um ilustre militante do PSD, que também é lavrador, e que me disse que o líder do seu partido estava a brincar com os lavradores. Referiu que tinha recebido uma carta do Dr. Victor Cruz a dizer que não pagava multa e dois dias depois recebeu outra carta que dizia que tinha que pagar.

Realmente, se isto não é uma anedota, está próximo.

Disse mais: “como é que este senhor quer ser Presidente do Governo, quando já nos está a enganar antes de ser Presidente? O meu voto ele não leva!”

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Paulo Alves:

É muito bonito ir buscar os pecados originais como se as coisas tivessem nascido tortas e nunca mais se conseguissem endireitar. Não é assim, Sr. Deputado.

Havia legislação comunitária que foi cumprida e foi-se implementando aquilo que estava na legislação.

O senhor esquece-se que nós implementámos um regime de quotas de acordo com determinada regulamentação que foi sucessivamente prorrogado por vários períodos, com regulamentação diferente.

De qualquer modo, não posso admitir que seja o produtor ou um industrial, para sua informação, a ter que ir ver à Internet qual é a situação de leite de todos os produtores do país. Há organismos da administração regional que têm que funcionar, que têm que se entender com os organismos da administração nacional e informar.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Então para que é o despacho do Sr. Ministro?

O Orador: A verdade é esta, Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

O IAMA foi apanhado de surpresa e teve um papel muito pouco eficaz...

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Com um despacho destes?

O Orador: ... na informação que lhe compete dar aos industriais da Região. Portanto, o IAMA não cumpriu a sua função e não me venha com a Internet.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Deputado Luís Paulo Alves, quando se fala que foram apenas os produtores que ultrapassaram 3 vezes e meia, eu tive o cuidado de dizer que a Região, no seu conjunto, não ultrapassou as quotas que estão distribuídas.

Portanto, se o Governo Regional tivesse pensado a tempo na hipótese de levar um agrupamento de compradores, no que é uma mera formalidade, a juntarem-se num gabinete com um computador e um funcionário, talvez não se tivessem pago as multas.

As soluções apareceram depois. Só depois de termos multas na Região é que o Sr. Secretário foi ao encontro do Ministro do Governo da República e encontrou abertura para isso.

Por que é que não o fez antes?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, havia várias coisas que gostaria de lhe dizer, mas uma que ficou da sua última intervenção refere-se às cartas do líder do meu partido.

Eu julgo que o líder do meu partido tem todo o direito de se dirigir ao eleitorado.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Tem todo o direito, mas o problema não está aí!

O Orador: Por mais ciúmes que isso possa provocar na questão de namoro ou não, a verdade é que nas 3 cartas que foram enviadas pelo líder do meu partido vejo 3 linhas de força permanentes:

1ª - Empenhamento do PSD em resolver questões que os senhores não foram capazes de resolver;

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: 2ª- A inoperância dos Governos Regionais Socialistas na negociação das quotas leiteiras;

3ª - O PSD tudo fará para adaptar o sistema das quotas leiteiras ao potencial produtivo desta Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Mais uma vez para repor a verdade quanto às responsabilidades do estado em que se encontra hoje a lavoura nos Açores.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com a tranquilidade de quem diz a verdade, porque estou fundamentado, e não tendo V. Exa. ou a bancada do Partido Socialista desmentido qualquer dos factos que apontei, diga-me então com clareza: não é verdade que o Ministro Capoulas Santos enviou uma carta ao Comissário Franz Fischler?

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): Fez parte das negociações!

O Orador: O Sr. Deputado importa-se de me deixar falar?

Ouçá pelo menos para quando falar saber o que diz. Falo com conhecimento da matéria.

Sr. Deputado, é ou não verdade que o Governo português, pela mão do Ministro Capoulas Santos, comprometeu-se com a Comissão Europeia de que haveria uma regressão da produção leiteira na Região Autónoma dos Açores?

A política concertada entre o Governo da República e o Governo Regional era ou não no sentido da diminuição da produção leiteira nos Açores?

Diga se isto é mentira ou se é verdade.

Eu tenho a carta e o senhor com certeza também a tem. Aliás, ela foi publicada nos jornais de hoje.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Tenho todas as cartas!

O Orador: Então como pode desmentir o indesmentível?

Isso é uma retórica que não traz nada de dignificante a si e ao Partido Socialista.

O PSD responsabiliza, e responsabiliza com toda a clareza, o Partido Socialista e os seus Governos Regionais pelo facto de não terem negociado com a União

Europeia aquilo que seria a necessidade de um aumento de quota leiteira para a Região Autónoma dos Açores.

Segundo facto que ficou por esclarecer na minha primeira intervenção:

O que verdadeiramente ficou negociado foram 73 mil toneladas de franquia para efeitos de pagamento de multa.

O que hoje o Governo Português fez, ao contrário do que os Governos do Engenheiro António Guterres fizeram, foi:

Primeiro, não deram prioridade nem ao trigo rijo, nem ao tomate. Deram prioridade, isso sim, à quota leiteira, e fizeram do interesse dos Açores o interesse nacional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Este é um facto que manifesta uma atitude diferente do Governo da República do PSD e do PP, em relação aos Açores. Bem diferente daquela que foi a dos Governos do Partido Socialista.

Segundo, o Primeiro-Ministro está a fazer um esforço difícil, tendo em conta os compromissos que o Governo da República Socialista assumiu, com a Comissão Europeia.

Até agora já conseguiu mais 50 mil toneladas de quota efectiva. Entretanto, manteve as 73 mil toneladas de franquia. Mas também conseguiu um aumento de 50 mil toneladas na produção e na quota efectiva, transformando o que era virtual em efectivo. Estas são contas diferentes das que o Deputado Hernâni faz.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Já vamos ver quem é que não sabe fazer contas!

O Orador: Significa isso que os lavradores, hoje, podem, em função desta perspectiva, apresentar projectos, porque a franquia não conta para a apresentação de novos projectos, mas a quota efectiva já conta.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Falar em projectos é ignorância sua, Sr. Deputado!

O Orador: Isto prova que o senhor não sabe o que está a dizer.

Outro facto, Sr. Presidente, para terminar, tem a ver com as cartas que o Presidente do Partido Social Democrata dirigiu aos lavradores e que tanto ciúme e preocupação causaram ao Governo Regional e ao Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: Enviem mais cartas!

O Orador: Na verdade, através das cartas enviadas pelo Presidente do PSD aos lavradores, não só ficou assumido o compromisso por parte do PSD, como ficou desmontada a falsa argumentação do Governo Regional na relação que estava a ter com os agricultores nessa matéria.

Por outro lado, Sr. Deputado, quanto à verdade e ao compromisso do Presidente do PSD, o senhor ou não leu as cartas ou não percebeu nada do que lá vem dito.

O que lá vem dito foi muito bem repetido e clarificado agora pelo Sr. Deputado Luís Henrique.

Se quiser intervir neste debate, ao menos traga a documentação aqui e não invente, porque não é fácil desmentir o que está escrito nas cartas enviadas pelo Presidente do PSD/Açores.

Em síntese, a verdade, é que há uma responsabilidade pelas dificuldades da lavoura e ela deve-se ao Partido Socialista.

Se esta problemática for elevada à condição de classificação de interesse nacional, ela deve-se ao PSD, ao novo Governo da República e designadamente ao Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso.

Muito obrigado.

Deputado Humberto Melo *(PSD)*: *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:**

Uma primeira palavra antes de dizer aquilo que tenho a dizer sobre esta matéria, com a permissão de todos, para pedir desculpas à Deputada Andreia Cardoso e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo excesso que cometi ontem no âmbito de outra discussão, ao pretender estar a ensinar alguma coisa. Com humildade peço desculpa.

Em seguida, gostaria de dizer que penso que já houve neste debate de hoje vários registos que serão importantes ter em atenção.

A verdade é que até 31 de Março de 2003, tínhamos uma franquía de 73 mil toneladas.

Eu penso que qualquer pessoa, tanto desta bancada como daquela, sabe que se não se tivesse tocado mais neste assunto, a partir do mês de Abril já não tínhamos mais franquía. É verdade ou é mentira?

Deputado Luís Medeiros *(PSD)*: **É verdade!**

O Orador: **É verdade ou é mentira...**

Deputado Dionísio Sousa *(PS)*: **É mentira. Claro que é mentira.**

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: **É preciso ter descaramento!**

O Orador: **Eu ia perguntar se era verdade ou mentira que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista era sério. O Sr. Deputado Dionísio Sousa disse que era mentira.**

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

As palavras são suas Sr. Deputado e eu concordo plenamente consigo sem ser o senhor a dizê-lo.

Todos sabem que a partir de Abril de 2003, se tudo se tivesse mantido como estava, não tínhamos mais 73 mil toneladas, porque o Sr. Deputado Luís Paulo Alves sabe que foi negociada a tal franquía. Na altura que em 2000 se descobriu que havia uma situação muito complicada, foi negociada uma franquía para resolver o problema com a tal carta que o Ministro Capoulas Santos enviou para o Comissário Franz Fischler a assumir que tinha um problema, que tinha descoberto um buraco e que se eles tapassem esse buraco durante 3 anos, comprometia-se a encontrar uma maneira de deixar de o ter.

Ao fim de 3 anos, as soluções e os compromissos que tinham sido assumidos por Capoulas Santos para tapar o buraco não foram encontradas.

Se ninguém tivesse feito nada estava lá o buraco e não tínhamos as 73 mil toneladas.

Foi feito. Pode não ter sido ainda o ideal, mas ainda temos muito trabalho pela frente e com muita serenidade temos que o encarar.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: Já não é uma vitória, é um ideal.

O Orador: Calma, Sr. Deputado. O buraquinho que estava lá e que os senhores se comprometeram a tapar durante 3 anos e não taparam, já foi tapado, porque senão já não tínhamos as 73 mil toneladas este ano.

Mais do que isso, Sr. Deputado, além de se resolver esse problema, resolveu-se de novo o problema para este ano. Se ele se se mantivesse, neste momento os agricultores açorianos já não tinham as 73 mil toneladas. Foi o tal compromisso que vocês tentaram encontrar para resolver o problema, que era de 3 anos.

Agora temos mais uma solução, temos mais uma esperança, mais uma fasquia para transpor.

No entanto, há uma coisa que já é certa e os senhores não podem negar. Se tínhamos uma franquía que acabava a 31 de Março de 2003, agora continuamos com as 73 mil toneladas. Uma coisa é certa, a partir de 2007, há 50 mil toneladas que já ninguém nos tira. Essa está garantida. Se isso não é uma vitória...

É importante que estas coisas se esclareçam com alguma calma, com alguma ponderação.

Penso que é fácil todos perceberem.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

É importante que fique registado que, por vezes, há aqui a tentativa de intoxicação da opinião pública...

Deputado Francisco Sousa (PS): Olhem só quem está falando!

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: ... e há pessoas que se deixam intoxicar.

Eu faço lembrar o que os senhores diziam no vosso comunicado sobre o PEC. Lá, os senhores diziam que o problema do PEC derivava de um despacho do Secretário de Estado. Uma mentira, uma barbaridade e uma desonestidade.

Neste caso, a estratégia é a mesma. É uma tentativa de intoxicar a opinião pública, com algumas pessoas que são muito fáceis de intoxicar, quase que se predispõem a serem intoxicadas.

Para concluir, no que se refere àquilo que o Sr. Deputado Manuel Silveira disse que dizem do Presidente do PSD, se eu fosse repetir aquilo que me dizem do Presidente do Partido Socialista, aquilo que a gente lê de alguns antigos assessores do Presidente do Partido Socialista...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Exactamente, e agora são assessores do Grupo Parlamentar do PSD!**

O Orador: ... e do Presidente do Governo Regional, cuidado, Sr. Deputado. Se entrarmos por aí é muito complicado.

Recordem-se do que disse um ex-assessor do Presidente do Governo Regional do Partido Socialista, há bem pouco tempo, sobre o que se passava no Palácio de Sant'Ana. Não vale a pena entrarmos por aí.

Em relação a este assunto do leite, recordo aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo Regional em 2000, quando viu que não tinha solução para o problema que tinha criado:

“Os Açores já atingiram a sua quota natural de produção de leite”.

Está tudo dito.

Deputado Humberto Melo *(PSD)*: **Muito bem!**

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:**

Não terei certamente a veleidade de desafiar os conhecimentos matemáticos do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Conforme ficou demonstrado neste debate, certamente são muito vastos.

Em 91, quando o regime de quotas foi aplicado à Região, o global das quantidades de referência de cada um dos produtores da Região, atingia as 400 mil toneladas.

No final da campanha de 96/97, primeira campanha que coincidiu com o Governo do Partido Socialista, o global dessa quantidade de referência à quota da Região era de 394.310 toneladas.

Chegámos a 2000/2001 com 450 mil toneladas.

Depois, com a questão de Nice e com o autoconsumo, no final desta campanha, os produtores açorianos puderam produzir 523 mil toneladas.

Na campanha de 2005/2006, fruto das negociações do Governo da República, os produtores açorianos não poderão produzir mais do que 500 mil toneladas.

São factos, são apenas factos, Sr. Deputado.

Quem souber fazer as contas que as faça e que ajuíze.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, pela utilização económica do seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, porque a maior parte das questões já estão ditas e reditas.

Apenas gostaria de dizer ao Sr. Deputado Manuel Silveira que o que o líder do PSD diz é que “para o PSD/Açores não é justo que os erros do PS e dos seus governos sejam pagos pelos lavradores”. Ninguém falou em multas. Portanto, o seu informador está mal informado.

Deputado Mark Marques (PSD): Não há informador nenhum!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Claro que não. Ele é que inventou, o que lhe fica muito mal!

O Orador: **Sr. Deputado José San-Bento, a evolução natural de qualquer lagoa é no sentido da eutrofização.**

É preciso evitar esse caminho e nós temos assistido à aceleração dessa via para a eutrofização, porque temos tido pouco cuidado.

Julgo que há diagnósticos de pormenor que têm que ser feitos, mas aquilo que já se sabe teria permitido que, entretanto, se avançasse no terreno com medidas que poderiam sustentar ou de alguma forma melhorar o estado das Lagoas. Foi isso que eu disse ali.

Paralelamente, poder-se-ia evitar que continuassem a correr adubos para a lagoa, evitar os assoreamentos. Todas as outras questões que ali levantei, de dragagem e de ceifa de algas foram totalmente paradas na Lagoa das Sete Cidades.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Governo pode estar a actuar nas Furnas e os resultados estão à vista, mas nas Sete Cidades continuamos a aguardar estudos e planos e no terreno nada se está fazendo.

Cada ano que passa a situação agrava-se e torna-se cada vez mais difícil.

Eu tinha mais algumas coisas para dizer relativamente à questão das 50 mil toneladas, mas o meu colega de bancada, Deputado Duarte Freitas, já disse tudo.

Portanto, fico-me por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Parece-me que o grande problema do PSD são as cartas.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro trouxe aqui a questão da carta que o Ministro Capoulas Santos enviou à Comissão Europeia. Essa carta existiu, inseriu-se num processo de negociação e, conforme o senhor sabe, acabou por não ter qualquer significado prático.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Foram 73 mil toneladas!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Tanto não tem importância esta aceitação da necessidade de reduzir, que são as próprias primeiras cartas do líder do PSD que falam em manter as 73 mil toneladas.

Isso prova que o próprio PSD reconhece que não havia a obrigação de reduzir. Eu não acredito que se houvesse a obrigação de reduzir, o líder do PSD viesse dizer que queria manter as 73 mil toneladas.

Eu penso que em relação à carta do Ministro Capoulas Santos, estamos conversados.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, em relação aos ciúmes do PS e o desmentir as cartas do líder do PSD, o senhor certamente reconhecerá que o Partido Socialista tem mais que fazer do que desmentir essas cartas. O próprio líder do PSD faz isso tão bem. De carta para carta desmente a anterior. Para que é que nós nos vamos preocupar com isso?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Em relação aos ciúmes do PS em relação às cartas do Deputado Victor Cruz, gostaria de esclarecer a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Por favor, enviem mais cartas!

Se obtiverem o mesmo resultado que estas estão a ter, enviem as cartas que quiserem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece estranho que aquilo que se conseguiu em Nice tenha sido uma coisa tão condenável, quando o actual Secretário de Estado e na altura Secretário-Geral da FENELAC, escreveu no boletim da FENELAC, sobre as negociações de Nice, o seguinte:

“Falar a verdade.

As decisões recentemente adoptadas pela Cimeira de Nice para a produção de leite portuguesa, revestem importância decisiva e configuram uma boa negociação pelas autoridades portuguesas”.

Os senhores falem da Agenda 2000, mas localizem-na em Março de 1999, sempre que quiserem ter algum rigor. Isto não é despendendo, porque o tal sistema informativo que nunca se montou desde 1990, se tivesse sido montado, a Cimeira já nessa altura tinha sido diferente,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quem é que estava lá nesse momento?

O Orador: ... porque senão o actual Secretário de Estado, não tinha dito isto nas vésperas do Conselho de Agricultura.

Afigura-se muito provável a negociação da ajuda da Agenda 2000 no próximo mês de Março.

A FENELAC faz chegar a seguinte posição ao Governo Português:

“A FENELAC identifica, como primeira e maior prioridade para o sector, a flexibilidade da gestão do regime de quotas leiteiras e a realização de uma operação de resgate.”

Na altura, no sector, não se fala sequer necessidade de aumentos de quota, por uma simples razão, porque os dados que existiam colocavam o país a mais de 145 mil toneladas da sua quota leiteira.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Isso não é admissível!

O Orador: É tão admissível quanto vir dizer que uma carta, além de existir com os termos em que existia, e que fez parte do processo negocial, como fazem parte muitas outras cartas – V. Exa. sabe que num processo negocial se trocam muitas cartas – ...

Deputado Luís Medeiros (PSD): Isso é demagógico, Sr. Deputado!

O Orador: ... tinha outras situações contempladas como o aumento de direitos que nunca se veio a verificar.

Aquela carta nunca esteve em cima da Mesa das negociações de Nice.

Demagógico, Sr. Deputado Luís Medeiros, é o Sr. Ministro da Agricultura vir dizer, no fim deste Conselho, que ninguém queria ouvir falar em aumentos de quota. Isso é que é demagógico, porque no dia seguinte todos ficaram a saber no país que a Grécia tinha tido um aumento de 123 mil toneladas. Isto é que é demagogia.

Quanto a isto estamos conversados.

É evidente que 50 mil toneladas em quota efectiva, é uma coisa boa. Todos temos o dever de dizer isto.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É um aumento!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: **Agora, produzir menos 23 mil toneladas é mau.**

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **É péssimo!**

O Orador: **É péssimo!**

Deputado Dionísio Sousa *(PS)*: **Batam agora palmas!**

O Orador: **Portanto, não se pode dizer que isto é uma vitória.**

As coisas têm que ser colocadas como elas são e não como dá jeito que elas fossem.

Eu penso que para esclarecimentos, para já, chega.

Deputado João Cunha *(PSD)*: **Isso não esclarece, confunde!**

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.**

Deputado Luís Medeiros *(PSD)*: **Muito obrigado, Sr. Presidente.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Paulo Alves:

Não é meu hábito fazer apartes e dizer que V. Exa. estava a ser demagógico, mas confirmo.

V. Exa. foi buscar uma posição de um Secretário-Geral da FENELAC – Organismo Federativo das Cooperativas Leiteiras deste País –...

Deputado Luís Paulo Alves *(PS)*: **Que conhece o sector!**

O Orador: **... que escreveu enquanto Secretário Geral e que, por acaso depois foi convidado para ser Secretário de Estado das Comunidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Isso não tem absolutamente nada a ver com qualquer posição política.**

Deputado Luís Paulo Alves *(PS)*: **É uma pessoa que conhece o sector!**

Deputado Manuel Arruda (*PSD*): **É demagogia pura!**

O Orador: **Eu acho que é deselegante confundir as funções de um Secretário Geral da FENELAC com as funções de um Secretário de Estado de um Ministério que não tem nada a ver com a agricultura, senão, daqui a dias, vamos confundir as funções que o senhor exerce na Unileite com as suas funções de deputado.**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: **Era apenas isso, Sr. Deputado.**

Peço imensa desculpa, mas é a isso que nos leva.

Quanto à carta que V. Exa. diz que nunca esteve na mesa das negociações em Nice, é o Ministro da Agricultura deste país, Luís Capoulas Santos que começa “Meu caro Franz...” e coloca ao Sr. Comissário Europeu um compromisso da República Portuguesa de repor a quota nos Açores no seu valor original, em 4 anos. Obteve em troca as 73 mil toneladas de franquia que terminaram no dia 31 de Março de 2003.

A partir daí tínhamos zero. Tudo o que estamos a ter já foi o esforço do Governo da República do PSD.

As negociações não estão terminadas. Temos uma cimeira em Outubro. Eu não quero augurar aqui o que é que vai acontecer, mas estou esperançado de que a situação vai resolver-se a favor dos lavradores dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.**

Deputado Paulo Gusmão *(PP)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Para deixar duas notas sobre um desafio que o Sr. Deputado Hernâni Jorge fez a esta câmara, fez a todos os que aqui estão e que tem a ver com o fazer contas.

Há dois tipos de contas a fazer nesta matéria. As primeiras são, sem dúvida, as matemáticas. É sobre essas que convém, sem grande alarido, sem qualquer demagogia, repor a verdade. Farei perguntando e se me enganar, há-de-me corrigir.

As 73 mil toneladas foram concedidas aos Açores extraordinariamente, para além de não serem efectivas, em troca de alguma coisa. É verdade?

As 73 mil toneladas foram atribuídas aos Açores em troca de reduzirmos a nossa produção. É verdade?

Deputados Vasco Cordeiro e Lizuarte Machado *(PS)*: **Não!**

O Orador: **As 73 mil toneladas foram negociadas pelo Ministro Capoulas Santos em troca de passarmos a ter, não menos 21 mil, não menos 23 mil, mas menos 73 mil ao fim de 3 anos e menos daquilo que já era nosso, que já era hábito, que foi o compromisso de reduzirmos. Essas são as contas claras e efectivas.**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **É especulação!**

O Orador: **Estes são os factos. Se quiser negá-los tem todo o direito de fazer. Agradecia que o fizesse nos mesmos termos com factos concretos.**

Portanto, ao fim de 3 anos, o nosso compromisso era de deixar de ter a produção que tínhamos no ano em que fizemos essa mesma produção. É o que está na negociação que é pública, conhecida e está na mesma carta. Se alguém quiser dizer o contrário que o demonstre.

A segunda conta que importa fazer perante isso, é nós sabermos mais ou menos com o que é que contamos. Já é outro género de conta.

Foi bom o Sr. Deputado Hernâni Jorge dizer aqui que ano a ano viemos a crescer, de campanha a campanha a aumentar.

Acha que podemos contar com o Governo que, sabendo que a situação era essa, usou negociar o inverso, usou negociar que se reduzisse e mesmo assim foi sempre dizendo aos lavradores não baixem.

Disse uma coisa em Bruxelas. Traiu os lavradores naquilo que foi dizendo à comunicação social.

É por isso que me admiro, e gostaria de dizer aqui, que quando foi feito o desafio à Região, “senhores lavradores não baixem”, alguém disse, “senhores lavradores que já estão acima da quota, baixem!”. Aos outros com certeza foi dito “não baixem para podermos continuar a negociar”.

Não. Senhores lavradores façam o favor de não começar a baixar a produção, para no futuro podermos negociar o aumento da quota.

Portanto, de uma forma clara, são essas as contas, Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Não sei se sei fazer as contas. Fi-las com factos. Se quiser fazer da mesma forma que o faça, sem demagogias, com as contas certas daqueles que são os factos.

As duas contas, as matemáticas e aquela que nós e os lavradores temos que fazer para saber com o que contamos, são essas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando me referi à pessoa do Sr. Doutor Lourenço dos Santos, fi-lo porque é uma pessoa que eu respeito ao nível do país. Portanto, foi como conhecer do sector e não para desmerecer a atitude que ele na altura teve.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Referiu o cargo de Secretário de Estado!

O Orador: O cargo é o actual.

Na altura, as pessoas que conheciam o sector e liam a sua realidade, tomaram as posições que foram tomadas e isso não era exclusivo dos membros do Partido Socialista, também alargou-se a outros responsáveis do sector. Portanto, fi-lo para ilustrar essa situação e não – e se foi interpretado assim, peço desculpa – para desmerecer a figura de uma pessoa que eu tenho consideração.

Quanto a uma afirmação que foi feita aqui pelo Sr. Deputado Duarte Freitas sobre a questão dos limites de produção, – eu tenho pena de fazer estas ilustrações, mas não me deixam outra hipótese – o Sr. Secretário Regional da Agricultura do PSD, em 96, quando nós produzimos 390 milhões, também disse que estávamos no limite da nossa capacidade de produção. O desvio aí foi mais grave. Portanto, essa afirmação não colhe.

Gostaria ainda de dizer que não vale a pena deitarmos mãos a todas as armas, porque elas tem ricochete.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão, por sua vez, veio aqui dizer que o Governo apelou para que se produzisse no sentido de facilitar a negociação na Cimeira de Luxemburgo.

Não foi só o Governo que apelou. Todas as pessoas que conhecem o sector apelaram.

O Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros apelou. O então Presidente da Associação Agrícola também apelou e todos estavam preocupados, porque na sequência dos abates maciços que estavam ocorrendo na altura, a produção de leite estava a cair em média, cerca de 6 a 9%.

Portanto, estava toda a gente preocupada com a trajectória que isto estava a seguir.

Portanto, não foi pecado nenhum por parte do Governo ter feito esse apelo, tendo em conta que isto veio acompanhado daquilo que se anunciava antes e se veio anunciar depois de que era necessário conter a produção dentro dos limites de 99/2000.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu intervenho porque foi referido o meu nome, no âmbito de uma intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que tem por hábito e prazer, cada vez que 50 Deputados que lhe mandam um aparte, fazer referência expressa o meu nome e por isso penso que a questão está esclarecida sobre as contas e penso que sobre isto não restam quaisquer dúvidas.

Aproveito esta oportunidade para referir que quando se fala muito tempo sobre uma coisa, as pessoas ficam confusas. Um dos temas que mais tem ocupado esta Casa, tem sido a questão da agricultura e das quotas leiteiras. De facto, notamos que há aqui pessoas confusas.

O processo negocial de Nice foi tido até hoje como um processo glorioso.

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista referiu que um dos elementos essenciais no processo negocial de Nice, que é a carta do Ministro Capoulas Santos, não teve efeito prático.

É esta confusão que identifica o estado de espírito do Partido Socialista sobre uma matéria tão importante como é a questão das quotas leiteiras.

Não restam quaisquer dúvidas, como ficou aqui identificado também: se não tivesse qualquer efeito prático então porquê as 73 mil toneladas apenas até 2003? Porque teria só esse efeito precário até 2003? A carta teve efeito e aquele

compromisso de reduzir a produção para manter aquele volume teve efeito prático, obviamente.

Conseguiu-se, e por isso é que o PSD identifica – o Sr. Deputado Luís Paulo Alves também já referiu a importância de que a partir de 31 de Março de 2003 havia zero do acréscimo da quota virtual, franquia, ou auto consumo – a prorrogação das 73 mil toneladas,...

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Em 2003 tínhamos a reforma da PAC!

O Orador: ... e conseguiu-se mais do que isso, conseguiu-se as 50 mil toneladas como já foi aqui identificado e mais há-de conseguir-se com o esforço de todos.

Aproveitando também esta oportunidade, e como se insere na intervenção do Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, gostaria de abordar a questão da carne que aqui foi referida.

Foi identificado que falta um projecto a esse nível.

Todos reconhecemos que o número de exportação dos animais vivos continua a aumentar e há aqui uma ineficácia desta governação, mas não é só ao nível da exportação da carne. Na própria construção dos matadouros, e refiro-me ao Matadouro Industrial da Ilha Terceira, há um incumprimento claro das promessas feitas.

Vou fazer referência a algumas declarações prestadas sem pôr em causa de forma alguma a ética ou a idoneidade das pessoas que as proferiram. Essas pessoas, de facto, terão sido também ludibriadas e terão dito de boa fé aquilo que acreditavam, quer deputados regionais, quer membros do Governo.

Como foi aqui referido, essas declarações não tiveram qualquer efeito prático e com a devida vénia vou citar algumas delas:

Em 1996, “o Partido Socialista assumia como grande prioridade para a Terceira a construção do Matadouro Industrial”.

Em 21 de Novembro de 1996, um representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista dizia nesta Casa: “as instalações de abate reconhecidas pela

União Europeia permitirão a exportação sem restrições evitando-se deste modo o triste cenário da exportação de animais vivos com todas as consequências para os comerciantes e exportadores de carne, o bem-estar animal e muito especialmente para o bolso dos agricultores”.

Em 30 de Janeiro, em 27 de Maio e em 28 de Novembro de 97 e em 22 de Abril e 20 Outubro de 98 haviam promessas de que o Matadouro Industrial da Ilha Terceira ia começar, havendo mesmo declarações expressas de que até ao final da Legislatura iria ser feito.

Passou todo este tempo, já estamos em 2003 e só agora é que a construção do matadouro iniciou-se. Finalmente, o matadouro vai ser executado...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mais uma promessa cumprida!

O Orador: ... para bem dos agricultores terceirenses e açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mas quem é que paga os prejuízos? Quem é que assume a responsabilidade desde 1996 até hoje?

Volto a citar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista: “Durante todo este tempo o que se conseguiu foi o triste cenário da exportação de animais vivos com todas as consequências para os comerciantes e exportadores de carne, bem-estar animal e muito especialmente para o bolso dos agricultores”. Desde 96 até agora foi isso que se conseguiu.

Srs. Deputados, foi isto que foi dito. Pelos visto não teve qualquer efeito prático e não é nenhum militante do Partido Socialista, nem nenhum militante do Partido Social Democrata que se manifesta desagradado com isso. São os terceirenses, são os açorianos.

Da nossa parte, mais do que o passado, é importante o futuro. Trabalhamos para o futuro e estamos conscientes de que os açorianos querem um futuro novo e neste caso concreto das quotas leiteiras todos estamos a trabalhar para isso.

Os resultados vão aparecer para bem dos agricultores e para bem dos açorianos.

É para isso que nos ocupamos e é isso que temos feito sempre, ao contrário de alguns que tentam enredar, que tentam fazer crer aquilo que não existe e acabam confundindo.

Uma glória que era o processo negocial de Nice, acaba por ser assumido como sendo um processo sem nenhum efeito prático.

Deputado João Cunha *(PSD)*: **Muito bem!**

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Presidente: **Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Medeiros.**

Deputado Luís Medeiros *(PSD)*: **Obrigado, Sr. Presidente.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para referir aqui um pequeno aspecto que o Sr. Deputado Luís Paulo Alves mencionou, a questão de se dizer que a Região atingiu os seus limites, o tecto da sua produção natural.

Deputado Luís Paulo Alves *(PS)*: **Não fui eu que o disse!**

O Orador: **Várias pessoas o disseram, o Sr. Presidente Carlos César, o Sr. Dr. Adolfo Lima, etc..**

É preciso ver que essas afirmações fazem-se numa determinada conjuntura, num determinado horizonte temporal e numa determinada perspectiva. Daí não vem mal nenhum ao mundo, porque o Sr. Dr. Adolfo Lima pode ter dito isso, mas a verdade é que se percebeu depois que a Região precisava efectivamente da produção leiteira como único suporte da sua economia. Programou-se o que se viu, a importação de animais reprodutores, a melhoria

genética do efectivo e demos um salto qualitativo grande, mas a questão não está aí.

A questão coloca-se quando disseram que não era preciso mais leite, seis meses depois vieram dizer que era preciso mais leite senão não podiam negociar a quota em Bruxelas e três meses depois voltaram atrás.

Deputado Luís Paulo Alves (*PS*): Já se disse isso. Isso já está no Diário das Sessões!

O Orador: Agora, vem o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas dizer que é preciso as 73 mil toneladas para integrar na quota com 4% de aumento anual e vemos o Sr. Deputado Paulo Casaca a dizer que não, que insistir no aumento da quota não é o caminho certo, é criar becos sem saída. É este tira e põe do Partido Socialista, que denota uma falta de estratégia, que nos confunde.

Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*): *Muito bem!*

O Orador: Esta Região precisa de ter uma estratégia para o sector leiteiro, precisa de saber para onde caminha para poder construir políticas consentâneas com esse objectivo. Era isto que eu gostava de referir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado, pela utilização parca do seu tempo.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dar por encerrada a nossa participação neste debate, salientando alguns aspectos.

O primeiro tem a ver com a questão da carne e do Ministro Capoulas Santos.

Sr. Deputado Clélio Meneses, eu solicitava aos serviços, através da Mesa, a gravação das minhas declarações anteriores para serem entregues ao senhor.

Eu disse que a carta era um elemento negocial. Não disse que a carta era um elemento essencial.

Foi um elemento negocial, um elemento que não teve efeito prático.

Portugal recebeu as 73 mil toneladas, Sr. Deputado Paulo Gusmão, no final da sua presidência, altura em que todos os países costumam receber uma prenda.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então não foi negocial!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi negocial ou foi uma prenda?

O Orador: Em relação às 73 mil toneladas, nós não estamos numa situação em que, antes da Cimeira de Luxemburgo, todos os partidos, ou melhor, o Partido Socialista dissesse que é possível manter as 73 mil toneladas e o PSD, por exemplo, dissesse que não era possível manter, porque era o compromisso, de tal, tal e tal.

Há declarações do Sr. Ministro da Agricultura em que ele considera como possível a manutenção das 73 mil toneladas e não é admissível que agora se venham levantar dúvidas em relação ao processo anterior para justificar aquilo como falhanço. Em relação a esta questão é preciso ter presente isto.

De tudo isto resulta uma questão que é indesmentível. Se esta solução não for alterada, os lavradores dos Açores em 2006 têm que entregar nas fábricas menos leite do que entregam agora.

É neste quadro que esta questão deve ser analisada. Todos concordaram que era possível manter as 73 mil toneladas. Agora, não se pode dizer que pensaram... Não, senhor. É preciso assumir claramente que o Conselho de Ministros do Luxemburgo não foi uma vitória.

O que me preocupa é que ao considerar-se que é uma vitória...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **O senhor tem que se entender com o Sr. Deputado Luís Paulo Alves. Entendam-se lá fora!**

O Orador: ... como o líder do PSD considera, nós estamos a fazer perigar um capital político de queixas junto da União Europeia que, aliás, o Governo da República muito bem acautelou com o voto contra.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Nós evidenciámos a responsabilidade de quem era. Foi do PS!**

O Orador: **O que não é possível é isso. É considerar-se que é uma vitória como o líder do PSD considera.**

No meio de tudo isto, a posição do PS resume-se a um sinal muito claro. Nós acreditamos que é possível continuar a trabalhar para satisfazer estes interesses concretos dos produtores de leite.

Nós não baixamos os braços.

Em relação à situação dos lavradores que têm que pagar multa, eles não estão sozinhos. Têm um Governo Regional...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Que é responsável por isso!**

O Orador: ... e um partido político que têm a clara responsabilidade de os ajudar. É essa a forma como nós entendemos essas coisas.

Todos falaram em relação às responsabilidades do Partido Socialista. Eu gostaria de salientar este aspecto, porque é assim que nós encaramos a agricultura dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo Regional)

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Srs. Deputados, como já atingimos as 13 horas, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Informo que continuam inscritos para este debate os Srs. Deputados Francisco Oliveira, Clélio Meneses e Paulo Gusmão.

Boa tarde.

(Eram 13 horas)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não podia prescindir apenas por uma questão que tem a ver com o resumo que foi feito pelo líder parlamentar do Partido Socialista e que merece, com certeza, um comentário que resulta da preocupação que esse mesmo resumo aqui deixou.

Falou-se no debate do passado.

O Partido Socialista transmitiu a sua posição de que está solidário com os cerca de 80 lavradores que, iludidos pelo desafio do Governo Regional, arrastados

pela ilusão que foi criada pelo Secretário Regional da Agricultura, se viram a braços com essa situação de estarem agora na eminência e na concretização de virem a pagar multas.

Percebemos que o Partido Socialista, com o remorso que lhe era natural, mostrou a sua solidariedade para com esses, mas queremos perguntar onde está a solidariedade com os milhares e milhares de lavradores que cumpriram, com os milhares e milhares de lavradores que puseram o sustento da sua família em risco, que contraíram em alguns casos empréstimos para comprar quota ou para fazer investimento, que têm a sua vida financeira em situação muito preocupante?

Quanto a esses milhares de lavradores não vimos uma única palavra, não vimos um único desafio ao próprio Governo Regional, feito por parte da bancada que o sustenta.

É preocupante que o Partido Socialista, partido maioritário e que sustenta o Governo Regional, não tenha dito aqui, não tenha dado sequer qualquer sinal de esperança.

Governar é isso mesmo.

Nos momentos de dificuldade, naquilo que às vezes não tem a ver connosco, que no caso até tem muito a ver com a União Europeia, que pode ter a ver com a República, mas que a Região é que tem em primeira instância competência para na área da agricultura trazer novos desafios e dar respostas a essas dificuldades, o que diz o Partido Socialista a esses tantos e tantos lavradores que continuam à espera de uma resposta?

Nada!

Isso é preocupante para esses tantos e tantos lavradores que realmente ficaram nessa situação, porque querem saber como é que vai ser o futuro.

Desde já fica um desafio:

Como é que vai ser feita a distribuição da quota efectiva?

Como é que vai ser feita a distribuição daqueles que não se aventuraram a ir atrás da conversa de quem disse “não baixem” e tiveram a firmeza de segurar a sua própria produção cumprindo a lei?

O que vai ser feito em relação a eles?

Que resposta é que eles vão ter?

Nada disso é dito, o que é bastante preocupante.

Por isso mesmo, eu não poderia prescindir, porque essa é a matéria de futuro, essa é a questão essencial, esse sim é o esclarecimento que os lavradores continuam a ansiar.

Infelizmente parece que não têm outra resposta que não seja algo que possam fazer, não agora, porque agora não ouvem nada, mas daqui a uns meses e porque não dizê-lo, daqui a um ano.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP)*: **Muito bem!**

Presidente: **Obrigado, Sr. Deputado.**

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para proferir uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão *(PCP)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

Tinha pensado que durante este Período Legislativo de Setembro iria poder analisar o início do ano lectivo na ilha pela qual fui eleito – a Ilha das Flores. Com o “terminus” da ampliação da Escola Básica e Secundária Padre Maurício de Freitas decerto não existirá, no corrente ano lectivo e na Ilha das Flores, falta de salas de aula e esse é um passo positivo no início do corrente ano. Mas não vou ter a possibilidade de analisar o início do ano lectivo nas Flores pura e simplesmente porque só terá início na próxima semana. O pretexto para tal atraso é a realização de acções de formação no decorrer da presente semana. Não pomos em causa a necessidade da formação contínua dos professores, antes pelo contrário entendemos que ela não só é imprescindível como se revela necessária e por tal obrigatória, embora cada vez mais se verifique que a legislação sobre essa matéria é toda ela

deficiente. Neste caso é levada a cabo quando já se deviam ter iniciado as aulas, como está a acontecer neste momento nas Flores.

Isto apenas vem confirmar o que dissemos sobre o Despacho Normativo n.º 44/2002 e a imperiosa necessidade da sua revogação, como defendemos, a bem do ensino público da Região Autónoma dos Açores e da indispensabilidade dos docentes desta Região poderem usufruir do direito a uma formação de acordo com as necessidades que as suas funções impõem.

Para o Senhor Secretário, antes do Despacho Normativo, “a formação tinha-se transformado num factor de perturbação do processo educativo” e o dito cujo Despacho era a panaceia para todos os males da formação e transformá-la-ia em algo perfeito.

Agora, e cumprindo o Despacho, já não há qualquer anomalia pelo facto das aulas começarem com uma semana de atraso, porque os alunos vão ter os tempos lectivos todos, embora terminem as aulas lá para o último dia de Junho. Julgamos bem, que é difícil para o Senhor Secretário Regional compreender que o rendimento escolar não depende tão somente dos tempos lectivos leccionados, mas igualmente de muitos outros factores, tais como as condições do edifício escolar, o número de elementos que constituem a turma, os apoios usufruídos pelos alunos, o ambiente familiar e escolar, a preparação do trabalho escolar por parte dos docentes, a programação e planificação da actividade escolar, etc, etc.

Mas persiste uma grande dúvida: será que o início das aulas nas Flores têm lugar mais tarde devido à formação dos professores, ou será porque o Senhor Secretário e o Senhor Presidente do Governo Regional só poderão inaugurar a ampliação da Escola na próxima semana? Não teria sido preferível iniciar as aulas normalmente e o Senhor Secretário Regional fazer a inauguração quando tivesse oportunidade?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Espero e desejo que durante o corrente ano lectivo as crianças do pré-primário e do primeiro ciclo tenham ATL; é certo que a iniciativa não é só da Secretaria Regional, mas, em localidades como a de Santa Cruz das Flores, já se justifica que a Administração Regional incentive a criação de salas de ATL, na medida em que

muitos encarregados de educação trabalham para além do horário de funcionamento da escola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No fim do passado ano lectivo, e durante a Semana Cultural organizada pela Escola Padre Maurício de Freitas, alguns alunos solicitaram ao Senhor Secretário Regional que fosse leccionado o 12º ano de Física, já que havia um grupo de seis a oito alunos interessados, porque quando o secundário se iniciou naquela Escola foi leccionada Física no 10º, 11º e 12º anos, porque se não houvesse a disciplina esses alunos teriam que sair da ilha para frequentarem o 12º ano.

O Senhor Secretário não se comprometeu, mas os alunos e os encarregados de educação continuaram a pressionar a Escola, no sentido de ser leccionada a disciplina; posteriormente a Escola informou ter solicitado autorização ao Senhor Secretário da Educação e Cultura para que a disciplina fosse leccionada. Mas a autorização do Senhor Secretário nunca deve ter chegado, e, assim, recuamos uma década e os alunos das Flores voltam a ter que sair da ilha para frequentarem o 12º ano, se têm como aspiração virem a ingressar num curso de Engenharia.

Também as crianças das Flores que se inscreveram no quinto ano, foram informadas, assim como os encarregados de educação, de que não se deviam inscrever em Francês, mas em Inglês. Na prática, a Escola das Flores não vai leccionar o quinto ano de Francês, embora não se tenha dado a opção das crianças escolherem o Francês ou o Inglês. São pressões destas sobre crianças com dez, onze ou doze anos que às vezes prejudicam gravemente o seu normal desenvolvimento. São pressões destas que as podem afastar das Escolas. São pressões destas que podem influenciar negativamente o seu aproveitamento escolar. São pressões destas que as podem levar à indisciplina, porque não se lhes estão a dar todas as possibilidades que se devia.

Tanto no caso da Física do 12º ano como no de Francês do 5º ano o Senhor Secretário invoca a legislação por ele produzida que em nosso entender não atende às especificidades de cada parcela da Região, nem respeita as diferenças naturais existentes entre cada ilha. Meia dúzia de alunos que pretendem frequentar o 12º ano de Física ou o 5º ano de Francês na Escola das Flores é completamente diferente da realidade das Escolas de Angra do Heroísmo ou de Ponta Delgada, onde existe o

número de alunos suficiente para serem leccionadas todas as disciplinas dos ensinos obrigatório e secundário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para nós a Autonomia Política e Administrativa dos Açores existe para se ter em conta a nossa realidade regional, diversa da do todo Nacional, mas também para se atender à realidade específica de cada uma das parcelas que constituem a Região. Bom seria que quando se tomam decisões se decida com muita ponderação e atendendo a quem elas se destinam e às condições verdadeiramente existentes. Melhor ainda seria que quando estão em causa crianças e jovens em formação se tenha respeito pelos direitos que essas crianças e esses jovens devem merecer.

Disse.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Peço a palavra para, por um lado, partilhar de algo que disse, e por outro lado, lhe pedir um esclarecimento.

Partilho do regozijo de termos concluída e a funcionar, desde algum tempo, a ampliação e adaptação ao ensino secundário da Escola Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores.

Realmente não foi há muito tempo, apesar de parecer, que se viveram naquela escola situações de desdobramento, de utilização de pré-fabricados, das aulas só abrirem em Novembro por falta de professores, situações em que aquela escola apenas tinha um número residual de professores com habilitação própria e hoje, praticamente, todo o quadro da escola tem as habilitações que são exigidas para aquela docência.

Portanto, também partilho do seu regozijo e da sua congratulação, porque o ano escolar nas Flores, que começou com toda a normalidade no início deste ano, não tem nada a ver com a situação que nós herdámos em 96.

Eu disse que o ano escolar começou, porque os professores estão colocados. A escola está a funcionar. Os docentes estão no seu local de trabalho.

Passo à solicitação do esclarecimento.

Sr. Deputado Paulo Valadão, se é verdade que os docentes têm o direito a 5 dias por ano lectivo para formação e se também é verdade que os alunos têm direito a 175 dias lectivos por ano, onde é que está a diferença, por uma questão de organização da escola, se esses 5 dias forem dados no início, a meados de Novembro ou a meados de Março do ano seguinte?

Onde é que se altera o final do ano escolar?

Onde é que se prejudica?

Não será melhor para os pais, os filhos iniciarem a escola uma semana mais tarde do que se verem confrontados com uma semana sem aulas numa dessas datas que eu referi?

Sinceramente, não consigo atingir onde é que está o problema.

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Em relação ao início do ano lectivo quem afirmou pública e categoricamente que o ano se iria iniciar na corrente semana em todas as escolas da Região, foi o Sr. Secretário Regional.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Sousa)

Nas Flores, o ano lectivo só começa na próxima semana e o ano escolar só começou há 15 dias.

O Sr. Deputado Francisco Sousa confundiu ano escolar com ano lectivo.

Há muitos anos, numa cadeira que tínhamos no Magistério Primário, nas primeiras aulas estudávamos a diferença entre ano escolar e ano lectivo.

Deputado Francisco Sousa (PS): O senhor faça o favor de não ofender o Magistério Primário!

O Orador: Sr. Deputado, o ano lectivo só vai começar na próxima semana.

Isto tem tudo a ver com a Portaria 44/2002, que o Sr. Secretário Regional fez no sentido de eliminar tudo o que havia em relação à formação contínua de professores, mas vemos que mesmo com essa Portaria, as anomalias que o Sr. Secretário punha em causa continuam a existir e vão continuar, infelizmente.

Portanto, entendemos que a Portaria 44/2002, não vem resolver, nem é a panaceia para a resolução de todos os problemas, é apenas mais um daqueles entendimentos do Sr. Secretário para impor determinado tipo de formação.

O grande problema, Sr. Secretário, não é para os alunos, mas para os professores. Eu não sei qual a formação que os professores estão a ter, mas duvido muito que todos os professores da escola das Flores (pré, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e do secundário) que estão a ter durante esta semana na Ilha das Flores a sua formação, não tenham a formação que desejavam, a formação que necessitavam e aquela formação que deviam ter.

Sr. Deputado, eu não acredito que todos os professores daquela escola estejam a ter a formação que deveriam ter. Têm a formação que a Região e o Sr. Secretário lhes impôs a fim de ganhar créditos.

O grande problema que se coloca não é o facto dos alunos começarem as aulas uma semana depois, mas saber que tipo de formação está a ser dada e está a ser feita numa semana para todos os professores de uma escola.

Em relação ao problema que o Sr. Deputado Herberto Rosa coloca de adaptação, foi exactamente esse o primeiro aspecto que eu realcei.

Eu penso que aí todos os florentinos estão de acordo. Foi bem feito, avançou-se e foi importantíssimo. Esse foi o primeiro aspecto que eu reconheci no início deste ano escolar e não me envergonho de o fazer. Reconheci-o e reafirmo.

Em relação aos professores, ninguém põe em causa a melhoria gradual a nível do corpo docente daquela escola, mas isto tem muito a ver com o número de professores que nós sabemos que estão a leccionar e ao número de professores que estão no desemprego.

Eu não me regozijej pelo modo como é capaz de abrir o ano lectivo em relação a auxiliares de acção educativa. Aí eu não referi, porque não sei como será.

Eu espero bem que do mesmo modo que vamos ter todos os professores, também se tenham todos os auxiliares de acção educativa na próxima segunda-feira na escola, para que ela abra normalmente. A esse nível eu não sei o que é que se vai passar

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Tal como se tem a preocupação de estarem colocados todos os professores no início do ano lectivo, é necessário haver a preocupação em que no primeiro dia de aulas esteja o número de auxiliares educativos necessários.

Na próxima oportunidade havemos de saber o que se passou, porque estaremos atentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para concluir, e da minha parte e da parte do Grupo Parlamentar do PS encerrar a nossa preocupação neste debate que é importante, aliciente e oportuno, gostaria de referir que se porventura as aulas se tivessem iniciado na passada segunda-feira e na próxima segunda-feira fossem interrompidas para se iniciar uma formação que, tanto quanto sei é organizada pela escola, ouvidos os professores – os professores estão a ter a formação que escolheram, que maioritariamente foi escolhida pelo colégio de docentes – não haveria nenhum problema. Neste caso, o ano lectivo teria iniciado na data que o Sr. Secretário anunciou e estaria tudo na paz dos anjos.

Realmente reconheço que, se essa é a solução que para o Sr. Deputado Paulo Valadão estaria correcta, essa não foi a solução adoptada. Não vejo que daí venha nenhum mal ao mundo.

Outra questão que o Sr. Deputado insinuou e que eu não posso deixar sem referência, é de que isto teria a ver com uma pretensa inauguração.

A ampliação e os melhoramentos da escola já estiveram ao serviço dos alunos no ano transacto. Ou seja, aquela escola não esteve encerrada, porque o senhor disse que a actividade escolar já se iniciou na data prevista. Portanto, tudo na escola está a funcionar normalmente. A escola não está fechada. Os professores não estão a aguardar pacientemente fora da porta que alguém vá lá cortar uma fita.

Deputados José San-Bento e Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Deputado Paulo Valadão (PCP): Ninguém disse isso!

O Orador: Sou eu que estou a dizer.

Nós não podemos aceitar a insinuação de que isto, que é algo que é da liberdade da escola (as escolas têm liberdade de se auto-organizarem), tenha sido condicionado por um qualquer corte de fita ou qualquer coisa desse género.

Isso nós repudíamos. Não aceitamos, porque não é verdade e não pode ficar por meias tintas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Nós não vamos discutir a liberdade que as escolas têm, até mesmo porque nós já não temos tempo para isso.

É evidente que todos nós conhecemos e sabemos. Eu próprio citei algumas dessas liberdades. Por exemplo (e isso está em documento recentemente publicado pelo Sr. Secretário Regional), para que a escola possa ter a física do 12º ano, é necessário uma autorização do seu Director Regional em função de legislação recente, que é mais apertada no que diz respeito à gestão democrática das escolas do que a legislação nacional neste momento e tem vindo gradualmente a retirar às escolas capacidade de gestão.

A Portaria 8/2003, de 27 de Fevereiro, vale a pena ser estudada, vale a pena ser visto o conceito que se tem neste momento dessa liberdade das escolas.

Há pouco quando estava na tribuna, o Sr. Deputado Francisco Sousa repetiu 6 ou 8. É, Sr. Deputado, 6 ou 8, porque quando eu há muitos anos atrás, no liceu desta cidade frequentei o 7º ano, nessa altura o liceu funcionava nalgumas cadeiras do antigo 7º ano com 6, 7 ou 8 alunos.

Eu entendo que numa ilha como as Flores, onde existem 6 a 8 alunos que necessitam do 12º ano de física para ingressar nas engenharias, que se lhes deveria proporcionar.

Deputado Francisco Sousa (PS): O senhor tem Internet é só ligar com a escola!

O Orador: Sr. Deputado, nessa altura o senhor também tinha o ensino por correspondência. Eu nunca consegui fazer o 3º ciclo de ensino por correspondência. Portanto, Sr. Deputado, 6 ou 8 alunos para o 12º ano de física na Ilha das Flores, é muito importante.

A esses alunos, das duas uma, ou se está a coarctar a possibilidade de ingressarem em engenharia como eles pretendem,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não se está!

O Orador: ... ou se está a obrigá-los, no ano seguinte, a irem para uma outra escola fazerem apenas física ou, pura e simplesmente, está-se a cortar as pernas. Esta é a grande realidade.

Mais:

Para que a escola possa leccionar essa disciplina, precisa de autorização do Sr. Secretário Regional. Este é o grande problema, a grande anomalia.

Se me dissessem a escola é ali, pode escolher, o seu conselho pedagógico decide,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Tem a Portaria!

O Orador: Não senhor. Está enganado. A Portaria 8/2003 não implica 10, implica 20. Está claro.

É contra esta liberdade que nós estamos. Nós estamos contra a actual gestão escolar, este momento concentrada e centralizada e contra a formação que é dada aos professores neste momento.

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, vamos passar à próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A situação de crianças e jovens em risco, manifesta-se de formas diversas, sendo as mais comuns situações de maus tratos físicos e psicológicos, problemas de saúde, negligência, abusos sexuais, regulação do poder paternal e abandono escolar.

As crianças até aos cinco anos são as que mais sofrem atentados contra o seu bem-estar, seguindo-se a faixa dos seis aos 11 anos. Na maioria dos casos, as crianças são vítimas no seio da própria família.

Um relatório das Nações Unidas, datado de 18 de Abril de 2003, refere que “há crianças envolvidas involuntariamente em conflitos armados, condenadas à escravidão sexual ou a trabalhos que envolvem riscos”; que “a nível mundial existem 246 milhões de crianças a trabalhar em vez de frequentar a escola, a maior parte raparigas entre os cinco e os 17 anos e que “todos os anos morrem no mundo cerca de 10 milhões de crianças por doenças evitáveis e cerca de 150 milhões sofrem de desnutrição”. É este o pano de fundo que, actualmente, enquadra, a nível mundial, a problemática das crianças e jovens em risco, pelo que *a situação do sofrimento de milhões de crianças se inscreve hoje no coração da modernidade.*

Nos Açores, esta realidade tem de ser considerada.

Aprofundando a problemática – Crianças e Jovens vítimas de maus tratos ou em risco de o serem – somos conduzidos a um paradoxo: –13 anos após a proclamação da Convenção dos Direitos da Criança, a qual coloca definitivamente a criança como titular de direitos, nunca como agora foram tão amplas as políticas de protecção das crianças. Assim sendo, a situação actual da infância, já referida, parece **dever-se, fundamentalmente, à profunda desigualdade da sociedade contemporânea, com relevo para as situações de pobreza material e destituição escolar que afectam largas parcelas da população**, propiciando, no seio das famílias, terrenos estruturais de risco de mau trato na infância, muito especialmente no domínio das grandes negligências de cuidados básicos.

Assim, a resolução do paradoxo só pode situar-se na *adopção de políticas económicas e sociais de efectiva transformação e mudança das realidades sociais que promovem a exclusão.*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Em Portugal, desde 1990 que se vêm desenvolvendo esforços para a implementação de políticas a vários níveis que valorizam o estatuto da criança e do adolescente. Desde a gratuitidade dos cuidados de saúde na infância e na adolescência, alargando-se a idade pediátrica nos centros de saúde e nos

hospitais, até ao efectivo desenvolvimento de uma rede pública de estabelecimentos para a educação pré-escolar, ao mesmo tempo que se instituem mecanismos de combate ao insucesso e ao abandono escolar.

Essas políticas foram, indubitavelmente, reforçadas e alargadas durante os governos do Partido Socialista. Foi durante essa governação que foi tomado um conjunto de medidas no âmbito do *rendimento mínimo garantido* e de vários estudos sobre o *trabalho infantil*, com reflexos muito positivos para as crianças dos meios mais desfavorecidos.

Em 1998 e 1999 foram efectuadas reformas importantes a nível legislativo, no que respeita à problemática da criança em risco, que se traduziram na publicação das alterações à legislação sobre adopção, da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e da Lei Tutelar Educativa. Estes três diplomas integram uma reforma com alguma dimensão e estão intimamente ligados.

É justo referir que a nova Lei da Adopção, que entra em vigor a partir de 22 de Setembro próximo, introduz alterações positivas à lei anterior, nomeadamente, a redução do tempo entre a candidatura e a adopção efectiva e um maior ênfase aos direitos das crianças sobre os dos pais biológicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Nos Açores, a abordagem da problemática das crianças e jovens em risco baliza-se, por um lado, pela legislação nacional e, por outro, pela execução no terreno dessas determinações com as regulamentações e adaptações que se vão verificando necessárias para que haja uma protecção eficaz, e, não menos importante, para que se previna atempadamente o aparecimento de contextos vulneráveis àquelas situações.

A política social dos VII e VIII Governos Regionais, relativamente àquela problemática, tem-se orientado, essencialmente, por dois grandes vectores: - **A Prevenção e a Sinalização, Encaminhamento e Acompanhamento.**

O primeiro grande vector – **A Prevenção**, tem de ter como referencial mudanças estruturais no tecido social, que diminuam as desigualdades sociais, intervindo,

principalmente, no seio das famílias, por forma a eliminar os factores que propiciam o aparecimento de terrenos de risco de maus tratos na infância.

Previne-se o aparecimento de terrenos estruturais de risco, quando:

- Se criam postos de trabalho (a taxa de desemprego nos Açores atingiu o valor histórico de 2.0% no primeiro trimestre de 2003);
- Se aposta na formação profissional;
- Se desenvolvem planos de inserção social com incidência nas mulheres, pois 18% dos beneficiários do actual Rendimento Social de Inserção, são famílias monoparentais – mulheres com filhos a cargo;
- se obriga a que todas as crianças frequentem a escola;
- Se promove e apoia o número de creches e se cria a rede regional de amas acreditadas;
- Se atribuem incentivos financeiros ao sector privado para a criação de mais serviços dirigidos às crianças com idade compreendida entre os quatro meses e os três anos de idade;
- Se amplia a rede do pré-escolar a qual tem uma cobertura que ultrapassa os 90%, abrangendo cerca de 8000 crianças;
- Se recupera em cerca de 90% do total de salas das Escolas Básicas Integradas e se efectuam obras de ampliação e recuperação num número significativo de escolas, criando espaços para a prática do desporto e de actividades culturais;
- Se continua a apoiar a criação dos (ATL's) dos quais, já em 2001, beneficiavam 3010 crianças e jovens;
- Se promove a criação de Centros de Actividades Ocupacionais, para pessoas com deficiência;
- Se decide a integração nas escolas das crianças e jovens com necessidades educativas especiais e se colocam docentes com especialização na área;
- Se dota o quadro das escolas de psicólogos (em breve serão 46);
- Se vacinam as crianças;
- Se cria, iniciativa única no País, o boletim de Saúde Oral para as crianças;

- Se alarga a rede de casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica, procurando evitar que aquela violência também se exerça sobre as crianças;
- Se combate o alcoolismo e a toxicodependência;
- Se melhoram as condições de habitação das famílias, através do realojamento, do apoio à auto-construção e da intervenção nas habitações degradadas (num esforço financeiro considerável de, já, cerca de 55 milhões de euros);
- Se promove e apoia o debate sobre o tema e a formação de educadores, professores, profissionais de saúde, técnicos sociais, psicólogos, sociólogos, agentes da autoridade, magistrados, etc.

O segundo grande vector – **Sinalização, Encaminhamento e Acompanhamento**, desenvolve-se por fases.

Falando um pouco mais sobre a fase da Sinalização, deve contar-se com o espaço escola como o privilegiado para o efeito, dado que toda a criança vai à escola e está lá muitas horas. Assim, os educadores devem estar sensibilizados para a observação dos comportamentos das crianças e dos jovens, e deve ser-lhes dada formação para os habilitar à observação dos comportamentos, detectando eventuais sinais de maus tratos.

Por outro lado, é fundamental que a instituição escola se organize de modo a oferecer oportunidades e contextos que permitam aos seus alunos descarregar as suas tensões, fazer confidências, serem autênticos sem receios de críticas. É preciso que se estabeleça uma relação de confiança entres eles e a comunidade educativa, de modo a que os mesmos sintam que podem contar com a instituição escola para tudo o que necessitarem, incluindo a denuncia de eventuais maus tratos a que são sujeitos, com especial referência para o abuso sexual, assunto de abordagem difícil, como é do conhecimento de todos nós.

Porém, a denúncia não pode competir, apenas, à escola. Todos e cada um de nós, ou seja, a sociedade em geral, tem também, a obrigatoriedade de denunciar, pois de um crime público se trata, junto da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, da

Polícia de Segurança Pública ou da linha SOS Criança, de situações de maus tratos que conheçam.

É dever das entidades públicas e privadas com competência em matéria de infância e juventude, informar a sociedade de quais as situações em que a lei considera que a criança e/ou o jovem se encontra em perigo e, portanto, é legítima a denúncia e a intervenção.

Infelizmente, nos últimos tempos, a “hiper-informação” sobre situações de abuso sexual de menores, não tem sido feita sempre da melhor forma, correndo-se o risco de se menosprezar todas as outras situações de maus tratos que existem!.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Cabe, em primeira instância às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens que, de acordo com a lei (artigo 12º/Lei nº 147/99, de 11 de Setembro), são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional, promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Deve procurar esgotar a aplicação de medidas que passam pelo apoio à família biológica ou a outro familiar, por confiar à criança à pessoa idónea, apoiar um projecto de vida autónoma ou ainda recorrer a uma família de acolhimento.

Porém, muitas vezes, o encaminhamento da criança ou jovem em perigo passa pela institucionalização em casas de acolhimento temporário ou lares.

Actualmente, há, em toda a Região Açores, cerca de 580 crianças e jovens institucionalizados.

Para dar resposta a esta realidade, a política do Governo Regional tem-se pautado por:

- Construir e/ou criar novos equipamentos, dotando todas as ilhas (excepto o Corvo), de um centro de acolhimento ou de um lar, evitando que as crianças saiam da sua própria ilha;
- Remodelar os lares de grandes dimensões para jovens – conhecidos por Internatos, substituindo-os por equipamentos com características de acolhimento familiar para 10/12 utentes, em que se proporciona um tratamento mais humano,

uma educação mais personalizada e por conseguinte melhor desenvolvimento pessoal e bem-estar para o jovem;

- Todas as crianças e jovens, com deficiência, têm centros específicos, não necessitam mais de ficar trancados em casa em condições sub-humanas;

A participação da Segurança Social, em 2003, para o funcionamento daqueles equipamentos, é cerca de 3.683.688 euros.

- Têm sido criadas equipas para fazerem o acompanhamento, de forma sistemática, do funcionamento dos lares e centros de acolhimento, no sentido de assegurar a qualidade dos serviços e o bem-estar dos utentes;
- Têm sido promovidos e apoiados seminários formativos para os diversos trabalhadores daquelas instituições, bem como a dotação dos quadros de técnicos especializados, nomeadamente, psicólogos e sociólogos.

O Instituto de Acção Social, tem vindo a desenvolver um trabalho de grande alcance no que diz respeito à constituição de equipas especializadas para a área em questão. Existem equipas especializadas para o acompanhamento do processo de famílias de acolhimento e também para o acompanhamento do processo de adopção.

Por último temos o processo da Adopção. É, sem dúvida, um bem para a criança ser adoptada, porque passa a ter a oportunidade de crescer no seio de uma família onde seja amada e protegida e onde se geram laços afectivos em tudo semelhantes aos que resultam da filiação biológica. Tratando-se de uma boa solução deverá ser promovida e facilitada, dentro do quadro legal existente.

Na coordenação da Adopção estão três Equipas ligadas, respectivamente, às três Divisões da Acção Social, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

As rotinas de vida da criança e dos jovens promovem o seu desenvolvimento sob o ponto de vista emocional, social, motor, intelectual e afectivo. Assim, o que é necessário é definir políticas de intervenção que, de forma continuada, melhorem essas rotinas no dia-a-dia da criança, como tem vindo a ser feito pelos governos da responsabilidade do PS/A.

A pluridimensionalidade da área exige conjugação de vários esforços numa intervenção que tem de ser cada vez mais territorializada. Por isto, a articulação estreita entre a tutela e todos os parceiros sociais que desenvolvem trabalho na área, com especial referência para as Autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações não Governamentais e outros parceiros sociais, é imprescindível para que se conceba e desenvolva um eficaz plano de intervenção que previna e combata situações de crianças e jovens em perigo.

O recente anúncio feito pelo Sr. Presidente do Governo Regional da criação da figura do Provedor da Criança Acolhida, bem como o curso de pós-graduação de protecção de menores e uma acção de formação dirigida aos educadores de infância e professores do ensino básico, são mais uma prova da vontade política do Governo do Partido Socialista/Açores em melhorar a situação das crianças e jovens em perigo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para solicitar esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sra. Deputada Natividade Luz:

Em primeira lugar, a sua intervenção, que ouvi com atenção, pode-se dividir em 3 partes:

A primeira, de ordem genérica, geral e de diagnóstico em relação às questões da criança, questões que são terríveis, do nosso tempo e do nosso mundo. Concordo, com o ponto de vista que a senhora desenvolveu.

Na segunda, a Sra. Deputado refere esses problemas na perspectiva nacional e balizou no ano de 1990 a existência de políticas sistemáticas neste âmbito e neste

sentido. É uma parte interessante, não só de informação, de condensação da informação, como até no plano político queria relevar um aspecto que mostra a preocupação de uma certa neutralidade na abordagem do assunto, na medida que refere, por exemplo, que a lei de adopção que vai entrar em vigor daqui a algum tempo, traz melhorias àquela que foi aprovada há dois anos atrás. Penso que esse espírito fica-lhe bem e é positivo no quadro de uma análise de um problema tão sério.

A terceira parte refere-se à política regional. Apesar de ter muitas coisas com as quais concordo na sua análise, está também marcada – não positivamente – por uma perspectiva que acaba por ser tão exaustiva, especialmente na relação das linhas de política, que entra em contradição com o espírito completamente isento das outras duas partes anteriores.

As questões que levante e as linhas de política que defendeu, para se poder fazer uma apreciação, – e eu não posso fazer nos 3 minutos que me são permitidos – temos que ter em conta que há aqui problemas de grau e problemas de ligação com outras situações.

Por exemplo, referiu e bem, que neste momento a taxa de desemprego é historicamente baixa. Muito bem! É baixa. Mas, se os problemas da economia produtiva regional não forem resolvidos em pouco tempo, a taxa de actividade vai diminuir e a taxa de desemprego vai crescer nalguns sectores.

Portanto, temos aqui uma questão de relação e de inter-ligação de políticas e de sectores que nos faz recair na questão central, é que não é possível fazer uma política social em extensão, em grau suficiente que permita resolver problemas estruturais da sociedade, nomeadamente neste âmbito, sem que haja um processo de desenvolvimento assegurado e consolidado.

É esta a questão principal que resulta da sua intervenção.

Os orçamentos têm limites, obviamente. A intervenção pública tem limites e tendo é tanto maior quanto maior sejam os meios para que ela se exerça. Isso depende, obviamente, de como se revolvem os problemas do desenvolvimento.

Se é verdade (e é!) que em muitas áreas sociais, nomeadamente neste âmbito, muitas medidas são tomadas, algumas até em extensão, desta relação vasta muitas foram tomadas apenas a título exemplificativo.

Há despachos, há Portarias, há intervenções e depois há começos de desenvolvimento, porque não pode ser de outra maneira enquanto o nosso processo de desenvolvimento não permitir que seja de outra maneira.

Gostaria que a Sra. Deputada fizesse um comentário em relação à avaliação da possibilidade de se poder aprofundar de forma séria políticas sociais que façam com que situações, como a que se vive numa zona de Rabo de Peixe ou noutra zona da Região, possam vir a ser eliminadas.

Não serve de nada ter políticas enunciadas e definidas sem que os problemas estruturais sejam resolvidos.

Para terminar, eu refiro apenas que, curiosamente, hoje ouvi uma notícia em que o Sr. Bispo da Diocese, com a autoridade que penso que lhe é própria, se referia à necessidade de muito mais intervenção a nível de habitação social.

Portanto, não fiquemos satisfeitos com o que se faz.

Não tentemos mostrar que o bom que se faz é o máximo que se pode fazer.

Tenhamos em atenção que só podemos fazer se tivermos meios para fazer e só podemos fazer se desenvolvermos.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Deputado José Decq Mota:

É com muito gosto que faço também alguns comentários à sua intervenção.

Quando eu elenquei estes pontos que se referem a intervenções na área do emprego, da formação, da saúde, da habitação, etc., não foi com o objectivo de dizer de modo algum que tínhamos o problema da prevenção das crianças e jovens em risco resolvido nos Açores.

Aquilo que eu disse foi que há dois vectores fundamentais nessa problemática. Por um lado, o vector da prevenção e, por outro lado, o vector da sinalização, encaminhamento e acompanhamento.

Na prevenção, considero que se têm feito muitas coisas que previnem o eventual aparecimento de terrenos estruturais que sejam propícios a que as crianças fiquem em situação de risco.

Quando se aumenta a possibilidade dos pais terem emprego, auferirem um vencimento que lhes permita dar condições de vida às crianças, estamos a prevenir situações de risco.

Quando se actua, por exemplo, a nível da habitação degradada, também estamos a criar condições para que as crianças vivam melhor. Portanto, estejam em situação de menor risco.

Quando se “obriga” ou se procura diminuir a fuga das crianças à escola, quando se faz todo um esforço para que todas as crianças frequentem a escola, também estamos a prevenir as situações de risco, visto que a exclusão escolar é um dos factores fundamentais de risco.

Eu estou absolutamente de acordo com o Sr. Deputado.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria apenas de referir que não temos este problema resolvido, mas no meu entender julgo que estamos no bom caminho.

Era apenas isso que queria dizer.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Informo os Srs. Deputados que atingimos o limite de tempo em termos de PAOD.

Vamos iniciar o **Período da Ordem do Dia** com a continuação da discussão do **Projecto de Decreto Legislativo Regional – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 2/99/A, de 20 de Janeiro – Adaptação do Sistema Fiscal Nacional, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 33/99/A, de 30 de Dezembro**, apresentado pelo Partido Social Democrata.

Ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, estava inscrito o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Não sei se quer reiniciar o debate?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Que remédio, Sr. Presidente.

Eu estava mais preparado agora para fazer uma séria de elogios à Sra. Deputada Natividade Luz, mas tenho que derivar para as questões do fisco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP queria congratular-se com a iniciativa legislativa do Partido Social Democrata que vem ao encontro das aspirações da iniciativa privada e das actividades económicas dos Açores, nomeadamente aquelas que em sede de IRC estão abrangidos pelos Pagamentos Especiais de Conta.

Estamos convencidos que o mérito desta iniciativa teria tido um tratamento muito mais limiar no âmbito e no quadro parlamentar político regional, se eventualmente todos os intervenientes políticos tivessem como único objectivo encontrar a melhor solução para resolver um problema que afecta alguma actividade económica.

Infelizmente assistiu-se, sob o nosso ponto de vista e para o nosso gosto, a um aproveitamento e a uma reacção partidária, ideológica, ou até mesmo eleitoral, por parte da maioria parlamentar que deu lugar a esta situação algo caricata e que originou o volte face do Partido Socialista em todo este processo.

Gostaria de me congratular com o bom senso que em cima da hora inspirou o Partido Socialista, lamentando obviamente tudo o que se passou até lá e as tristes figuras que entretanto ocorreram, quer a nível político-partidário, quer a nível institucional.

Gostaria ainda de fazer uma crítica pequenina ao Deputado Duarte Freitas.

Deputado José Decq Mota (PCP): Uma crítica que não melindra a coligação!

O Orador: É uma crítica que não melindra as pessoas de bem.

Eu acho que o Sr. Deputado, ontem, foi demasiado social democrata. Se tivesse tido uma coisinha de democrata-cristão não tinha tratado o PS daquela maneira.

(Risos da Câmara)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Aliás, é um exemplo claro daquilo que nos distingue. Nós, em momentos difíceis para os nossos adversários, por mauzinhos que eles sejam, até pelo facto de alguns

deles terem merecido tudo o que lhes aconteceu, e talvez ainda mereçam mais, não agimos dessa forma.

(Risos da Câmara)

Em relação a este diploma, tendo presente o apelo que os empresários fizeram à classe política regional, ao Parlamento, nós próprios tivemos audiências com grupos de técnicos e fomos recebendo correspondência à medida que o assunto ia evoluindo.

Eles próprios deram conta de contactos que tinham efectuado com a própria administração fiscal.

Enfim, no processo que devia ter sido um exemplo de relacionamento entre a sociedade civil, os grupos parlamentares e o próprio Governo (julgo que também foi frequentemente informado, alertado e certamente também teve um relacionamento de diálogo com esses interessados) houve uma pequena parte da classe política e um grupo mais restrito que conduziu essa matéria com confronto e com conflito, o que não se ajustava ao momento presente.

Para encerrar o debate, como diz o ilustre Deputado Vasco Cordeiro – também foi dado adquirido, para memória futura, nesta semana parlamentar - ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para encerrar o debate por parte da bancada do Partido Socialista. Corrija, se faça favor!

O Orador: E no nosso caso, salvo motivo de força maior o exigir.

... nós congratulamo-nos apesar de tudo com o desfecho.

Tudo isto podia ter sido muito menos ruidoso e menos pessoas deveriam ter saído magoadas deste processo, porque foram desnecessariamente mal tratadas a nível político.

Naturalmente, e como dissemos sempre desde a primeira hora, nós vamos apoiar esta solução afirmando que se tivesse havido soluções que dispensassem toda esta situação, elas também teriam o nosso aplauso.

Nós estamos a falar de coisas técnicas, por isso, todo o cuidado é pouco.

Por isso, nós apoiamos desde a primeira hora a iniciativa do PSD porque tinha o mérito que é, pela parte que nos toca, clarificar.

É óbvio que alguns de nós poderiam pensar: por parte da administração fiscal teria sido possível, desde logo, ter resolvido isso? Alguns até acreditavam que sim. Eu, pessoalmente, adoraria que isso tivesse acontecido.

Meus amigos, o CDS/PP é um livro aberto e é isso que os senhores às vezes não encaixam bem.

Este assunto é muito sério, não pode ser tratado como algumas questões são tratadas a nível do faz e desfaz, do muda e desmuda. O Sr. Secretário Regional das Finanças, e por formação jurídica o Sr. Secretário Regional da “SAUDAÇORES”,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... sabem perfeitamente que erros nesses domínios são difíceis de corrigir e deixam situações complexas.

A legalidade tem que ser aqui escrupulosamente tratada.

Com a mesma abertura, eu espero que os senhores, em relação ao que agora vamos votar em consciência, saibam os perigos que isso encerra.

Eu espero que aqueles que perderam tempo a falar mal desta iniciativa, tivessem ganho tempo a perceber o que é que ela pode ter de fragilidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já não é esta proposta?

O Orador: Fico por aqui.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não fica!

O Orador: Fico, porque eu é que quero. Era o que mais faltava! O senhor não manda no seu grupo e queria mandar no meu!

Muito obrigado.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para intervir tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apresentou o PSD/A um projecto de decreto legislativo regional que visa aditar um novo número 5 ao artigo 5º do Decreto Legislativo Regional n.º 33/99/A, de 30 de Dezembro, prevendo que a redução de taxas dos impostos consagrada naquele artigo se aplique à percentagem prevista na fórmula de cálculo para o apuramento do Pagamento Especial por Conta.

Procura, assim, o PSD trazer para a Assembleia Regional, uma matéria que o Governo Regional, cuidadosa e persistentemente, tem tentado obviar junto das sedes competentes e responsáveis...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Desde quando?**

O Orador: **Já lá chegaremos.**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Depois do PSD ter apresentado!**

O Orador: **... por um lapso que manifestamente prejudica os agentes económicos regionais.**

Em circunstâncias normais, que não é o caso, tratar-se-ia, em minha opinião, de uma iniciativa inútil, que teria como efeito imediato a minimização do estatuto desta Assembleia e que não resolveria na prática o problema, visto que seria, também em circunstâncias normais, muito provavelmente considerada inconstitucional.

Inútil, na medida em que aquilo que se pretende – ou seja, dar uma base jurídica que permita que os pagamentos especiais por conta sejam de montante inferior na região – já existe e é o próprio artigo que se visa alterar e que consagra uma redução de 30% na taxa do IRC.

De facto, o Pagamento Especial por Conta não é qualquer imposto novo, mas apenas um arranjo procedimental relativo às modalidades de pagamento do imposto, determinado pelas dificuldades financeiras do Estado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já é assim desde 98/99!

O Orador: **Significa isto que nenhum contribuinte deverá, por força deste mecanismo, pagar um imposto superior àquele que já lhe era exigido e esse só pode ser aquele que se encontra fixado na lei: no caso concreto no Decreto Legislativo Regional n.º 33/99/A, de 30 de Dezembro.**

Repito aquilo que é totalmente inquestionável: os pagamentos especiais por conta situam-se no domínio da administração do sistema fiscal que compete – não se encontrando os serviços regionalizados – aos serviços do Ministério das Finanças, que sempre levaram em conta a legislação regional, designadamente, no estabelecimento de tabelas de retenção dos rendimentos do trabalho e das pensões (ver, o Despacho do S.E.A.F. n.º 4271, de 7 de Fevereiro de 2003).

Por isso, fiz as seguintes diligências:

1) desde logo, e mal tomei conhecimento de que o Despacho do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre o PEC não contemplava a realidade fiscal diferente existente nos Açores e na Madeira, escrevi uma carta ao S.E.A.F. a pedir-lhe a correcção do seu Despacho inicial ou, em alternativa, a produção de um outro Despacho que contemplasse, especificamente, a realidade fiscal existente na nossa Região – isto em 30 de Julho p.p.;

Deputado Duarte Freitas (PSD): No dia seguinte ao PSD!

O Orador: Precisamente na altura em que tomei conhecimento...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Depois do PSD ter apresentado o seu documento!

O Orador: ... através da conferência de imprensa que os senhores fizeram. Até aí, nunca me passou pela cabeça que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais não contemplasse esta matéria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mas vou continuar.

2) não tendo tido qualquer resposta a esta carta, insisti, novamente, por carta de 26 de Agosto, que continuou a não merecer resposta por parte do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;

3) finalmente, no dia 10 de Setembro, consegui uma audiência com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais a quem expus, de viva voz, o problema, e o nosso ponto de vista sobre ele, solicitando-lhe, igualmente, que me dissesse que procedimento iria ter para o solucionar. Na altura ele não me respondeu, tendo ficado de consultar os seus serviços e comunicar-me, posteriormente, o resultado, o que efectivamente aconteceu no final da semana passada, ou seja, na sexta-feira, da forma que a seguir transcrevo: “Obtido o parecer dos serviços da Direcção Geral de Contribuições e Impostos, estes **inclinam-se** para que a via apropriada seja a do Decreto Legislativo Regional. Dê-se conhecimento urgente ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento”.

Como se vê, é um Despacho que não é conclusivo e que apenas dá conta de que os serviços consultados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos “**se inclinam**” para que a via adequada seja a do Decreto Legislativo Regional.

A questão principal continua, pois, por resolver. As dúvidas quanto à forma legal mais adequada para a sua resolução persistem e nós continuamos a pensar que, por se tratar de matéria regulamentar, esta Assembleia nunca dela se deveria ocupar através de um acto legislativo.

Refira-se ainda que, curiosamente o mesmo Secretário de Estado que agora se **inclina** no sentido de ser necessário um acto legislativo desta Assembleia para poder corrigir o seu Despacho relativo ao P.E.C., aquando da aprovação das tabelas de retenção de I.R.S. a aplicar aos titulares de rendimentos residentes na Região Autónoma dos Açores – Despacho nº 4271/2003 já atrás referido – **se inclinou** em sentido contrário e considerou ser base jurídica adequada e suficiente os Dec. Leg. Reg. nºs 33/99/A, de 30 de Dezembro e 2/99/A, de 20 de Janeiro, desta Assembleia. Para esclarecimento dos Srs. Deputados, eu passava a transcrever esse despacho a que fiz referência:

“A execução do disposto no Decreto-Lei 42/91, de 22 de Janeiro, diploma quadro do regime de retenção na fonte em sede de IRS, e do estipulado nos Decretos

Legislativos Regionais nº 33/99/A, de 30 de Dezembro e 2/99/A, de 2 de Janeiro, são aprovadas as tabelas de retenção na fonte a aplicar aos titulares de rendimentos residentes na Região Autónoma dos Açores...”. Isto foi base jurídica suficiente para o Secretário de Estado poder regulamentar, em sede IRS, as tabelas de retenção na fonte, que têm que ser feitas em consonância com o aprovado nesta Assembleia e que é uma redução de 20%.

Sr Presidente, Srs. Deputados:

A atribuição às Assembleias Legislativas Regionais de competência para proceder à adaptação do sistema fiscal é, de facto, o reflexo de uma concepção estruturante do Estado de Direito, que é o de que os impostos devem ser aprovados pelos representantes populares eleitos directamente.

Trata-se de matéria da maior dignidade que se relaciona com o património e o rendimento disponível de cada cidadão e que, por isso, é reservada para a instância parlamentar, o mesmo não sucedendo, naturalmente, com as questões processuais que ficam a cargo dos gestores do sistema que – repita-se – são os serviços não regionalizados das finanças.

Fazer com que a Assembleia faça o trabalho destes serviços é necessariamente reduzir o seu estatuto e atentar contra a sua dignidade. Aqui, já o Deputado Alvarino Pinheiro pôs o dedo na ferida, mas não quis aprofundar as consequências.

Mas mesmo que assim não se considere, haverá sempre que levar em conta que qualquer alteração que venha a ser aprovada terá, em qualquer caso, de ser executada por aqueles mesmos serviços mediante um novo despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o que significa que, a partir deste momento, o processo terá de ser muito célere para que possa ter o efeito que se pretende: - corrigir uma situação de injustiça em que foram colocados as empresas e os empresários açorianos por uma falta evidente do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que ele persiste em não corrigir.

Por outro lado, não podemos pura e simplesmente ignorar que, se é certo que esta Assembleia dispõe de poderes tributários, estes são apenas aqueles que

resultam da lei de finanças das regiões autónomas e entre os quais, claramente, se não incluem aqueles que agora se pretendem exercitar, pelo que não poderemos afastar, liminarmente, a hipótese de os órgãos responsáveis pela fiscalização da constitucionalidade, virem a declarar a inconstitucionalidade do diploma.

Estamos em qualquer caso, como já afirmei, em face de uma situação que, claramente, penaliza os agentes económicos regionais e a actividade económica da Região. Por isso temos feito tudo e continuaremos a tudo fazer para lhe obstar.

Pela parte do Governo Regional não existem outros obstáculos, para além dos que acabo de mencionar, à proposta de Decreto Legislativo Regional agora em apreciação, sendo certo que o que em primeira linha nos interessa é a resolução do problema criado pelo Governo da República e a defesa das nossas empresas e de todos os nossos contribuintes.

Do debate que ontem se iniciou e das posições políticas que já foram assumidas, resulta claro que o diploma legislativo em apreciação irá ser aprovado.

O problema está, pois, praticamente já resolvido, de uma forma enviesada, é certo, mas resolvido, por agora.

Resta-nos esperar que os procedimentos que se seguem sejam céleres, por forma a que cheguemos a 30 de Novembro e os nossos empresários contribuintes de I.R.C. não sejam obrigados a pagar aquilo que não devem.

É, agora, com muita curiosidade e alguma expectativa que aguardamos qual irá ser o comportamento do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativamente à Região Autónoma da Madeira, que também tem uma redução de 10 por cento nas taxas do I.R.C. determinadas pela sua Assembleia Legislativa e que coloca as empresas e os empresários dela beneficiários numa situação idêntica à das empresas e empresários açorianos.

Ficamos a aguardar com expectativa se o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais vai manter a inclinação agora manifestada e se vai também exigir da

Assembleia Legislativa Regional da Madeira uma alteração da sua legislação para que ele possa corrigir o seu Despacho inicial ou se, pelo contrário, se se vai inclinar, novamente, em sentido oposto e proceder à correcção do seu Despacho sem qualquer outra intervenção da A.L.R.M. .

Se suceder esta última situação, todo este trabalho, toda esta polémica, todo este tempo terão sido inúteis e apenas terão tido efeitos colaterais de puro aproveitamento político.

Mas, resta ainda uma outra hipótese, que é a do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais produzir um Despacho para a Madeira, com base na legislação actual não alterada, e um outro para os Açores tendo como lei habilitante o Decreto Legislativo Regional que irá ser agora aprovado.

Estou em crer que será esta última hipótese que irá acontecer.

Se assim for, V. Exas., depois, dirão de sua justiça!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Deputado José Decq Mota e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional das Finanças tentou jogar, mas não acertou.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Acertou. Por isso é que o Sr. Deputado se levantou!

O Orador: Não é uma inconstitucionalidade, pode ser pior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Procurando ter algum rigor, Sr. Secretário, é muito diferente e são matérias diferentes, não comparáveis. Um despacho que se limita a fazer tabelas práticas para retenções, convenhamos que não tem paralelo com a matéria que estamos trabalhando.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Toda a gente sabe isso!

O Orador: É um mero despacho para elaborar uma tabela prática de retenção, não é uma alteração de um código, de um decreto. Mas não me meto por esse caminho, porque não é a minha área, obviamente.

Segunda questão que gostaria de levantar e deixar no ar:

Pode-se deixar aqui a ideia de que o Sr. Secretário de Estado estaria agora a zelar por alguém, até para o interesse do Estado propriamente dito, ou estaria a exercer de má vontade.

O Sr. Secretário já pensou, porventura, quem é que estava a beneficiar com o facto do Secretário de Estado não resolver o problema?

O senhor já pensou que no fim do mês é que estava a receber mais dinheiro para a Região Autónoma dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria, nos minutos que restam ao PS, por essa última questão, da comparação que me pareceu surpreender o PSD – o PSD que tem dado lições a toda a gente, na sequência de outras pessoas que andam por aí a dar lições a torto e a direito – sobre a natureza desse instrumento que é o Pagamento Especial por Conta.

Eu citaria o resumo que se encontra na página do Ministério das Finanças, da venerada Dra. Manuela Ferreira Leite, que diz:

“O PEC é, no caso das empresas, o equivalente à retenção na fonte, que se aplica aos trabalhadores por conta de outrem”. Não é um novo imposto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É sim um adiamento que posteriormente pode vir a ser reduzido no imposto a pagar, tal como sucede no IRS com os trabalhadores por conta de outrem.

Portanto, a comparação é perfeitamente legítima, é perfeitamente regular e aquilo que se aplica ao IRS deve-se aplicar ao IRC.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Muito bem!**

O Orador: **Meus caros senhores, retomo aquilo que pensava dizer. Se a política fosse apenas medida pelos resultados finais, nós devíamos estar felicíssimos. Chegámos ao resultado final e temos unanimidade. Mas a política é mais do que isso, não é apenas o resultado final.**

A política tem valores e tem princípios e a solução que nós estamos a chegar peca contra alguns desses valores e princípios.

Se nós quiséssemos chegar à fonte desse problema tínhamos que ir até à Assembleia da República, onde foi aprovada em Dezembro de 2002 a nova versão do Pagamento Especial por Conta. Aí é que teríamos uma solução jurídica para esse problema.

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: **E em 98!**

O Orador: **Não precisávamos ir mais para trás, até porque os senhores no vosso preâmbulo dizem que esta alteração feita em 2002 é que evidenciou os problemas.**

No relatório da Comissão de Economia diz-se que esta alteração feita ao conteúdo do próprio âmbito do diploma, introduziu alterações qualitativas no imposto.

Portanto, se houvesse aqui um rigorismo jurídico da nossa parte, que não há, nós veríamos que uma solução jurídica efectiva era ir até à Assembleia da República. Podemos chegar lá com uma anteproposta de lei, por uma

autorização legislativa, mas sabemos que isso não resolvia o problema em tempo útil.

Portanto, lançámos mão.

Já agora que falámos em Assembleia da República e que é a fonte desse problema, convém lembrar que nós temos deputados na Assembleia da República e que de entre os deputados que foram eleitos para estar lá, está o líder parlamentar do PSD, que quando era necessário atacar os problemas de raiz nunca estava no lugar onde devia estar. Não sei se esteve na aprovação disto ou não, mas podia ter estado, porque foi eleito para isso. Se calhar já estava na Assembleia, mas agora não está cá, está imitando o Presidente do Governo Regional, algures por aí, num quartel de bombeiros de um sítio qualquer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Nós apontámos para a solução que não é atacada no despacho, que é uma coisa singularíssima, é uma circular legislativa que altera prazos de um Decreto-Lei, que define o que são proveitos e ganhos, que tem todo o carácter legislativo que os senhores agora entendem que deve ser dado a essa disposição.

Portanto, podia e devia perfeitamente conter, do ponto de vista jurídico, esses elementos.

Nós temos de preservar o valor jurídico da segurança. Em termos jurídicos e em termos políticos temos que reclamar segurança jurídica para soluções dessas.

Perante a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, nós temos capacidade de legislar em termos de redução das taxas de IRC. Está dito e redito que esse não é um caso de redução de taxa. É um modo de pagamento de uma taxa. Nós não

temos competência para exercer esse modo de pagamento, por isso queremos ressaltar valores jurídicos e temos que entender que esse não é o caminho.

Quando reunimos em Comissão, sabíamos das deficiências do Governo Regional para a solução correcta do ponto de vista jurídico e do ponto de vista político, o que é ainda mais grave.

No despacho de 18 de Junho que só antecipa um outro diploma legislativo, surge um diploma legislativo que pega nas coisas que esta circular contém e dá-lhe carácter legislativo. Houve imensas oportunidades legislativas de resolver o problema.

O que é que acontece do ponto de vista político?

Acontece que em termos políticos o espaço das autonomias está completamente ignorado pela maioria que governa o país.

Nós não podemos admitir, nem do ponto de vista jurídico nem do ponto de vista político, que a nossa autonomia esteja dependente de um despacho de um Secretário de Estado que nos obriga a legislar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O que nós podemos exigir é que na legislação da Assembleia da República, esse espaço que nos cabe como autonomia, que nos coloca pelo menos em situação semelhante a todas as outras situações de excepção que são aqui contidas no despacho, seja respeitado pelos órgãos de soberania.

Não podemos admitir que os órgãos de soberania desrespeitem esse espaço e depois digam que não remendam aquilo que é da competência dos órgãos de soberania com um Decreto Legislativo Regional. Não aceitamos.

Isso introduz um mecanismo de deturpação da autonomia que não podemos aceitar.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Sabemos que o PSD é um partido, por excelência, de oportunismo político e desde que veja a possibilidade de fazer algo que parece resolver o problema, não interessa mais nada, nem sequer o valor da segurança jurídica que foi o que nós conseguimos com a última revisão constitucional do sector financeiro, com a Lei de Finanças Regionais que o Governo da República já destruiu com a Lei de Estabilidade Orçamental e que continua a consumir passo a passo com esta circular.

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou o limite do seu tempo.

O Orador: Muito bem, se já cheguei ao limite, direi apenas mais uma coisa que justifica a nossa mudança.

A política, meus caros senhores, é a arte de tornar possível aquilo que é desejável. O que era desejável neste caso era que esses valores jurídicos e políticos da Autonomia fossem respeitados, mas é assim quando depende apenas de nós. Neste caso não depende só de nós. Depende de outra entidade.

Neste caso temos que nos contentar com a política, com a arte de tornar desejável aquilo que é possível. Aquilo que é possível neste momento, dado o impasse em que em relação a todos os valores fomos colocados, é aprovar este diploma.

O problema fica resolvido?

Não sabemos se fica resolvido. Fazamos aquilo que é possível neste momento, tornar desejável o que é possível, porque o erro não é nosso, temos que nos adaptar às condições que foram criadas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Houve um conjunto de afirmações de área técnica que carecem de fundamento e outras que carecem de clarificação.

Desde já, devo dizer que a citação que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa fez do boletim do Ministério das Finanças, refere-se a pagamentos por conta e esses são reembolsáveis.

A verdade é que o Pagamento Especial por Conta não é reembolsável na prática.

Deputado Dionísio Sousa (PS): O senhor não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: A retenção na fonte é ou não reembolsável, Sr. Deputado?

O próprio nome diz. É uma retenção na fonte e o PEC não é isso.

Em segundo lugar, quando o Sr. Secretário refere que tinha tomado essas diligências, era bom que ficasse claro que na Comissão, quando pedimos ao Sr. Secretário para nos facultar os documentos que tinha feito entrega ao Governo da República relativamente ao levantamento desta situação, ele recusou-se a entregar as cópias. Acabou por ler um documento e, um pouco a custo, acabou por reconhecer que esse documento tinha data de 30 de Julho que foi o dia seguinte ao PSD ter apresentado o seu Projecto de Decreto Legislativo Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Outra questão que ontem tentámos evidenciar e que vem escrita, preto no branco, no comunicado do Partido Socialista, – “É evidente que esta distorção introduzida administrativamente pelo referido despacho...” – é uma perfeita cabala, é uma perfeita mentira e os senhores estavam conscientes disso.

Os senhores sabem que não foi o despacho que criou esta distorção, que não foi o despacho que criou o PEC.

Os senhores sabem que vem desde 98, sabem que a distorção vem desde 99. Os senhores sabem que em 2000 e 2001 o PEC nem era reembolsável.

Onde é que estava o Governo Regional e o Governo da República do PS na altura? Não repararam nem corrigiram isto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

De uma vez por todas, porque parece que há pessoas que ainda não perceberam aqui dentro e lá fora. Não foi o despacho que criou esta distorção. Foi o diploma que criou o PEC desde a sua origem, depois conjugado com a adaptação fiscal dos Açores.

Para concluir, o PS acelerou de mais no início só por ser uma iniciativa do PSD. Depois, veio a reboque tentar dizer que já tinha apresentado, dizendo meia verdade, escondendo que só tinha sido depois da apresentação do PSD. Não se lembrou de fazer isto atempadamente e há artigos na comunicação social desde o final de 2002.

Quando teve um Secretário de Estado do Partido Socialista a nível da República, não resolveram nada.

Apesar de ter passado este tempo, apesar de em 2000 e 2001 não ser possível reembolsar o Pagamento Especial de Conta, o Governo Regional dos Açores e o Governo da República nada fizeram para resolver o problema dos empresários açorianos.

O PSD, apesar de estar na oposição, hoje, nos Açores, já começa por resolver alguns desses problemas que os senhores não conseguiram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.**

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): **Sr. Presidente, apenas para interpelar a Mesa.**

O Estatuto Político-Administrativo da Região permite aos senhores deputados requererem ofícios ou correspondência trocada entre, por exemplo, o Governo Regional e o Governo da República.

O Sr. Deputado Duarte Freitas queixa-se que não conseguiu obter documentos na Comissão.

Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Isso é uma interpelação?**

Deputado Mark Marques (*PSD*): **É uma manobra de quem não tem tempo!**

O Orador: **Eu vou formular a pergunta. Peço que a Mesa responda, se entender responder.**

O Deputado tem poder de requerer

Presidente: **Sr. Deputado, desculpe, mas a Mesa não tem competência para interpretar o Estatuto. Se me questionasse sobre o Regimento, é evidente que lhe respondia, mas neste caso não posso.**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

O Orador: **Muito bem. Não há problema.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota (*PCP*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:**

Ontem, quando fiz a minha breve intervenção onde gastei quatro dos dez minutos de que a minha bancada dispõe para este debate, pensei, com toda a sinceridade, que não voltaria a intervir na medida em que deixei a posição do Grupo Parlamentar do PCP posta com toda a clareza.

Efectivamente sinto necessidade de gastar esse tempo sobejante ou uma parte dele, porque é necessário que deste debate saiam conclusões absolutamente

claras em relação à natureza do problema, à necessidade da solução e à evolução que este problema teve.

Eu devo dizer que a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças foi talvez a melhor que eu ouvi nesta legislatura. Foi uma intervenção bem estruturada, que nunca fugiu um minuto que fosse do problema que se estava a tratar, portanto não só informando como ao mesmo tempo concluindo. Essa intervenção, que no plano da apreciação jurídico-política coincide com o ponto de vista que eu coloquei e que a bancada do Partido Socialista tem colocado, ajudou a tornar politicamente muito claro o que está aqui em causa.

O que está aqui em causa, e é isso que tem que ser dito, foi uma incapacidade ou falta de vontade da administração central numa determinada área encarar uma resolução, a resolução correcta, para um problema que resulta do facto de haver especificidade regional e legislação regional. Foi como se isso não existisse. É isso que é importante fazer.

O Partido Social Democrata dos Açores veio a público em dado momento, a 29 de Julho. Nesse mesmo dia, o meu partido emitiu uma nota na qual disse – e vou citar de memória – “sem prejuízo da posição que venhamos a ter sobre qualquer iniciativa”. Nós também levantávamos o nosso espanto em relação à forma como o problema estava a ser levantado.

O Partido Social Democrata levanta um problema nos Açores, em termos públicos, por forma a que, com esta iniciativa legislativa – permitam-me que o diga com toda a lealdade, porque é o que eu penso – e depois de devidamente combinados com as vossas instâncias nacionais...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... apareça como o salvador dos empresários açorianos.

Teriam toda a legitimidade de levantar a questão – possivelmente outros já poderiam ter levando, até mesmo nós, mas não levantámos – e de reclamar que a administração central resolvesse o assunto, mas não fizeram isso. Levantaram uma questão, acusaram o Governo Regional de não ter resolvido o assunto e pretenderam aparecer com esta iniciativa que tem as debilidades que foram aqui enunciadas, que eu não repito, mas que vai ser aprovada por unanimidade. Isso politicamente é muito importante e tem o condão de procurarem aparecer como a força política que se interessa com a actividade económica e com o estrato social quando isso não é verdade. Não é vosso exclusivo, é preocupação de todos.

Esclarecida completamente esta questão, vamos a uma unanimidade que é completamente invulgar, uma unanimidade prática e política perante um documento sobre o qual as visões, as razões da existência e a análise que se faz sobre ele são completamente distintas.

Neste momento os responsáveis, por ser necessário, baralharam este problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para dizer e recusar determinantemente a insinuação do Sr. Deputado José Decq Mota acerca de eventuais combinações ou afirmações, o que é bem mais grave.

Nós estamos combinados, sim senhor. Acertámos, mas com os técnicos e com os empresários para resolver o problema que o Governo a seu tempo não pôde resolver.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Não havendo mais inscrições para este debate, vamos passar à votação do Projecto de Decreto Legislativo Regional em discussão.**

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, permaneçam sentados.

Secretário: **Na generalidade, o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.**

Presidente: **Passamos à votação na especialidade.**

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º e 2º, façam o favor de permanecerem sentados.

Secretários: **Os artigos 1º e 2º foram aprovados por unanimidade.**

Presidente: **Passamos à votação final global.**

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam sentados.

Secretário: **O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.**

Presidente: **Vamos interromper os nossos trabalhos por um período de 30 minutos.**

(Eram 17 horas)

Presidente: **Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.**

(Eram 17 horas e 35 minutos)

Passamos ao ponto seguinte – Proposta de Decreto Legislativo Regional que “transforma o Instituto de Gestão Financeira da Saúde da Região Autónoma dos Açores em Sociedade Anónima de Capitais exclusivamente públicos, passando a designar-se SAUDAÇOR-Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.”.

Informo os Srs. Deputados que este debate vai fazer-se em tempos globais.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 35 minutos, o Partido Social Democrata de 25 minutos, o Partido Popular de 15 minutos, o Partido Comunista Português de 15 minutos e o Governo de 35 minutos mais 5 minutos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais para apresentar a proposta.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A prestação de cuidados de saúde é um serviço de importância crucial para a colectividade, sendo essa qualidade reconhecida pela Constituição da República como direito social fundamental, incumbindo ao Estado, conceito que aqui deve ser interpretado em sentido lato, garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina, assegurando uma cobertura global racional e eficiente em recursos humanos e unidades de saúde. Como tal – frise-se – a prestação de cuidados de saúde é um serviço de interesse social geral e um direito social fundamental dos cidadãos.

A extensão, ao longo da última metade do século passado, sobretudo na Europa Social e Prestadora, de redes de saúde pública tendencialmente gratuitas, constituiu um factor decisivo para o aumento da esperança média de vida, com índices, as mais das vezes, de elevada qualidade média e autonomia, a que se assistiu. Este enormíssimo sucesso humano, social e político deve continuar e, se possível, ser reforçado.

Para que tal, porém, seja sustentável, é necessário ter consciência duma relativa fraca eficiência económico-financeira destes serviços, a par dos seus elevados custos de prestação, o que tem levado, sobretudo nos últimos anos, a pôr em causa a sustentabilidade dos sistemas sociais nos modelos actuais, sendo assim lícito e, sobretudo, urgente, procurar outras formas de organização e de gestão que continuem a assegurar os objectivos político-sociais constitucionalmente consagrados.

Nessa medida, a introdução de um modelo de gestão “empresarial”, ao nível de cúpula do sistema, permitirá agilizar, desburocratizar, mobilizar, inovar e facilitar a renovação, quer de instalações, infra-estruturas e sistemas de informação. Constituirá, no nosso entender, um instrumento adequado à prossecução destes objectivos, uma vez que permite conciliar a manutenção no sector público da prestação do serviço público, com a flexibilização que lhe advém da submissão a regras de cariz essencialmente privado, na senda, aliás, do regime jurídico do sector empresarial do Estado, criado através do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro. Assim se propõe um novo enquadramento jurídico-económico, que, pela sua flexibilidade, constituirá um formato privilegiado para levar a cabo empreendimentos que envolvem investimentos de vulto, mais maleabilidade de gestão e curtos prazos de execução.

A agilização de procedimentos de contratação, o alargamento do leque de financiamentos e a resposta célere a eventuais necessidades de investimentos excepcionais são pois algumas das suas principais vantagens.

Ficará assim igualmente facilitada a aposta em investimentos de alguma dimensão, seja ao nível infra-estrutural, seja ao nível do desenvolvimento de sistema de informação e novas tecnologias ao nível do Serviço Regional de Saúde (SRS).

A sociedade, de capitais exclusivamente públicos a criar é dotada de uma estrutura de capital adequada aos poderes necessários ao exercício das funções que lhe são cometidas, com vista a garantir uma gestão correcta, integrada e articulada com as diversas unidades de saúde, encontrando-se sujeita ao Decreto-Lei 558/99, de 17 de Dezembro, aplicável supletivamente às Regiões Autónomas, o mesmo é dizer que

deterá um estatuto de direito privado, salvo quanto ao exercício de poderes de autoridade, que seguirá um regime de direito público.

A sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos disporá de órgãos de administração e de fiscalização estruturados segundo as modalidades e com as competências genéricas previstas pelo direito societário.

Os trabalhadores do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Saúde (IGFS) são integrados automaticamente na sociedade de capitais públicos que lhe sucede, mantendo a mesma situação jurídico-laboral, a não ser que expressamente optem pelo contrato individual de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Face ao exposto, constata-se que a criação por esta Assembleia desta entidade integra-se na corrente normal nos Estados modernos, que são pluri-organizativos, e que se caracteriza por um crescente recurso a formas de organização privada que fizeram com que, no seio do sector público em sentido amplo, existam sectores que se regem exclusiva ou predominantemente pelo direito privado.

Tal obviamente é acompanhado pelo reforço de instrumentos públicos de controlo por parte do accionista público que, em última análise se reconduzem a uma orientação e tutela política democraticamente legitimada.

Efectivamente, o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, a que nos vimos referindo, aboliu a tutela em relação às empresas públicas sem a natureza de EPE (entidade pública empresarial), mas substituiu-a pela figura das orientações estratégicas.

No caso vertente, houve o cuidado de definir o posicionamento da Região, a quem se comete a fixação das prioridades e dos objectivos a atingir, e bem assim de definir expressamente especiais deveres de informação, atento o específico interesse regional e a natureza essencial do bem protegido em apreço, e a verificação do seu cumprimento.

Por outro lado, há que ter presente que a regra geral sobre a capacidade de gozo das pessoas colectivas – em princípio todos os direitos e obrigações que não sejam vedados por lei ou sejam inseparáveis da personalidade singular – sofre as limitações que decorrem do chamado princípio da especialidade: os direitos e obrigações que

integram a capacidade de gozo da pessoa colectiva são apenas os necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins (artigo 160º do Código Civil).

Como ensinava Manuel de Andrade as pessoas colectivas não podem ser sujeitos de relações jurídicas estranhas aos “interesses legítimos do seu instituto”, isto é, que não sejam conformes aos seus fins estatutários.

Daí que não possam adquirir ou exercer direitos nem contrair obrigações senão em concordância com os seus fins estatutários. Este princípio vale também para as sociedades comerciais, nos termos dos artigos 6º e 11º do Código das Sociedades Comerciais.

Quanto à pretensa ausência de controlo, recorda-se que uma das metas do modelo proposto é precisamente fortalecer o controlo de gestão, desenvolvendo um sistema de gestão de informação para o acompanhamento, a monitorização e a avaliação do sistema de saúde.

Também a crítica que alguns têm feito à presente proposta, acusando-a de criar uma estrutura centralizadora e monopolizante, “ao nível de alguns procedimentos de aquisição de bens e serviços” não faz sentido e esquece a história recente.

Desde 1987 (com o Decreto-Lei n.º 210/87, de 20 de Maio) que a aquisição de bens destinados à satisfação das necessidades dos serviços e estabelecimentos de saúde obedece, ou pode obedecer, a uma lógica centralizada de agregação de compras e economia de escala.

A partir de 1993, a centralização dos concursos (que estava afecta à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde) passou a constituir atribuição do IGIF, ao qual foi concedido, pela Portaria n.º 1176-A/2000, de 14 de Dezembro, o poder de celebrar contratos públicos de aprovisionamento para o estabelecimento de condições de fornecimento de bens e serviços específicos para a área da saúde.

A adesão a tais contratos, sujeitos a homologação do Ministro da Saúde, pode ser obrigatória nalgumas situações, o que tem sucedido.

No âmbito do SRS dos Açores, tais atribuições têm cabido ao IGFS, de acordo com o estabelecido nos arts. 3º e 5º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/A, de 13 de Abril, sem prejuízo de as unidades de saúde da Região poderem aderir a concursos centralizados do IGIF, o que também tem acontecido.

Com a transformação do IGFS em empresa pública, o procedimento concursal, que tem por base o artigo 26º do Decreto-Lei n.º 197/99, deixará de ter aplicação, uma vez que as empresas públicas societárias se regem, tendencialmente, pelas regras do direito privado.

Assim sendo, fará todo o sentido que na contratação de bens e serviços, todos os intervenientes no sistema se rejam por normas idênticas.

A lógica subjacente ao recurso à celebração centralizada de contratos de aprovisionamento pela sociedade, de acordo com as normas de direito privado, e à subsequente distribuição dos bens e serviços aprovisionados pelas unidades de saúde, nos termos dos contratos de gestão, é a de simplificar procedimentos e obter condições mais favoráveis para a generalidade das entidades do SRS, assegurando-se ainda a transparência nas compras das instituições e uma efectiva concorrência entre os fornecedores.

Nessa medida, embora não seja necessária autorização prévia para a celebração dos contratos de aprovisionamento, atenta a natureza jurídica da sociedade, não deixa de se manter o controlo da tutela, deslocando-se tal autorização para a celebração dos contratos de gestão entre a sociedade e as unidades de saúde, as quais mantêm o seu estatuto de estabelecimentos públicos.

Reitera-se aqui a ideia já expressa de que a opção pelo modelo de empresa pública na forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos se faz com prudência, já que está em causa um serviço de importância vital para a comunidade. Razão pela qual se garante a possibilidade de regulação de todos os aspectos considerados importantes através dos mecanismos de contratualização das relações entre a Região e a Sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tivemos oportunidade anteriormente de explicitar as principais razões que, no nosso entendimento aconselham a apresentação e aprovação desta proposta legislativa. É claro que a todas estas poder-se-á acrescentar outra, acessória e conjuntural, mas também de alguma utilidade, face ao artificialismo de algumas metas financeiras traçadas pela União Europeia e à forma seguidista, acrítica e atabalhoada como tem

sido mantida pelo Governo da República, sobretudo no que diz respeito às Regiões Autónomas e Autarquias Locais.

É o que por unanimidade entendeu esta Câmara, ao solicitar a fiscalização da constitucionalidade das normas da famigerada Lei de Estabilidade Orçamental.

É evidente que um eventual défice da sociedade anónima que agora se pretende criar não será considerado défice da Região. Como de resto também o não serão os respectivos endividamentos das trinta e quatro sociedades anónimas em que o Governo da República transformou os três IPO's e trinta e um hospitais, relativamente ao Estado, quer o défice do Serviço Regional de Saúde da Madeira relativamente àquela Região, todo ele transformado em empresa.

Tais défices, como é bom de ver, terão sempre limites naturais e materiais, face à avaliação que o próprio mercado financeiro em cada momento fará face à possibilidade prática da sociedade cumprir os contratos que assume. E não é, naturalmente, a simples criação desta sociedade que resolverá ou diminuirá substancialmente o crónico défice do SRS.

O défice do SRS, face aos últimos elementos disponíveis, rondará, de forma acumulada os 81 milhões de euros. Enquanto a dívida conjunta dos subsistemas ao SRS ultrapassa os 32 milhões de euros. O que significa que, em termos reais, a dívida do SRS rondará os 50 milhões de euros.

Face a esta realidade, a tutela tem procurado, através de uma nova atitude para com a gestão das unidades de saúde, sensibilizar e orientar para a necessidade de se inverter ou, pelo menos, atenuar, a evolução que se tem observado nos últimos anos. Sempre com a consciência que se exige o comprometimento dos órgãos de gestão das unidades de saúde no sentido da contenção financeira, sem descurar aquilo que são os objectivos fundamentais do SRS: a prestação de cuidados de saúde adequados à população açoriana, garantindo a acessibilidade aos cuidados em condições de equidade e com garantia de qualidade dessa prestação. Disso são exemplo algumas medidas que se tomaram e de outras que vão agora ser iniciadas:

- Limitação à utilização dos sistemas de pagamento a fornecedores os quais, para além dos efeitos a que nos referimos, estão a onerar financeiramente o orçamento do SRS;

- Emissão de orientações a todas as unidades de saúde do SRS no sentido da implementação de medidas de controlo económico e financeiro, com fixação de objectivos a atingir no corrente exercício económico;
- Acompanhamento contínuo da situação económica e financeira de todas as unidades de saúde do SRS, com elaboração de informação de gestão periódica, de forma a poder ir monitorizando as mesmas e alertando-as para eventuais desvios face à comparação com idênticos períodos do exercício económico anterior e face aos objectivos definidos pela tutela;
- Acompanhamento e adopção das medidas na área do medicamento, tomadas a nível nacional, com a introdução da comparticipação com base nos preços de referência, na tentativa de dinamização do mercado de genéricos;
- Controlo dos investimentos das unidades de saúde, através do estabelecimento de prioridades de investimento em função das necessidades de cada unidade de saúde e da procura da complementaridade de equipamentos e investimentos já instalados, limitando-os ao estritamente necessário e financiando-os, tendo por origem de fundos as verbas inscritas no Plano de Investimentos do Sector da Saúde, não sobrecarregando a componente de exploração das unidades de saúde;
- Implementação, no SRS, de um Sistema Integrado de Gestão das unidades de saúde, o qual proporcionará vantagens na uniformização de critérios de gestão e permitirá, entre outros, alcançar os seguintes objectivos:
 - 1- Contribuir para melhorar os resultados em saúde, através do recurso a ferramentas electrónicas de apoio à actividade assistencial (prática clínica), incluindo a utilização de procedimentos electrónicos que respeitem o processo de orientação e decisão clínica dos profissionais prestadores de cuidados de saúde;
 - 2- Contribuir para melhorar a gestão técnico-assistencial, operacional e estratégica, através da optimização e simplificação de procedimentos no registo de informação, da criação de mecanismos de intercâmbio de informação entre serviços e instituições – e do apoio à capacidade de planeamento, gestão e operacionalização de políticas e consequente afectação de recursos, com o intuito de monitorizar o desempenho, otimizar as metodologias de gestão e refinar as políticas de prevenção;

3- Contribuir para o desenvolvimento profissional contínuo, através da disseminação continuada de informação e formação sobre boas práticas que respeitem o processo de decisão dos profissionais das instituições;

4- Contribuir para melhorar a qualidade e oportunidade da informação, através da definição de regras de *Quality Assurance* a adoptar no registo de informação e da utilização recorrente a mecanismos de auditoria à informação.

Os objectivos da proposta agora presente relativamente à implementação de um novo modelo de gestão económica e financeira do SRS, de cariz “empresarial”, através da SAUDAÇOR, SA, estão perfeitamente identificados na proposta de Decreto Legislativo Regional. Para além de responder à necessidade de dinamização e modernização do SRS, face a movimentos idênticos que se observaram tanto no SNS como no SRS da Região Autónoma da Madeira, corresponde a uma iniciativa inovadora. Isto no sentido em que, contrariamente ao verificado nas restantes realidades referidas, é a entidade “reguladora” que é dotada de maior agilidade de gestão, consagrando verdadeiramente a diferenciação entre a função de prestador de cuidados de saúde e a de financiador.

A iniciativa agora tomada irá, do ponto de vista económico e financeiro, consagrar o contrato-programa como forma privilegiada de financiamento das unidades e da prestação de cuidados de saúde do SRS, permitindo definir novos modelos de financiamento baseados em modalidades de financiamento prospectivo e não retrospectivo.

No actual modelo, quem é mais ineficiente é sempre beneficiado: o financiamento não tem em conta a relação entre recursos afectos a cada unidades de saúde e os resultados em saúde obtidos, mas apenas o financiamento baseado no “movimento” histórico. Permitirá ainda encontrar novas formas de renovação da capacidade instalada, nomeadamente infra-estruturas e sistemas de informação, bem como encontrar novas fontes de financiamento para o SRS, as quais irão potenciar a redução de custos financeiros actualmente suportados com recurso a mecanismos de financiamento “precário” bastante mais onerosos e, sobretudo, geridos de forma não centralizada e desfasada de claros objectivos de gestão.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Está em discussão uma proposta de Decreto Legislativo Regional que transforma o Instituto de Gestão Financeira da Saúde numa Sociedade Anónima de Capitais Exclusivamente Públicos – SAUDAÇOR.

Sem, naturalmente, pôr-se em causa a legitimidade política e democrática desta proposta, a mesma evidencia a sucessiva incapacidade política do Governo Regional em gerir com competência e eficiência o SRS/Serviço Regional de Saúde com os mecanismos legais, operacionais e instrumentais que dispõe: a DRS/Direcção Regional de Saúde, o IGFS/Instituto de Gestão Financeira da Saúde e a rede de unidade de saúde que constituem o sistema prestador de cuidados de saúde do SRS.

A apreciação na generalidade deste diploma, carece que remontemos aos “caminhos” percorridos pelo Governo na tentativa, agora provavelmente frustrada, de encontrar os instrumentos operacionais para gerir o Serviço Regional de Saúde, principalmente no âmbito da gestão económico-financeira do sistema, que em abono da verdade, de ano para ano, e ao longo dos últimos anos, vive uma preocupante crise orçamental, um agravamento do subfinanciamento e consequente endividamento galopante das unidades de saúde, como tem vindo a confirmar os sucessivos pareceres e relatórios do Tribunal de Contas, como é exemplo o Parecer sobre a Conta da Região referente ao ano de 2001, matérias que temos ao longo desta legislatura evidenciado.

Mas vejamos o tal percurso normativo, estrutural, instrumental e funcional, pelos vistos e cada vez mais se confirma mal sucedido, na gestão do SRS, nas suas mais diferentes vertentes, essencialmente na económica e financeira.

Em 1999 o Governo propôs e viu aprovado neste Parlamento o Estatuto do SRS, definindo a organização e funcionamento dos serviços de Saúde, diploma que tem efectivamente virtualidades, com o objectivo de introduzir modificações estruturais e

funcionais, de acordo com a Lei de Bases da Saúde e correspondendo às especificidades da Região.

Preconizava-se também e cito “... a gestão descentralizada e participada que, sem preocupações de cariz exclusivamente economicista, mas buscando a maior racionalização da utilização dos recursos disponibilizados, promova a obtenção de ganhos em saúde para as populações.”. (citei).

Nos termos do Estatuto do SRS e quanto à organização do sistema, o Governo propunha-se criar as unidades de saúde de ilha, como órgãos operativos e prestadores de cuidados, o Conselho Regional de Saúde, como órgão consultivo, o IGFS, com funções de gestão financeira e de planeamento global e a Inspeção Regional de Saúde, com funções de auditoria técnica e de inspeção.

Uma destas estruturas organizacionais já tinha sido criada e regulamentada no ano anterior, em 1998. Refiro-me ao IGFS, instituto público que o Governo propõe agora a sua transformação em Sociedade Anónima.

Das restantes, volvidos 4 anos de criação do Estatuto do SRS, não foram ainda criadas as unidades de saúde de ilha onde existem hospitais, (nas ilhas do Faial, Terceira e São Miguel) que congregam as unidades de saúde que maior peso têm no sistema e no Orçamento do SRS, o que contraria objectivos expressos no mesmo quanto à racionalização dos recursos, à complementaridade e coordenação entre unidades de saúde e a Inspeção Regional de Saúde, ou seja, muito está ainda por cumprir e por potenciar, em termos organizacionais e instrumentais do Estatuto do SRS, tido então como a solução e a filosofia políticas essenciais para o seu melhor funcionamento, nas perspectivas da optimização dos recursos financeiros, materiais e humanos, do desenvolvimento e fomento da acessibilidade e da boa gestão económico-financeira do sistema.

O PS, os parlamentares socialistas, o Governo, na altura, muito criticaram o PSD, por não ter revisto o Estatuto do SRS criado em 1980, motivo, consideravam então, das deficiências e disfunções do sistema, da dívida acumulado existente de 4,4 m.c. (vejam só!) contraída ao longo de 20 anos, de 1976-1996, de funcionamento do SRS. O Estatuto do SRS, da era socialista, não só já foi considerado pelo PS, através da anterior titular do cargo, como necessitado de consideráveis correcções, como está

longe de ser desenvolvido e cumprido em áreas e estruturas substanciais do nosso sistema regional de saúde, por falta de vontade ou incapacidade políticas do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Discutir esta Proposta Legislativa de transformação do IGFS numa sociedade anónima, a Saudaçor, leva-nos a tecer também um conjunto de considerações sobre os propósitos políticos que levaram à criação deste instituto público em 1998.

O Governo e a bancada do PS então justificavam a criação do Instituto nestes termos e cito “... que a gestão financeira do SRS vinha a sofrer graves dificuldades resultantes do seu subfinanciamento crónico face a um crescente volume de despesas e da própria estrutura do Serviço Regional de Saúde, constituído por 20 unidades autónomas, o que leva a um excessivo fraccionamento dos fundos disponíveis e a uma rigidez orçamental que impede as necessárias medidas de gestão.

Assim, (continuo a citar) torna-se urgente, como forma de controlar o crescimento da despesa e flexibilizar a gestão do recursos financeiros necessários ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, alterar a forma de gestão dos recursos financeiros que lhe são destinados. Para tal é necessária a criação de uma entidade gestora de fundos, à semelhança das que já existem na área do emprego e da segurança social.” (citei).

O PSD em sede da discussão parlamentar da criação do IGFS tomou a posição de se abster dadas as imensas reservas que então evidenciou e que hoje bem se confirmam. Refira-se que as atribuições do IGFS, que então se justificava serem as adequadas para a gestão do SRS, são as mesmas que de novo são propostas neste diploma.

Vejamos, transcrevendo-as:

“1- O IGFS tem como atribuições contribuir para uma correcta gestão dos recursos financeiros destinados a suportar o funcionamento do SRS, de acordo com as políticas definidas pelo Governo Regional.

2 – São atribuições do IGFS, nomeadamente:

Contribuir para a correcta gestão dos recursos financeiros e materiais do SRS;

Contribuir para a racionalização do sistema de aquisição de bens e serviços no âmbito do SRS;

Contribuir para a melhoria dos sistemas de organização e gestão das instituições e serviços integrados no SRS;

Proceder à avaliação da gestão económico-financeira das instituições e serviços integrados no SRS, ou por ele financiados, e elaborar relatórios periódicos sobre a sua situação financeira e sobre a gestão dos seus recursos humanos e materiais;

Desenvolver sistemas de informação nos serviços da Direcção Regional de Saúde e nas instituições dependentes.”.

Refira-se que quando este Instituto teve a sua própria orgânica, o seu estatuto, estas atribuições ainda foram mais dilatadas.

Ora, o IGFS, com estas competências, estas atribuições, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, surgia como o sinal de grande mudança que se iria operar na gestão económica, financeira e na racionalização dos recursos, no controlo dos gastos, na contenção da dívida acumulada, na adequada orçamentação das unidades de saúde, na disciplina orçamental e financeira, utilizando instrumentos de gestão provisional, planos de actividades, orçamento de tesouraria, demonstração de resultados, balanço provisional, e ainda com uma comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a gestão do IGFS, enfim...

Era a solução milagrosa para todas as “doenças” do SRS e do seu crónico problema económico-financeiro.

Ainda no ano passado, o Governo Regional trouxe ao Parlamento uma proposta de alteração deste Instituto, para que o presidente do Conselho de Administração passasse a exercer as suas funções em regime de exclusividade, deixando o cargo de ser em acumulação com o de Director Regional de Saúde, devido, justificava o Governo, “a dificuldades relacionadas com o peso excessivo de responsabilidades para uma só pessoa”, com o objectivo, cita-se. “... para haver mais dinamismo e maior eficácia e eficiência...”.

Ou seja, todas as condições políticas, governativas, organizacionais, funcionais, etc., foram proporcionadas ao Governo, mas a situação económica e financeira do SRS e os problemas graves que a montante e a jusante se colocam agravaram-se de tal ordem, que o caos está instalado e agora nova solução milagrosa, a SAUDAÇOR, SA, aparece.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estamos propriamente a discutir a situação económico-financeira do SRS, mas sim a criação de uma Sociedade Anónima, com capitais exclusivamente públicos, que vai ter que assumir a dívida acumulada e as dificuldades e estrangulamentos financeiros existentes.

Com base em diversos documentos oficiais, de entre estes, relatórios e pareceres do Tribunal de Contas e em resultado de debates havidos neste Parlamento ao longo da presente legislatura sobre o funcionamento do SRS, os problemas do subfinanciamento e da suborçamentação e o conseqüente acréscimo da dívida ano após ano, entre outras vertentes, chegou-se à conclusão que em Março/Abril de 2001 o défice acumulado era de 61,5 milhões de euros (12,3 milhões de contos), incluindo as dívidas não cobradas dos subsistemas.

Em Agosto de 2001, através do Orçamento de Estado Rectificativo, o Governo da República assumiu um passivo no montante de 59,9 milhões de euros (12 milhões de contos), que foi orientado para a dívida do SRS, o que corresponderia quase à totalidade da dívida acumulada existente, fazendo prever que esta ficaria praticamente anulada até ao final do ano de 2001.

Contudo, de acordo com diversas fontes oficiais, especialmente o Estudo/Diagnóstico mandado elaborar por proposta da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde, a dívida em 31 de Dezembro de 2001 atingiu o valor de 59,5 milhões de euros (cerca de 11,9 milhões de contos), ou seja, era de novo, quase igual ao montante da dívida, antes da operação dos 12 milhões de contos. Como se compreende isto? Para onde foram canalizados os 12 milhões de contos?

Mas, será a dívida ainda maior, já que o Tribunal de Contas no seu Parecer sobre a Conta da RAA, referente ao ano de 2001, apura um valor 15,3 milhões de contos em encargos assumidos e não pagos, dos quais 7,7 milhões correspondem a dívidas no âmbito do factoring.

Ou seja, se entre 1976 e 1996 (período de 20 anos) a dívida ficou pelos 22 milhões de euros (4,4 milhões de contos), o seu crescimento foi exponencial ao atingir os

59,9 milhões de euros (11,9 milhões de contos), em apenas 5 anos, após a assunção de um passivo de 12 milhões de contos por parte do Estado. É surpreendente!

No presente, o Secretário Regional fala em 70 milhões de euros (14 milhões de contos), o que será por defeito, já que só o hospital de Angra deve por volta de 4 milhões de contos e o orçamento de exploração para o corrente ano é de 26 milhões de euros (5,2 milhões de contos), que mal dá para as despesas inadiáveis, já que só os custos com pessoal atingem os 25 milhões de euros (5 milhões de contos), do que para pagar dívidas atrasadas.

É apenas um exemplo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Março deste ano a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do SRS, Comissão esta proposta pelo PS e a sua bancada parlamentar, numa “manobra política” de aliviar o Governo duma responsabilidade que é totalmente sua, a de gerir politicamente o SRS, apresentou o seu Relatório a esta Assembleia, propondo ou formulando 26 recomendações, das quais o Governo Regional, através do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, na intervenção que proferiu, fez apenas referência explícita a 11, expressando mesmo que mereceriam da parte do Governo Regional atenção e implementação prioritária.

De entre estas propostas, adiantadas pelo referido Estudo, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais destacou a criação do Cartão de Utente, o qual já havia sido criado, a nível regional, em 1998, e recriado em 2002, mas que nunca chegou a ser emitido pelo IGFS, e ainda não está em funcionamento, (com prejuízo grave para o SRS, para os utentes e para a boa gestão e controlo do sistema) a redefinição dos serviços de urgência e dos regimes de prevenção e presença física, a racionalização e controlo do factoring, medidas de contenção de gastos e revisão do modelo de financiamento das unidades de saúde, propostas que não vemos em execução, mas não apresentou neste Parlamento a transformação do IGFS em Sociedade Anónima. Esta intervenção foi feita pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, nesta Assembleia, no dia 20 de Março. A proposta de Decreto Legislativo Regional, que cria a SAUDAÇOR, foi aprovada no Conselho de Governo de 9 de Maio.

Ou seja, em 50 dias o Governo Regional socialista muda de rumo como quem muda de camisa. Esta ligeireza política paga-se caro. E os açorianos estão a pagar por ela. Podemos concluir que os trabalhos da CEEFSRS, o Estudo/Diagnóstico e as Propostas e Recomendações de nada serviram ao Governo, no sentido de tomar as medidas políticas, mais do que não seja, das 11 medidas ditas prioritárias mas o Governo só encontra viabilidades nesta proposta de criação duma S.A. para o SRS. O Governo desistiu de tomar medidas difíceis e optou pelo mais fácil, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... conseguir dinheiro, através de empréstimos e endividando a Região, para saldar a dívida galopante do SRS que, por defeito, repito, foi anunciada ser de 70 milhões de euros (14 milhões de contos), pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Refira-se, que esta filosofia, este modelo, a criação desta sociedade anónima, tem como objectivo, entre outros, resolver o passivo acumulado, financiar e fazer a macro gestão económico-financeira do SRS, mas não corresponde à orientação política expressa no Programa do Governo,...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... aprovado por este Parlamento, já que nele se lê que é o Orçamento Regional que assegura o financiamento do SRS (pag. 151 do Programa do VIII Governo Regional).

Concluindo:

O Estatuto do SRS está em larga medida por implementar.

O IGFS, que é essencialmente um serviço central de planeamento, orientação e controlo de gestão nas áreas financeiras, e podendo exercer, quando determinado, a gestão centralizada de aquisição de bens e serviços, bem como a gestão da construção, remodelação ou ampliação de unidades de saúde, criado pelo Governo anterior Socialista e em funcionamento desde 1998, tido como a solução para todos os problemas do SRS, já não serve para este Governo volvidos 5 anos de funcionamento, reconhecendo implicitamente que foi um autêntico fracasso como se pode ler, no preâmbulo deste projecto de diploma "... o actual modelo de gestão financeira da saúde da RAA, assente na figura do instituto público, tem vindo a

revelar-se limitativo relativamente à complexidade e às necessidades do SRS e às dificuldades de controlo do crescente volume de despesas”.

O Governo Socialista desistiu de governar o SRS (e não só!), desistiu de tomar medidas de controlo na gestão da saúde,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... desistiu de implementar as conclusões/recomendações da CEEFSRS, desistiu de cumprir o Programa do Governo e a um ano das eleições não quer introduzir soluções de financiamento do SRS que passem pela revisão e reordenamento da política orçamental pública da Região, o que quer é, com a SAUDAÇOR, garantir a contracção de empréstimos para sanear financeiramente o SRS, fazendo engenharia financeira, apagando a sua incompetência na gestão económico-financeira do sistema, endividando a Região e comprometendo o futuro em termos financeiros e em termos do funcionamento dos serviços de saúde.

O Governo Regional socialista não resolve com esta situação os problemas dos açorianos. Esconde-os. Lança dinheiro aos problemas. Endivida a Região e não presta melhores cuidados de saúde.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os açorianos têm que saber que o governo socialista, em sete anos, aumentou a dívida do Serviço Regional de Saúde em 318%. Mas não foi capaz de fazer com que muitos açorianos deixem de esperar mais de quatro anos para se submeterem a uma intervenção cirúrgica.

Os dois governos regionais socialistas não foram capazes de fazer com que cada açoriano tenha um médico de família.

Por tudo isto, o PSD está contra a SAUDAÇOR, que não se perspectiva que traga melhores cuidados de saúde.

E, agora, vai o PS dar mais um aval ao governo regional socialista para endividar ainda mais a Região sem apresentar uma única reforma ao Serviço Regional de Saúde, para que os açorianos tenham uma melhor Saúde?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem questionado!

O Orador: E os açorianos merecem-no.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: **Para uma intervenção tem palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.**

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

As minhas primeiras palavras neste primeiro momento são de felicitação ao Sr. Deputado Bento Barcelos pela intervenção que aqui trouxe e por ter, de uma forma histórica, salientado algumas das demais caricatas vicissitudes que caracterizaram a acção do Governo na área da Saúde, nestes 7 anos.

Em nome deste Grupo Parlamentar gostaria de referir que a nossa posição relativamente a esta matéria e partindo de um diagnóstico que infelizmente se tem confirmado e agravado e que era um diagnóstico negativo em relação à situação do sector na Região, sempre se tem orientado pelo apoio às boas intenções dos diferentes titulares da Secretaria que tutela a área saúde dos Governos do Partido Socialista, desde o Prof. Álamo Meneses, à Dra. Fernanda Mendes e neste momento ao Dr. Francisco Coelho.

Infelizmente, como há pouco foi demonstrado, a prática constatou que das boas intenções à concretização dos objectivos anunciados, falhou o meio da concretização.

Primeiro, foi a Orgânica do Serviço Regional de Saúde, que todos nos lembramos pelo profundo debate que suscitou na sociedade civil, nos profissionais do sector e nesta Assembleia e pela forma inconsequente como os Governos Regionais do PS implementaram e deram corpo a esse instrumento.

Em seguida, tivemos o famigerado Instituto de Gestão Financeira da Saúde, o qual a titular da altura e o Governo apontaram aos açorianos e a esta Casa como o instrumento ideal para se atacar os problemas de fundo da saúde nos Açores, quer na óptica do seu financiamento, quer em todos os seus instrumentos de gestão.

Agora, surge a solução que o actual titular e o Governo nos apresentam da criação de uma Sociedade Anónima de Capitais Públicos.

Para nós, CDS/Partido Popular, o importante é atingir os objectivos nobres que, em geral, qualquer um desses instrumentos apontava. Daí as dúvidas legítimas sobre se será desta vez que se está a encontrar o paliativo para essa solução.

Permita-me, Sr. Secretário, com legitimidade, que levante a primeira questão:

Tem-se mudado os instrumentos. Vão-se mudar as pessoas?

Por que é que o Instituto de Gestão Financeira da Saúde falhou? Era um mau instrumento ou as pessoas foram incapazes de dar um bom cumprimento a um instrumento que tinha capacidade para tal?

Será que para além das pessoas adequadas não será necessário ter a coragem de mudar de política?

Há quem fundamentadamente receie que a causa do fracasso da acção governativa na área da saúde resultou, sobretudo, da incapacidade de encontrar as pessoas certas e na falta de coragem de levar por diante aquilo que se escrevia e se anunciava, como compromisso, nos papéis.

A esse respeito, qual a posição do Governo em relação a um instrumento fundamental que eram as Unidades Hospitalares de Ilha?

Será que aquele aperto, injusto e inadmissível, que o titular da saúde na Região levou no Pico é suficiente para mudar a política do Governo nessa área? Nem por sombras!

Quanto aos objectivos, nesse documento o Governo teve a coragem de apresentar no preâmbulo, como uma das grandes metas desta nova filosofia, a introdução de um modelo de gestão empresarial.

Eu estive a ver o diploma e vi a assinatura do Sr. Carlos César, Presidente do Governo. Será que aquelas declarações que há semanas, há meses, inundaram a comunicação social dos Açores contra o modelo de gestão empresarial que se anunciava para o país inteiro já não têm sentido e hoje o que importa é aquilo que o

Governo aqui apresenta? Isto vale mais do que as declarações do Presidente do Governo? Espero que sim.

Desde já, dou os meus parabéns ao Governo e ao Sr. Secretário, particularmente, por ter convencido o Presidente do Governo a mudar de ideias e a aceitar aquilo que aqui propõe.

Mau grado ainda haver no conjunto das colaborações e dos pareceres de entidades auscultadas, nomeadamente o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, que diz que “esta proposta constitui uma cópia da política que o Governo Central tem vindo a desenvolver com o objectivo de transformar no direito constitucional a saúde, numa mercadoria de negócios para importantes consórcios privados”.

“É estranho – diz esse Sindicato – que o Governo Regional dos Açores, sustentado no Parlamento Regional numa força partidária que tem inscrito o SNS, nos seus princípios programáticos, opte por uma solução inspirada no neoliberalismo anti-social de uma dirigente política como Madame Tetcher”.

Deputado José Decq Mota (PCP): Nunca pensei ouvir o Deputado Alvarino Pinheiro dizer isto!

O Orador: Ora bem. O Alvarino Pinheiro está citando um disparate pela ignorância de quem o escreveu. Madame Tetcher não era neoliberal nem anti-social. Era uma conservadora pró-social. Só a ignorância do cavalheiro é que permite uma coisa dessas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este instrumento que o Governo Regional aqui apresenta tem uma nova filosofia no seu cerne, nas suas propostas, que sendo alvo da crítica feroz daqueles que são insensíveis à evolução e ao progresso, evidentemente que está também sujeito às críticas de que isso é inconstitucional, as mesmas críticas que a oposição de esquerda, no Governo da República, rotula de inconstitucional tudo o que aparece, nomeadamente a possibilidade dos trabalhadores de uma determinada instituição, neste caso a SAUDAÇOR, “estarem sujeitos às normas do regime jurídico do contrato individual do trabalho, sem prejuízo do disposto no regime anterior”.

Na óptica da esquerda nacional, da oposição ao Governo da República, tudo isso é inconstitucional, são disparates, ideias neoliberais, neoconservadoras, anti-sociais, etc....

Portanto, saudamos a evolução do Governo Regional do Partido Socialista no sentido de encontrar instrumentos modernos, adequados, comuns às sociedades desenvolvidas, às sociedades que têm progredido e que são exemplo para o mundo (aquele pobre mundo que temos!).

O PS Açores busca uma forma de encontrar uma solução para o Serviço Regional de Saúde.

Terão o nosso apoio nessa busca séria, como tiveram no passado, embora não o tenham conseguido.

Há um aspecto que nos preocupa como autonomistas e como Deputados. Qual o limite que o PS/Açores e os seus filósofos inspiradores colocam na utilização de um instrumento como é a Sociedade Anónima? Perguntamos isto sem qualquer complexo ideológico e muito menos político.

Já temos a Sociedade Anónima para a Reconstrução, a Sociedade Anónima para os Portos, a Sociedade Anónima para os Matadouros, vamos ter a Sociedade Anónima para a Saúde, temos as SCUTs, já se fala na Sociedade Anónima para a Educação, conforme o défice. Há sectores no PS que estão a evoluir depressa demais.

Onde é que isso vai parar?

Não receamos das soluções adequadas para os problemas reais. Agora, se há quem pense transformar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores numa Sociedade Anónima, isso já nos preocupa.

Qual o limite?

Que tipo de sociedade?

Que tipo de Autonomia vamos ter?

Eu ouvi atentamente e desde já aproveito para o felicitar, o rigor que o Sr. Secretário colocou na fundamentação do seu projecto.

Diz que há instrumentos de controlo. Há. Mas a assembleia geral de uma sociedade vai ser designada pelo Governo.

O Sr. Secretário estar a pensar colocar na assembleia geral representantes dos partidos da oposição?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Ainda não!

O Orador: Ainda não, mas pode servir de modelo.

Quando a Autonomia passar a ser toda gerida através de sociedades anónimas, temos que encontrar a maneira dos representantes do povo também integrarem os órgãos de fiscalização das sociedades anónimas, porque o Governo é quem nomeia a administração. É claro que os senhores vão nomear uma sociedade fiscalizadora de contas.

Realmente isto é muito mais barato para a democracia, mas a democracia ficar representada por uma sociedade de revisores oficiais de contas, são avanços para os quais muitos de nós não estamos preparados.

Eu confesso – já sou um bocadinho conservador nessa matéria – que os 28 anos nesta Casa não me dão abertura suficiente para alterar tão radicalmente o regime de representação do povo dos Açores e de fiscalização da acção governativa.

É esta a reflexão que deixo, não no sentido negativo, não no sentido de pôr em causa um instrumento que talvez seja a última hipótese, na óptica deste Governo, para pôr mão neste sector, mas para todos nós reflectirmos sobre o que é que queremos para o futuro dos Açores.

Alguns analistas da nossa praça dizem que isto é uma forma encapotada de desviar défices do Orçamento Regional. Não pode ser só isso. Eu rejeito essa leitura de que o Governo Regional faz sociedades anónimas só para ter meios financeiros ilimitados e fugir ao controlo do Orçamento Regional. Não acredito nem me parece que isto seja uma crítica séria.

Presidente: Sr. Deputado, informo-o que está no limite do seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Termino já.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta é a nossa perspectiva.

Achamos que é urgente introduzir, com coragem, elementos de racionalidade, de avaliação, separar financiadores de utilizadores, de prestadores de serviços e estar atento a um indicador que nos preocupou a todos há 15 dias ou menos quando o Sr.

Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas divulgou que cada acto médico de consulta no Hospital de Angra do Heroísmo, praticado na área da Medicina Dentária, custava em média 125 euros. Isto é aflitivo!

Temos que avançar em domínios como este. Temos que atacar o caos.

Contem com o CDS/PP para estar ao lado de quem quiser atacar o caos da saúde.

Para terminar, o Grupo Parlamentar do CDS/PP vai abster-se na votação deste diploma devido às dúvidas que aqui deixei, mas também com a nota positiva de que esperamos que algo mude nesse sector.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

Presidente: Informo o Sr Deputado que esgotou a totalidade do tempo atribuído ao seu Grupo Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos a discutir uma proposta do Governo para transformar o Instituto de Gestão Financeira da Saúde numa sociedade anónima.

Nesta altura, penso que é de algum interesse recordar que o Partido Socialista nos anos de governação regional, em termos de gestão de saúde, começou por nos trazer uma proposta que criou o Instituto da Gestão Financeira da Saúde.

Recordando o debate que ocorreu nessa altura, esse era um meio para resolver muitas situações da gestão financeira da saúde. Nós acreditámos que o Instituto de Gestão Financeira da Saúde poderia ser um contributo para a eficácia dessa gestão.

Passado algum tempo, o Partido Socialista entendeu que havia ainda algo mal, que seria o Estatuto do Serviço Regional da Saúde e trouxe ao Parlamento uma proposta no sentido de haver um novo estatuto. Aí a situação já foi ligeiramente diferente. A sociedade e os receptores de uma parte fundamental do Estatuto, ou seja, os cidadãos que trabalhavam no Serviço Regional de Saúde, puseram em causa a legislação que se propunha.

Em nosso entender, eles tiveram razão na medida em que o Estatuto do Serviço Regional de Saúde, aprovado já a alguns anos, ainda não está totalmente implementado.

Agora, o Governo Regional resolve transformar o seu Instituto de Gestão numa Sociedade Anónima a fim de resolver todas as situações e os problemas financeiros que hoje se colocam à saúde.

O Sr. Secretário Regional, na sua intervenção na tribuna, apresenta esta sociedade como algo de inovador, quando na realidade todos nós sabemos que não há aqui qualquer inovação.

Aquilo que o Sr. Secretário vem propor é, como diz um parecer de um dos parceiros sociais, a cópia de um modelo que tem sido aplicado em diversos países. Um dos países citados, por exemplo, é a Inglaterra que tinha um exemplar serviço de saúde público e com um processo semelhante àquele que o Governo Regional agora inicia, transformou esse serviço num serviço que neste momento e de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é pior do que o Serviço Nacional de Saúde português.

De acordo com esse parecer, estamos perante um modelo que se vai esgotando. Onde ele está aplicado há mais anos, começa seriamente a ser encarado como urgente a sua transformação em algo diferente, talvez em algo que eles tiveram no passado e que nós, há pouco, tínhamos no presente.

Este modelo tem sido gradualmente implementado a nível nacional e está a ser implementado na Região Autónoma da Madeira.

Neste momento, o Sr. Secretário diz que é um modelo de capitais totalmente públicos, mas nós conhecemos a evolução normal deste modelo, que começa exactamente por ser um modelo com um capital totalmente público, mas que gradualmente se vai transformando em modelo com capitais privados ou até em modelo com uma predominância privada. Esta é a realidade evolutiva normal destes sistemas.

Julgo que o Governo Regional devia ter tido alguma preocupação em analisar aquilo que já foi feito, mesmo na Região, em relação à privatização de determinados serviços.

Há serviços, aliás penso que também é referido no parecer, que foram privatizados nalguns hospitais regionais (lavandaria, limpezas e alimentação), que pioraram o serviço prestado e que encareceram a própria Região.

Portanto, estamos perante uma proposta que, em nosso entender, não tem qualquer credibilidade.

Por outro lado, e na Comissão já procurei fazer alguma referência a esse aspecto, esta proposta é de duvidosa legalidade constitucional.

Se a memória não me falha, o artigo 10º procura transferir determinada autoridade médico-sanitária para uma sociedade que, de acordo com a legislação que permite a criação desta sociedade, não pode receber a transferência de autoridades às quais compete, em termos constitucionais, ao Estado que, através do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde é transferida para a Região através dos seus órgãos próprios de Estado, ou seja, a Administração Pública Regional.

Portanto, é um aspecto que nos merece muitas dúvidas e que vem contemplado, salvo erro, no artigo 10º da proposta.

Por outro lado, a Constituição também refere que o Serviço Nacional de Saúde tem uma gestão descentralizada e participada. É um outro aspecto que duvidamos muito que seja possível aplicar numa sociedade anónima. Se a sociedade anónima tiver uma função de gestão do sector da saúde, como é que vai ser participada e como é que vai ser descentralizada?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um outro aspecto que vale a pena ser referido.

Recebemos diversos pareceres sobre esta matéria. Salvo um parecer que diz que veremos o que é que se passará depois da criação desta sociedade, os restantes vindos da Ordem dos Médicos, dos Sindicatos, etc., são pareceres absolutamente demolidores em relação à proposta do Governo.

Aliás, se a memória não me falha, a Ordem dos Médicos no seu primeiro parecer procura, ponto por ponto, contradizer e catalogar de prejudicial a proposta que estamos a apreciar. Posteriormente ainda faz chegar, através da Comissão, um parecer jurídico em relação à matéria.

Tal qual como no passado, o Serviço Regional de Saúde, de acordo com o Estatuto proposto pelo Governo do Partido Socialista, foi seriamente criticado por todos os parceiros e em relação a esta sociedade o mesmo se passa.

Estamos convencidos que esta será mais uma proposta, como foi do Estatuto do Serviço Regional de Saúde e o Instituto de Gestão Financeira da Saúde, que vamos aprovar, porque o Partido Socialista irá votar favoravelmente – o Grupo Parlamentar do PCP vai votar contra – mas que não vai ter como consequência os aspectos positivos que o Sr. Secretário há pouco descobriu. Pelo contrário, poderá encobrir um pouco ou desviar do défice da Região o défice do Serviço Regional da Saúde, mas não vai resolver nenhum problema da saúde.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É difícil tentar enquadrar-me neste debate, principalmente após a intervenção proferida na tribuna por parte do Sr. Deputado Bento Barcelos, não pelo teor da intervenção, mas pela contextualização da mesma.

Se posteriormente não tivesse havido as intervenções dos Deputados Alvarino Pinheiro e Paulo Valadão, que, com perspectivas no mínimo opostas, focalizaram o debate para aquilo que neste momento estamos a debater, que é uma proposta de Decreto Legislativo Regional para a criação de uma Sociedade Anónima de Capitais Públicos, eu teria ficado na dúvida se não teríamos, por qualquer processo, retrocedido no tempo para Março do corrente ano.

Aquilo que neste momento está aqui em discussão é se esta Assembleia deve ou não aprovar um diploma que visa tentar racionalizar meios e mecanismos de gestão no sector da saúde.

Aquilo que nós verificámos por parte da intervenção do Sr. Deputado Bento Barcelos foi, de uma forma fantástica, a seguinte frase a meio da sua intervenção:

“Não estamos a discutir a situação económico-financeira do Serviço Regional de Saúde.”

Deputado Bento Barcelos (PSD): Discutir propriamente!

O Orador: O que é que nós observámos desde o princípio até ao fim da sua intervenção?

Observámos o discurso do costume, o discurso de quem foi incapaz, e continua a ser, de apresentar uma sugestão, uma alteração, uma ideia, um conceito de saúde que seja.

Ainda ontem o PSD se queixava que era mal tratado, mal tratado no sentido de falta de informação.

Hoje o PSD foi mal tratado, mas esteve durante os 10 meses de trabalho da Comissão calado, incapaz de apresentar uma proposta, uma sugestão, ou o que quer que fosse para contribuir para a situação do Serviço Regional da Saúde, quer na componente do seu financiamento, quer na componente do famoso modelo de saúde.

Sras. e Srs. Deputados:

Quando nos é referido a incapacidade política de gerir o Serviço Regional de Saúde, dizendo que “o sistema vive em constante crise orçamental” e a seguir diz-se “mas ainda falta implementar unidades de saúde de ilha, nas ilhas com hospital, falta a complementaridade entre as diferentes unidades de saúde, falta a Inspeção Regional de Saúde” para concluir que “temos a dívida do Serviço Regional de Saúde”, andamos sempre aqui...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A dizer a verdade!

O Orador: ... neste círculo.

No dia seguinte, porque hoje é sexta-feira, se for preciso, o PSD vem dizer que quer mais médicos, mais enfermeiros, mais meios complementares de diagnóstico, não querem que determinadas unidades de saúde possam ou não perder determinadas valências, ou questionar por que é que não há mais participação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sabemos a resposta!

O Orador: Às segundas, quartas e sextas fala do défice, às terças, quintas e sábados exige mais. Ao domingo pensa qual o sector, na semana seguinte, que vai usar a mesma cantiga. É sempre a mesma cantiga!

Já que estamos a falar na questão da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde, das intervenções feitas aqui por parte do Deputado Alvarino Pinheiro que não participou na Comissão – quem participou

foi o seu colega Artur Lima – e por parte do Deputado Paulo Valadão e Deputado Bento Barcelos que participaram na mesma, percebe-se as diferentes perspectivas.

O PCP disse claramente que concordava com x, y e z e discordava de outras.

O PP apresentou, ao longo de todo o trabalho da Comissão, um conjunto de sugestões, um conjunto de participações e só à última da hora o Deputado Alvarino Pinheiro, talvez por estratégia política, disse ao então Deputado Artur Lima “eh pá, tu sugeriste uma série de coisas, mas abstém-te em tudo para não nos comprometermos”.

Entretanto, os Srs. Deputados do PSD foram incapazes de sugerir uma coisa que fosse. Falavam em modelos estruturantes de gestão e planeavam esses modelos. Na primeira vez que, depois disto, esta Assembleia discute um modelo de gestão...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Salvo erro, recomendada!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não foi recomendada!

Deputado Bento Barcelos (PSD): Não foi recomendada nem aconselhada!

O Orador: Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, pelo menos tenha a atenção de ler as recomendações. Já que, pelos vistos, nunca as leu...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Já li!

O Orador: ... eu leio-as daqui a pouco. Eu não vou responder quando o Sr. Deputado quiser, mas quando eu quiser.

Durante todo este tempo falaram em modelos miríficos de gestão, “o importante é o empenhamento, a gestão, os modelos conceptuais de gestão”. Tanto modelo conceptual e zero ideias, tanto modelo conceptual sem sugestões, tanto modelo conceptual e 10 vezes calados. De um momento para o outro, qual Lázaro ao fim não do terceiro dia, mas de 15 meses, ressuscita. Que maravilha este PSD! O ressuscitar das questões da saúde pela voz o avisado Deputado Bento Barcelos!

A questão de fundo que está aqui...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É da competência do Governo Regional!

O Orador: ... é que temos um modelo de gestão admitido pelo próprio Governo Regional que neste momento é limitativo àquilo que são os novos imperativos ou novas necessidades do Serviço Regional de Saúde.

Temos um modelo de gestão que carece de ser empresarializado para permitir uma maior flexibilização e centralização de alguns procedimentos.

Perante uma situação deste género, o que diz o PSD?

“Estamos contra!”, ao mesmo tempo que aplaudiriam ou terão aplaudido a privatização dos hospitais e IPO's do Continente. Que estranho conceito tem este PSD que é contra uma coisa na Região e aplaude fervorosamente na República!

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, já que falamos no relatório da Comissão eu aconselhava-o a ler.

Eu consigo elencar rapidamente 6 recomendações que se enquadram claramente na proposta em análise. Desde a rede estruturada de voz e dados (ou seja, a informatização dos pedidos) ao sistema de apoio ao médico, enfermeiro e farmácia, ao incremento da telemedicina...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Já está nos recursos do Instituto de Gestão Financeira!

O Orador: ... à gestão orçamental, aos orçamentos por objectivos e à aquisição de consumíveis hospitalares...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Por que não podia ter no Instituto de Gestão Financeira?

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Mas isso inviabiliza a solução?

O Orador: Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu poderei não ter a noção do ridículo, mas o senhor não tem a noção das conveniências. Ouça:

“Gestão empresarial.

Os novos modelos de gestão no sector da saúde, nomeadamente em termos de gestão hospitalar, poderiam ser adaptados à Região, designadamente no que respeita à celebração de contratos individuais de trabalho e da contratação de serviços,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Instituto de Gestão Financeira resolve isso!

O Orador: ... privilegiando-se a gestão por objectivos e os incentivos à produtividade, o que deverá implicar formas alternativas de remuneração”.

Lamento que o Sr. Deputado não tenha lido isto, como lamento...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Como nós lamentamos que o sector da saúde esteja no estado em que está, por incompetência governamental!

O Orador: .. que o PSD persista em agarrar-se neste discurso, o discurso do cliché, do caos, de entender que a dívida por si é o fim último do Serviço Regional de Saúde.

É ou não verdade que o Serviço Regional de Saúde, em termos de prestação de cuidados de saúde, melhorou?

O Serviço Regional de Saúde, em termos de equipamentos e pessoal, afecto ao sector, evoluiu ou não?

O número de consultas e de especialistas às ilhas e hospitais, incrementado por este Governo, tem ou não vindo a aumentar durante estes anos?

A regulamentação de alguns sectores no Estatuto do Serviço Regional de Saúde verificou-se ou não?

São estas as perguntas que eu nunca vi nem vejo o PSD responder.

Aquilo que vejo, e qualquer pretexto serve, para ocultar a incapacidade durante 10 meses de produzirem uma ideia que fosse, é o PSD aproveitar a discussão de um Decreto Legislativo Regional sobre uma Sociedade Anónima para vir aqui desfiar o “rosário das críticas”, de quem não tem mais nada para se agarrar do que ao escárnio e ao mal dizer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nestas coisas da saúde, como costuma dizer-se, é bem mais fácil o diagnóstico do que a terapêutica.

Eu tenho nas mãos uma entrevista muito recente do Sr. Deputado, conforme já ouvi dizer algumas vezes, infelizmente ausente desta Casa, Dr. Victor Cruz, ao Diário Insular, a respeito da saúde. Numa resposta, ele termina dizendo: “Em suma, temos já algumas propostas nesta área tão importante e prioritária, mas a seu tempo veremos qual é a nossa solução global para a saúde dos Açores”.

Continuamos à espera. Talvez eventualmente o Sr. Deputado Bento Barcelos, que é da corporação, já possa neste debate e de forma oportuna, adiantar-nos qualquer coisa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O fundamental é que esta Câmara não deixe passar uma imagem de depressão aos nossos concidadãos, porque quem ouviu este debate pode ficar com a ideia de que não estamos incluídos na avaliação que considera que o sistema de saúde português será, em termos de qualidade e de acessibilidade, apesar de tudo, o 12º em termos mundiais.

Nós estamos a falar de dinheiro, estamos a falar de défice, de milhões e é bom, para além de ser um dever elementar, que digamos alguma coisa sobre isso e que apresentemos as necessárias justificações.

É preciso lembrar que em 1996 houve uma visita fantasma do meu antecessor à obra de construção civil, pronta, do Hospital de Ponta Delgada. Mas não foi feito entretanto, e por alguma razão isso não aconteceu, os necessários concursos para o apetrechar tecnicamente. Foi este Governo que os fez e se não estou em erro andou à volta, só em equipamento técnico, dos 4 milhões de contos. Assim como sabemos que a gestão normal de um Hospital, segundo as regras normais internacionais, dois anos de exploração, correspondem ao seu preço de construção.

Portanto, não foi por acaso que o meu antecessor António Meneses só foi visitar paredes e não inaugurou, como seguramente gostaria, o novo Hospital de Ponta Delgada.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Mas fez a maior obra pública da Região!

O Orador: Podemos também falar e devemos falar do Centro de Saúde da Praia da Vitória, há anos e anos prometido pelo PSD (não é verdade, Sr. Deputado Clélio Meneses?) e que este Governo fez. Também podemos falar do Centro de Saúde da

Povoação, da Unidade de Saúde da Lagoa, nas obras importantes que sofreu o Hospital da Horta e que não foram apenas obras de construção civil, porque essas em saúde e em termos relativos são muito baratas.

Foram os nossos serviços que recentemente abriram e que vão ter um impacto financeiro importante nas despesas daquele hospital ao nível da hemodiálise, dos cuidados intensivos.

Portanto, é disto que também temos que falar, é do número de consultas que aumentou enormemente e na deslocação de especialistas às ilhas. Apesar de tudo, embora a situação esteja longe daquilo que gostaríamos ao nível dos recursos humanos, o número de médicos, enfermeiros, de pessoal de diagnóstico e de terapêutica tem vindo a aumentar nos centros de saúde e hospitais não ao ritmo, nalguns casos, da oferta existente como gostaríamos, mas tem vindo a aumentar.

É bom, desde já, termos essa consciência e termos a consciência de que existe um défice. Aliás, é bom que também tenhamos consciência de que, sempre que falamos na Europa social, na Europa prestadora de saúde, deparamo-nos sempre com um dilema tremendo, que é o enorme sucesso que tem vindo a constituir a abertura e prestação de cuidados, de forma universal e tendencialmente gratuita. Também temos que ter presente que a sustentabilidade, por parte das entidades públicas, de suportar financeiramente essa situação tende a agravar-se, na medida em que a evolução da saúde tem sido enorme ao nível técnico e ao nível de custos, gerando auto-reforçando a saúde a sua própria procura, como todos sabemos.

Reforçando o que disse na minha intervenção, o Governo Regional não entende que a criação desta sociedade anónima seja, por si só, a panaceia, a solução material para o problema do défice do Serviço Regional de Saúde ou para outro qualquer. Nós entendemos que é uma forma de organização que traz virtualidades indutoras de algumas mudanças, mudanças essas que assustam sempre as pessoas que estão no sistema, mas que pensamos que são necessárias em nome da sustentabilidade e da perpetuação do sistema nas suas características essenciais prestadoras.

É por isso que há aqui algo de inovador. O que nós estamos a transformar não são as instituições de saúde: Não estamos a empresariar muito menos a privatizar – nesta discussão não vamos confundir privatização com empresarialização – estamos

a empresarializar a cúpula deste sistema que tem a obrigação de gerir os seus recursos humanos e financeiros. É isto que estamos a fazer.

Nada disto tem a ver, como é lógico, com o Estatuto do Serviço Regional de Saúde. O Estatuto do Serviço Regional de Saúde é, com certeza para cumprir. Agora, pela sua magnitude, pela sua importância a sua regulamentação prática, não é imediata.

O PSD tem a obrigação, se tiver memória histórica, de saber disso.

O PSD sabe que o diploma, ao nível da criação dos Centros de Saúde a título experimental, saiu em 86 e começou em 89 e o diploma regulamentador dos hospitais saiu em 1990, 10 anos depois da publicação do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, que ocorreu em 1980.

Estas coisas levam o seu tempo, implicam mudanças no terreno, mudanças com interesses e, por vezes, um esclarecimento e uma pedagogia que tem que ser feita, necessariamente ao nível das pessoas que são os beneficiários do sistema.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro perguntou-me o que é que teria falhado no Instituto de Gestão Financeira da Saúde.

A ideia que eu tenho, embora não estivesse lá, é que não falhou, não terá chegado. Estou perfeitamente convencido que ao nível daquilo que existia na orgânica da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, que era uma mera direcção de serviços financeiros, deu-se um salto importante, quantitativo e qualitativo, ao nível de controlo, da organização e da monitorização do acompanhamento da evolução financeira do Serviço Regional de Saúde.

É necessário, nesta fase, induzir outro tipo de mudanças. Ter a possibilidade e a maleabilidade, ao nível de alguns investimentos infra-estruturais, ao nível da própria gestão do Serviço Regional de Saúde, do seu financiamento e do seu défice, de que este modelo societário de capitais exclusivamente públicos é, neste momento, no nosso entendimento, idóneo e necessário para o implementar.

É esta a nossa ideia, é isto que vamos fazer tendo sempre presente os contributos que aqui foram dados em Março e que contaram efectivamente com o apoio dos Partidos Socialista, do PCP e do PP e, infelizmente, não do PSD.

Tive oportunidade de dizer, e mantenho, que há um conjunto de propostas que me parecem altamente meritórias. Algumas estão em andamento, outras irão estar e,

conforme se viu e conforme há pouco recordava o Sr. Deputado Francisco Barros, pensamos que esta sociedade será o meio mais idóneo e adequado para concretizar de forma mais rápida e eficiente algumas delas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós estamos a falar de saúde. Não estamos a falar de barcos, embora a SAUDAÇOR pudesse ser um barco.

Permitam-me um ligeiro paralelo. Este barco, que é a saúde, tem tido, desde há dois anos, uma determinação de rota bastante curiosa. Senão vejamos:

Há cerca de dois anos, o Sr. Presidente do Governo Regional veio a público dizer que, nos Açores, os cidadãos que precisassem de cuidados de saúde tinham que os pagar.

Deputados Mark Marques e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Na sequência dessa intervenção pública e assunção de posição – aliás, não constitucional – do Sr. Presidente do Governo, foi criada uma Comissão Eventual que trabalhou em extensão este assunto, tratou deste e de outros aspectos, na qual o meu Grupo Parlamentar, de acordo com as suas possibilidades, cooperou como pôde e depois fez questão de, com toda a precisão, dizer quais eram as conclusões que estava de acordo e quais as que não estava. Está tudo nos papéis, número por número.

Nessa sequência, o Sr. Secretário Regional, que entretanto foi posto ao leme da embarcação, usou do direito que o Governo tem de fazer uma comunicação à Assembleia e veio aqui falar das questões da saúde.

Os mais distraídos, menos avisados ou qualquer coisa deste género, pensaram que o Sr. Secretário Regional iria chamar a si as conclusões da Comissão.

O Sr. Secretário fez uma comunicação que surpreendeu alguns, mas não surpreendeu outros, talvez os mais velhos, os mais rodados. Na sua comunicação, o Sr. Secretário Regional chama a si quase tudo, coloca mais um ou dois problemas que não tinha posto em debate e deixa de fora todas as questões correlacionadas com o que está por detrás da criação de qualquer coisa do género da SAUDAÇOR.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Para ser rigoroso, para traçar a rota com todo o rigor, é isto que se passou nos últimos dois anos.

Este traçar de rota, estes golpes de leme têm que merecer uma observação.

Disse, com o coração nas mãos – hoje estamos muitos poéticos, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse que o PP era um livro aberto e eu que estou com o coração nas mãos – que a ideia que eu tenho é que os senhores criam isto apenas como solução de momento até 2004, como solução de ir buscar dinheiro, ultrapassando as questões do controlo do défice orçamental. Esta é a convicção que eu tenho. Mas criam um instrumento que vai muito mais longe do que isso, como sabe, Sr. Secretário Regional.

Não há muito tempo, um ilustre trabalhador da área saúde, que também exerce destacadíssimas funções locais de ilha pelo partido que governa esta Região, disse-me simplesmente que cria-se uma coisa que vai mandar nisto tudo, que pode vir a fazer o que muito bem lhe apetece sem qualquer espécie de controlo.

É efectivamente isso. Os senhores vão criar uma empresa que numa outra fase, certamente depois de 2004 (não é problema imediato!), terá uma administração eventualmente encapuçada e de chicote na mão para tentar resolver problemas que não querem resolver do ponto de vista político. Fica também como instrumento que pode evoluir num sentido pior.

Sr. Secretário Regional, este não é o caminho para nós.

Esta discussão, parecendo que não tem nada a ver com uma discussão que ontem fizemos aqui sobre as questões da conta, tem muito a ver, e eu diria, tem tudo a ver.

Estes problemas que hoje estão a existir em sectores como a saúde, a educação, em sectores sociais e que são obrigação do poder público, são obrigação do Estado, têm

a ver com a concepção que hoje o poder em geral tem (não são só os senhores!) nas nossas sociedades, de utilização dos meios públicos a regulamentar, ou seja, das disponibilidades dos meios que existem.

Como os meios são usados de muitíssimas formas para além destas questões essenciais (as questões essenciais passam para um segundo plano), surge a contradição. Não há meios que cheguem, tem que se inventar formas e a invenção das formas é caminhar sempre alegremente – o Sr. Secretário Regional e o seu partido – no sentido das soluções ultra-neoliberais.

Percebe-se muito bem que a abstenção do CDS/PP é política, porque gostaria de poder bater palmas quando isto for aprovado. Mas não pode, porque não convém neste momento.

Percebe-se também perfeitamente que os senhores não podem ter convicção ao defender isto. Os senhores estão a defender contra muito daquilo que afirmam.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Decq Mota.

Informo que o Grupo Parlamentar do PCP esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Decq Mota:

Serei breve e não esquecerei esse facto importante, no debate democrático e leal, de que o Grupo Parlamentar do PCP já não tem tempo.

Com amizade vão permitir que eu diga de algum modo que estou um pouco confuso e que há aqui algumas trocas.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro há pouco, usando uma figura retórica, que é exímio, fez um pouco de sindicalista.

Eu diria que o Sr. Deputado José Decq Mota, há pouco, fez um pouco de pregador e “esconjurou as sete bestas do Apocalipse”.

Há aqui alguma troca de papéis que espero que seja útil, naquilo que é essencial que aqui nos atrás, que é exactamente debater algo indubitavelmente importante para o financiamento e para a gestão do nosso Serviço Regional de Saúde.

Sr. Deputado José Decq Mota, as intenções que alguns possam ter com esta lei, eu não sei, embora saiba que qualquer maioria a pode fazer ou desfazer. Eu sei quais são as intenções que este Governo tem e que são aquelas que eu tive oportunidade de enunciar.

Parece-me que nesta matéria o Sr. Deputado tem claramente um preconceito ideológico. Apenas abriu uma excepção aqui, e nós percebemos porquê, relativamente à Sociedade Anónima que criou a reconstrução.

Nós achamos que se trata de um instrumento jurídico e económico que pode e deve ser aplicado e que tem nessa medida virtualidades que nos podem ser úteis.

É isto que nós propomos de boa fé a esta Casa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

De forma muito telegráfica, porque são curtíssimos os minutos que a nossa bancada tem, para dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Francisco Barros vem sempre com aquela história da Comissão Eventual e da participação do Partido Social Democrata.

A bancada do Partido Social Democrata absteve-se na criação dessa Comissão. Considerou uma “manobra” política para aliviar o Governo. Participou nos trabalhos, mas não tinha nenhuma obrigação moral nem democrática para estar a apresentar propostas.

Apresentar propostas para quê?

Aquelas que saíram da própria Comissão não foram tidas em conta pelo Governo. O Governo que ao longo destes 7 anos não regulamentou o Estatuto do Serviço Regional de Saúde, não potenciou o Instituto de Gestão Financeira, anuncia em Março passado que vai dar prioridade a 11 dessas propostas da Comissão e repete agora as mesmas propostas. Vale a pena o Partido Social Democrata estar a fazer essas propostas? De maneira nenhuma.

O Partido Social Democrata tem sentido de responsabilidade e exige, democraticamente, que este Governo tivesse, ao longo destes 7 anos, assumido em

plenitude as suas responsabilidades para dar melhores cuidados de saúde aos açorianos.

Ainda exige, a faltar um ano para o termo deste mandato, que o Governo deixe-se de palavras, de anunciar, de criar serviços, de criar Sociedades Anónimas, de repetir medidas e cumpra o seu dever de fazer com que o SRS preste melhores serviços de saúde aos açorianos. É essa a vossa obrigação.

A nossa obrigação é exigir, democraticamente, que o façam.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Bento Barcelos:

O PSD absteve-se na criação da Comissão.

O PSD absteve-se de apresentar propostas.

Eu abstenho-me de comentar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Secretário fez uma referência expressa à minha pessoa quando se fazia referência às construções hospitalares. Eu faço referência a uma construção hospitalar que está prevista a algum tempo – o novo hospital da Ilha Terceira – cujos estudos eram referidos nesta Casa no dia 16 de Dezembro de 1998.

Os mesmos estudos voltaram a ser repetidos em 27 de Novembro de 1999, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Curiosamente, no dia 22 de Janeiro de 2003, o especialista parlamentar do Partido Socialista, em assuntos da saúde, fazia referência a uma Comissão que, de acordo com as suas palavras, estava a fazer estudos para a construção do novo hospital.

Dizia ele, espero que com sinceridade: “não posso precisar se eles já terão sido concluídos, com vista à definição do local de implantação”, isto referindo-se à tal comissão que estaria a estudar, mas a 22 de Janeiro não sabia bem o sítio.

Curiosamente, em Agosto de 2003, o Sr. Presidente do Governo e o conselho de Governo, aprovam, em resolução de comunicado de conselho do Governo, a criação de uma Comissão.

Ora, em Janeiro de 2003 não sabiam o local, porque a Comissão ainda não tinha decidido, mas a comissão só é criada em Agosto de 2003.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Em relação a um assunto tão importante como este, do financiamento do Serviço Regional de Saúde, é um problema fulcral do sector. Todos admitimos isso. Decorreram 7 anos, passaram sucessivos secretários regionais, curiosamente, uma média de 20 meses por secretário, com um bocadinho de sorte, o senhor se calhar chega aos 20 meses.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Passaram os 20 meses, como se disse aqui, com um acréscimo da dívida de 318%. Foram programas de governo, foram diplomas, declarações, Comissões, resoluções e, finalmente, com a criação desta empresa de índole privada e empresarial, há o carimbo de inaptidão do Serviço Regional de Saúde em termos de financiamento.

Deputados Mark Marques e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Neste caso concreto há uma evidência: a desistência de resolver os problemas, apresentando-se reformas que não aconteceram. Mais uma vez a solução é sempre a mesma, é tentar atirar dinheiro para os problemas, mas eles continuam. Em relação às propostas, das 26 propostas da Comissão, o Governo adopta nenhuma das que estavam previstas. Podem vir aqui remendar e no maior malabarismo dizer que juntando todas elas dá aquilo, mas nenhuma dessas propostas tem como finalidade criar uma Sociedade Anónima para gerir o Sistema Regional de Saúde.

Deputado Francisco Barros (PS): Que lucidez de espírito!

O Orador: Às vezes não ficamos muito satisfeitos com a lucidez dos outros, mas temos que ter paciência!

Voltando a falar em propostas, o Sr. Deputado José Decq Mota referiu aqui uma questão importantíssima e que tem a ver com uma proposta. Todos nos recordamos de ver, nas páginas dos jornais e nos écrans da televisão, o Sr. Presidente do Governo dizer que não é normal, nem correcto, que o Presidente do Governo pague a sua intervenção cirúrgica tal como paga o pobre.

O Presidente do Governo já não quer pagar?

Há dois anos dizia que não era correcto o Presidente do Governo pagar tal como paga o pobre.

Criam-se comissões, surgem diplomas e resoluções e passado todo este tempo surge uma proposta e o Presidente do Governo já não paga.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Já que se fala de gestão empresarial, isto faz-me lembrar a história daquelas empresas que têm má gestão. O negócio vai correndo mal, têm dívidas, o défice aumenta, mas vão mudando de gestor. Chega a uma altura em que já não há gestor, porque não há nenhum por ali. O que é eles fazem? Extinguem aquela e fazem outra.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Isto acontece sucessivamente na vida comercial das empresas. Extinguem uma e criam outra.

É isto, obviamente, que o PSD, como partido responsável, não aceita, não aceita essa má gestão, não aceita sequer a mudança de gestor. Aceita sim, uma mudança de gestão de fundo.

Quando os senhores estão muito preocupados com as propostas do PSD, identificam, pela vossa postura neste debate, um ataque ao PSD.

Deputado Francisco Barros (PS): Coitadinhos!!!

O Orador: Se formos ver as intervenções do Partido Socialista, elas são um ataque permanente ao PSD.

Sobre as propostas de fundo que estão aqui em causa para resolver o problema da saúde nos Açores, nada dizem.

Quando sentimos que os açorianos querem um novo governo, o PS percebe que funciona bem e melhor como oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Informo o Grupo Parlamentar do PSD que esgotou o seu tempo.

Neste momento apenas resta tempo ao Governo e ao Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu gostaria, em virtude desta última intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses e muito rapidamente, de clarificar um aspecto.

O PSD fez críticas ao Governo e ao PS por se ter formado a Comissão. Agora, o PSD faz críticas ao Governo e ao PS por alegadamente não cumprir aquilo que diz a Comissão.

Há aqui uma contradição que importava esclarecer.

Se é certo que o Governo, com esta proposta, tem que dar seguimento a algumas daquelas que foram as conclusões da Comissão, o Governo não está limitado às

conclusões da Comissão para gerir o Serviço Regional de Saúde. Isso parece-me óbvio.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Clélio Meneses diz que em relação às propostas de fundo que aqui estão em discussão, ou às propostas de fundo que são necessárias para a saúde nos Açores, o Governo e o PS nada dizem.

O vosso líder é o primeiro a dizer que o PSD nem sequer tem uma solução global para a saúde.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu já expliquei isso. Se não percebeu foi porque não quis!

O Orador: Nós estamos a fazer.

Em relação a esta matéria eram apenas estes dois pontos que eu gostaria de esclarecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passávamos à votação, na generalidade, do presente diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Não havendo propostas de alteração para os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, eu poria à votação em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Para os artigos 8º, 14º, 19º, 20º e 20º-A temos propostas de alteração oriundas da Comissão e subscritas pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de alteração, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração para os artigos 8º, 14º, 19º, 20º e 20º-A foram aprovadas com 27 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passávamos à votação dos artigos 8º a 21º.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 8º a 21º foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do anexo.

Existem propostas de alteração, subscritas pelo PS para os artigos 2º, 10º e 13º.

Os Srs. Deputados que concordam com estas propostas de alteração, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração para os artigos 2º, 10º e 13º foram aprovadas com 27 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passávamos à votação do corpo do anexo, ou seja, do artigo 1º ao artigo 25º.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1º a 25º foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, com 27 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: A proposta aprovada baixa à Comissão de Assuntos Sociais para redacção final.

Passamos ao 3º ponto da Ordem de Trabalhos – **Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo/benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração,** apresentada pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, eu estava a trocar impressões com um ilustre colega Deputado do Partido Socialista.

Nós estamos a trabalhar numa situação de distribuição de tempos globais para os diplomas. Foi-nos chamado a atenção e nós verificámos que estamos a cerca de 30 minutos da hora regimental para encerramento dos trabalhos.

Se V. Exa. entender, talvez fosse útil uma mini-conferência de líderes, porque a discussão deste diploma é feito durante uma hora e meia. Portanto, sugeria uma troca de impressões para evitar ficarmos a meio do debate do diploma.

Presidente: Estou absolutamente de acordo.

Agradecia aos líderes parlamentares para se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, eu pedia a vossa atenção.

A questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tinha toda a pertinência.

De facto, temos 30 minutos de tempo regimental disponível, o que torna impossível discutir a totalidade deste ponto face à presente ordem de trabalhos.

Face à vontade expressa pelos proponentes, chegámos à conclusão de que esta proposta de resolução fica agendada para a próxima sessão legislativa, mantendo-se, como é evidente, o processo de urgência já aprovado.

Assim sendo, passamos ao ponto 4 – **pedido de autorização à Assembleia Legislativa Regional para o Deputado Clélio Meneses depor na qualidade de testemunha.**

Pedia que distribuíssem os boletins de voto, para o secretário da mesa proceder à chamada.

(Neste momento, procedeu-se à votação e chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: A presente proposta registou a seguinte votação: 38 votos a favor, 6 votos contra e 1 voto de abstenção.

Passamos à votação da seguinte Proposta de Resolução:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Setembro.”

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, queria desejar-vos um bom regresso a casa e agradecer a vossa colaboração na condução nos trabalhos durante esta sessão.

Muito obrigado.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos)

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Manuel Machado Menezes

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno Rocha

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Avelar Nunes

Manuel da Silva Azevedo

Victor do Couto Cruz

A redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*